

Rita Gomes Garcia de São Marcos

ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Gestão do risco de uma praga urbana: o caso da térmita de madeira seca *Cryptotermes brevis* nos Açores

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor José Manuel Mendes,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Janeiro de 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Rita Gomes Garcia de São Marcos

Envolvimento e participação pública

Gestão do risco de uma praga urbana: o caso da térmita de madeira
seca *Cryptotermes brevis* nos Açores

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor José Manuel Mendes

Coimbra, Janeiro de 2016

Agradecimentos

Este “manuscrito” que aqui se apresenta jamais teria tomado a forma que tomou se um dia não tivesse decidido partir à procura da “Ilha desconhecida”. Por muitas que fossem as incertezas, dúvidas, inquietações e angústias que simultânea e contraditoriamente eram e são, no fim de contas, força motriz de toda e qualquer “viagem”. Esta “ilha” em particular para a qual havia, desta feita, traçado destino, viria, mais tarde, a revelar a sua verdadeira dimensão “insular” e “arquipelágica” não tanto pela natureza geográfica e “física” do seu “território” (que tão bem Brandão palmilhou e descreveu) mas principalmente pela sua dimensão do “aqui” e do “agora”, que caracteriza a condição humana e a sua incessante busca pelo “desconhecido”, pelo confronto com o “outro” na (re)definição e (re)imaginação de “nós” próprios. Ou como, brilhantemente, disse Pessoa: “A busca de quem somos na distância de nós”.

O que pretendo fazer “aqui” e “agora” é pois uma pequena cartografia do “eu”, ou melhor, uma “psicogeografia”, um mapeamento do “lá” e do “então”, da “insularidade” que experienciei, das “ilhas” que conheci e dos “arquipélagos” pelos quais deambulei, uns mais “centrais” do que “orientais” ou “ocidentais” dependendo do ponto a partir do qual lanço o meu olhar.

É nesta ordem de ideias que me dirijo, em primeiro lugar, aos “argonautas” que encontrei no “atlântico norte”, uns mais “nativos” do que outros, mas todos e todas, com a mesma ousadia de “endereço” o seu olhar sobre “a azul distância” por pior que fosse “o mau tempo no canal”. Por isso aqui vai um especial e sentido obrigado à rita, lili, anuska e ana por terem sido o meu “porto de abrigo” e à teresa, noemi, pataco, vasco e françois pelos belos momentos de “dolce far niente” que me proporcionaram. À Professora Professora Rosalina e, muito em particular, à Professora Ana Moura Arroz devo as preciosas ferramentas e instrumentos concetuais com as quais me muni, neste e em anteriores empreendimentos, verdadeiros “sextantes” para um percurso que, até altura, acabadinha de sair das Belas Artes, havia sido em certa medida errante, inconstante e sem rede. Ao paulito e à isabelita agradeço o espírito de camaradagem e o facto de terem, muitas vezes, servido de “espelho” à minha ingenuidade.

Do lado de cá do atlântico, ficaram os que me viram partir, o meu pai e a minha mãe, as minhas “traves mestras”, a quem devo tudo o que sou e a quem dedico este trabalho, principalmente, pela certeza inabalável do seu amor incondicional, contra tudo e contra todos. Mas nem só de laços de sangue, ou de parentesco, se faz uma “família”, e prova disso é o meu “irmão”, por certo, o que mais sofreu com as minhas já recorrentes

“ausências”. É neste sentido mais lato e abrangente do conceito de “família”, que enquadro também a paulinha, a nitz e a chiquitita com as quais cresci e com as quais aprendi a partilhar e a comungar a incondicionalidade do amor e da amizade: “amor, com amor se paga”.

Já depois de ter “voltado” ao mesmo lado do atlântico do qual havia, em tempos, “partido” encontrei, na Faculdade de Economia, o tão desejado e necessitado enquadramento “disciplinar” no domínio das ciências sociais em geral e da sociologia em particular. Foram muitas as aulas, os professores e os colegas com quem tive o privilégio de aprender. Gostaria, no entanto, de destacar o Professor André Brito Correia e, em especial, o Professor José Manuel Mendes, que acabaria por aceitar ser meu orientador, guiando e marcando de forma indelével o olhar sociológico que tento encetar neste trabalho.

Foi neste contexto da “sociologia” que tive a felicidade de encontrar a Andreia e a Joana, com quem partilhei inúmeras “marmitas” e lamentações e cujas palavras de alento e incentivo desempenharam um papel crucial para que continuasse a acreditar nesta demanda.

À Alison devo um profundo reconhecimento, não só pela oportunidade que me deu no CES, como também por toda a abertura, compreensão e apoio que desde sempre demonstrou e sem o qual não teria sido possível conciliar e concluir o trabalho que aqui se apresenta.

Ao Orlando Guerreiro devo os anos de dedicação à monitorização das térmitas e por me ter deixado acompanhá-lo nas suas saídas ao “campo”, saídas essas que foram o veículo indispensável para que também eu “mergulhasse” no “terreno”.

Por último, não poderia deixar de endereçar um especial obrigado não só a todos os cidadãos e cidadãs da cidade de Angra do Heroísmo que em mim confiaram e “abriram” a porta de suas casas, mas também a todos e todas aqueles e aquelas que “as fecharam” obrigando-me a um constante redirecionar do olhar que ia lançando sobre o problema.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Índice de Quadros	ix
Índice de Figuras	xi
Acrónimos	xiii
Resumo	xv
Abstract	xvii
Introdução	19
Capítulo 1. O risco no âmbito da teoria social	23
1.1. Posturas teóricas e epistemológicas	23
1.2. A governação do risco: participação e envolvimento público	30
Capítulo 2. Definição do objeto de estudo	33
2.1. O risco da térmita de madeira seca nos Açores	33
2.2. Cariz dos questionamentos, estatuto e função da pesquisa	34
2.3. Abordagem e opções metodológicas na produção e interpretação dos dados ...	36
2.4. O contexto empírico do estudo: Os açores, uma região ultraperiférica	38
Capítulo 3. Um risco cujo ‘silêncio’ é demasiado ‘ruidoso’	43
3.1. Um problema pessoal e (in)transmissível	43
“Na minha casa, não.” porque “não sei”	44
“Na minha casa, não.” porque “não quero saber”	45
“Na minha casa, não.” porque “não quero que ninguém saiba”	48
3.2. O complexo paradoxo de Cassandra: quando as ‘profecias’ não são ouvidas	54
3.3. “Outros valores se levantam!” na (des)confiança atribuída às instituições	58
Capítulo 4. Uma “geometria variável” na participação e envolvimento	63
4.1. Sistema de relações abstratas mobilizado na construção dos tipos-ideais	63
4.2. Atitude-tipo 1 – “O/A Familista atomizado/a”	68
“A minha casa é o meu mundo”	69
“O Governo é que tem que achar, não sou eu”	71

“Cada um no seu cantinho, cada um sabe de si da sua vida”	72
4.3. Atitude-tipo 2 – “O/A Associativista acorrentado/a”	74
“Eles/as filiam-se num partido para apanharem o seu próprio poleirinho”	75
“Dar a cara, juntarem-se de forma independente, pegar em bandeiras!”	76
“Não somos dois, somos muitos mais, o que é que vamos fazer?”	79
4.4. Atitude-tipo 3 - “O/A Cidadã/o apóstata”	83
“Não há nada a fazer se não acabar com a história pessoal, individualmente”	84
“Tentei vedar tudo e ficaria feliz e contente, e feliz e contente ficaria”	84
“Políticos, técnicos e leigos de costas voltadas, o leigo no meio, e é levado”	85
4.5. Atitude-tipo 4 - “O/A Guardiã/ão da cidade”	87
“Isto vai tudo à vida, nós sabemos que o património tá condenado”	88
“Angra unir-se: ‘Vamos atacar aos quarteirões!’ temos é que ser orientados”. .	91
“A gente acaba sempre por perceber, um bocadinho, socialmente falando”	92
Capítulo 5. Conclusão	93
Referências bibliográficas	97

APÊNDICES

Apêndice I - Guião da entrevista

Apêndice II - Caracterização das pessoas entrevistadas

ANEXOS

Anexo I. Mapa da dispersão mundial da praga (Scheffrahn, Krecek, Ripa, & Luppichini, 2009, p. 795)

Anexo II. Mapa de dispersão da praga nos Açores (Ferreira et al., 2013, p. 42)

Anexo III. Mapa da dispersão da praga na cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Guerreiro & Borges, 2015)

Anexo IV. Mapa da dispersão da praga na cidade de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel (*ibidem*)

Anexo V. Mapa da dispersão da praga na cidade da Horta, Ilha do Faial (*ibidem*)

- Anexo VI. Mapa da dispersão da praga na Ilha do Pico (*ibidem*)
- Anexo VII. Mapa da dispersão da praga na Ilha de São Jorge (*ibidem*)
- Anexo VIII. Mapa da dispersão da praga na Ilha de Santa Maria (*ibidem*)

Índice de Quadros

Quadro 1 - Atitudes-tipo face à “negação” do risco: “not me”, “na minha casa, não.” ...	53
Quadro 2 - Modelo de análise: Componentes da gravidade (Renn, 2008, pp. 159–161)	57
Quadro 3 - Modelo de análise: Componentes da tolerabilidade (<i>ibidem</i>)	57
Quadro 4 – Modelo de análise: Componentes da confiança (Renn, 2008, p. 124)	59
Quadro 5 – Dimensões de análise	64
Quadro 6 – Características do Tipo-ideal 1 “O/A familista atomizado/a”	68
Quadro 7 – Características do Tipo-ideal 2 “O/A associativista acorrentado/a”	74
Quadro 8 – Características do Tipo-ideal 3 “O/A cidadã/ão apóstata”	83
Quadro 9 – Características do Tipo-ideal 4 “O/A guardiã/ão da cidade”	87

Índice de Figuras

Figura 1 – <i>Continuum</i> epistemológico do risco nas ciências sociais (Lupton, 1999a)....	24
Figura 2 – Revisão de perspectivas sociológicas do risco (Renn, 2008, p. 24)	26
Figura 3 – O Modelo “grelha/grupo” da perspectiva culturalista ((Kahan, 2012, p. 727)28	
Figura 4 – Matriz de análise.....	65

Acrónimos

IRGC	<i>International Risk Governance Council</i>
SCIT	<i>Sistema de Certificação à Infestação por Térmitas</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNISDR	<i>United Nations Office for Disaster Risk Reduction</i>
WBGU	<i>German Advisory Council on Climate Change</i>

Resumo

Este estudo pretende contribuir para a governação do risco em geral e do risco da térmita de madeira seca nos Açores em particular. Dado o crescente interesse das instâncias reguladoras internacionais em orientarem as ações de redução do risco na construção de políticas públicas mais inclusivas no processo de decisão. Nesse sentido procurou-se conhecer que fatores poderão dificultar ou, por outro lado, facilitar o envolvimento e participação cidadã na gestão do risco. Analisando o papel que os/as cidadãos/ãs atribuem a si próprios na governação e as diferentes racionalidades face ao risco e face ao poder. Com o objetivo de identificar dimensões e variáveis que informem a criação de oportunidades de cumprir as recomendações da nova Carta de Sendai. O estudo, de cariz exploratório, perfilhou dos princípios epistemológicos e metodológicos do qualitativo, do paradigma compreensivo e de uma postura analítica e de reconstrução de sentido, recorrendo na produção de dados a entrevistas semiestruturadas a cidadãos/ãs moradores/as em freguesias “áreas de risco” de infestação na cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira. As análises descritivo-interpretativas orientaram-se por uma abordagem indutiva na criação de tipologias por semelhança na senda dos *idealtypus* de tradição weberiana. Com base nas dimensões observadas nas entrevistas (1) relação com o poder; (2) relação com o risco; (3) relação com a comunidade, construiu-se um modelo de dois eixos dicotómicos ortogonais que opõe, no eixo do x, atitudes individuais *vs.* coletivas quanto à gestão e, no eixo do y, posições face ao papel a desempenhar na decisão: delegar *vs.* influenciar. Com base nos quatro quadrantes delineados, identificaram-se quatro tipos-ideais que traduzem diferentes posicionamentos face à participação cidadã. “O/A familista atomizado/a” no qual a força dos laços familiares constitui a variável explicativa para o fraco envolvimento cívico. “O/A associativista acorrentado/a”, onde é no capital social possuído e nas redes sociais mobilizadas que se compreende a sua posição vincadamente coletiva. “O/A cidadã/ão apóstata” para o qual é a forte desconfiança interpessoal e institucional que sustenta a atitude vincadamente individual quanto à forma de gerir. E, finalmente, “O/A guardiã/ão da cidade” onde é pelo cariz da perda identitária e patrimonial coletiva que o risco acarreta que tende a delegar a mobilização cidadã nos decisores políticos. O modelo concetual criado revelou um grande potencial analítico destrinchando o modo como as diferentes variáveis e dimensões identificadas desempenham influências específicas na participação e envolvimento público na governação do risco em cada atitude tipo identificada. Podendo vir a ser mobilizado e testado em outros contextos onde se pretenda analisar semelhante problemática.

Palavras-chave

sociologia do risco, participação, envolvimento público, pragas urbanas, térmitas

Abstract

Given the growing interest from international regulatory bodies and agencies in guiding their actions towards risk reduction through more inclusive public policy decision making processes, this study aims to contribute to risk governance in general and to the governance of a termite pest in the Azores, in particular. It intends to explore which factors can facilitate or, on the other hand, constitute obstacles to public involvement and participation in risk management. Analysing citizen's perspectives on risk and power and, more specifically, the role they attribute to themselves in risk governance. With the purpose of identifying dimensions and variables that may help inform new opportunities to citizens' engagement in policymaking accordingly to the recommendations defined by the Sendai framework for risk reduction. An exploratory comprehensive approach was adopted, based on qualitative epistemological and methodological principles of inquiry in data production. Semistructured interviews were conducted to citizens living in 'at risk areas' of termite infestation in the city of Angra do Heroísmo, Terceira Island. Guided by an inductive approach, data analysis involved not only thematic and content analysis but also a typological method of interpretation based on Max Weber's 'ideal types'. A conceptual model was designed from three main dimensions identified in the interviews: (1) relationship with power; (2) relationship with risk; and relationship with the community, composed by two orthogonal dichotomous axes. A horizontal axis opposing individual *vs* collective attitudes towards risk management and a vertical axis distinguishing citizen's perspectives on their role in the decision making process: delegate *vs* influence. This enabled the drawing of four 'ideal types' that translate different views on citizen participation. An "atomized familist" for whom the strength of family ties can constitute an explanatory variable for low civic involvement. The "shackled associativist" where a strong collective attitude towards risk can be better understood by the possessed social capital and mobilized social networks. The "renegade citizen" who sustains its individual and sceptical attitude on a collective management strategy due to a sharp interpersonal and institutional distrust. And the "the city's guardian" for whom the nature of the damages caused by the risk - a collective patrimonial identity loss - can possibly explain a tendency to delegate citizen involvement in decision makers. Despite more research is needed to better test and confirm these findings the model revealed a significant analytical potential on the unravelling of the way different variables, in each identified 'ideal type', can play distinct influences on public involvement and participation in risk governance.

Keywords

sociology of risk, participation, public involvement, urban pests, termites

Introdução

Nos últimos anos tem eclodido, quer a nível nacional quer internacional, um interesse generalizado no *envolvimento* do público nos processos de *decisão política* em domínios tradicionalmente delegados aos seus representantes. Desde o ambiente, à saúde, aos transportes e até mesmo à gestão financeira de orçamentos municipais é imensamente amplo o espectro de assuntos alvo de iniciativas para a inclusão dos cidadãos/ãs numa gestão participada do território. Bastante rica tem sido também, a criação de toda uma nova panóplia de metodologias, técnicas, e instrumentos de apoio à implementação destes processos de ação colaborativa e participada. Do ponto de vista teórico e concetual a produção científica tem também sido bastante abundante, proliferando o número de publicações que se dedicam à análise da *participação política*, *participação pública*, *envolvimento*, *engajamento* e *empoderamento* na tentativa de abarcar esta (nova) tendência que parece ter renascido das cinzas dos anos sessenta com um novo fôlego, e que já tornou “a participação” numa autêntica *buzzword*.

Têm sido reconhecidas e identificadas na literatura, diferentes fases e etapas históricas para as múltiplas interpretações e significados ideológicos, sociais, políticos e metodológicos do conceito. Desde a fase da sensibilização e consciencialização para a necessidade de se criarem abordagens participadas (nos já referidos anos 60); à incorporação de perspetivas “leigas” na recolha de dados e no planeamento (nos anos 70); ao desenvolvimento de técnicas para a construção de diagnósticos participados (nos anos 80); ao cunho normativo pelo direito à participação nos processos de tomada de decisão atribuído nas Agendas para o desenvolvimento sustentável e na Convenção de Arhus (nos anos 90); à subsequente desilusão e crítica quanto às suas falhas e limitações (nos anos 2000) e à mais recente fase pós-participação centrada na melhoria das metodologias, das práticas e procedimentos a fim de aprender com sucessos alcançados e principalmente com os erros cometidos (Reed, 2008).

A problemática do risco não tem sido exceção neste aspeto, assistindo-se a uma crescente atenção por parte das instâncias reguladoras internacionais quanto à necessidade de se criarem diretivas para a redução do risco e das suas consequências através da construção de políticas públicas de planeamento e gestão territorial mais inclusivas nos processos de tomada de decisão. Exemplo disso é o mais recente Quadro de

Ação de Sendai (2015-2030) definido em Março deste ano na terceira conferência mundial levada a cabo pelas Nações Unidas e mais especificamente pelo seu gabinete para a redução do risco de desastres (UNISDR).

Entre os vários princípios diretivos definidos na Carta de Sendai, assume especial relevância para este estudo, o princípio da construção de processos de tomada de decisão inclusivos através do “empowerment of local authorities and communities through resources, incentives and decision making responsibilities as appropriate” (United Nations Office for Disaster Risk Reduction, 2015) não esquecendo que é “primary responsibility of States to prevent and reduce disaster risk” (*ibidem*). Diretivas estas que parecem tentar responder ao debate suscitado pelo seu antecessor Quadro de Ação de Hyogo para 2005-2015, acusado de colocar a tónica no aumento da resiliência das populações, “mais na redução dos custos e na mensuração técnica e operacional da vulnerabilidade do que nas questões da cidadania” (Mendes & Tavares, 2011, p. 5). Um debate que levantava a questão “se o discurso subjacente não implica na verdade, uma transferência de responsabilidades das entidades internacionais e governamentais para as comunidades e os cidadãos” (*ibidem*).

É neste enquadramento normativo do envolvimento cívico e da participação pública na gestão do risco, sustentado no ideal democrático do direito dos/as cidadãos/ãs participarem no processo de tomada de decisão, de lhes ser garantida uma “voz” na configuração de políticas públicas para a sua gestão, que surge e deve ser entendido este trabalho. Um trabalho que se debruça acerca da relação dos/das cidadãos/ãs com o risco e com o poder, mais concretamente com o sistema democrático que os representa, tentando perceber, do ponto de vista dos/as cidadãos/ãs: “How much participation is enough?” (Callahan, 2007, p. 1179). Já que muitos dos dilemas e paradoxos apontados à “participação”, por algumas perspetivas teóricas, se sustentam no argumento que cabe aos governantes decidir de acordo com os interesses dos/as cidadãos/ãs que os elegeram, limitando assim o envolvimento dos cidadãos a uma forma indireta de participação através do voto. Enquanto que outras favorecem formas mais deliberativas, num contexto de democracia participativa, onde os cidadãos/ãs detêm o poder de influenciar diretamente ao serem envolvidos no processo de tomada de decisão. Duas visões que se antagonizam quanto ao papel que é esperado e atribuído aos/às cidadãos/ãs: “whether to consider citizens to be customers or owners of the government” (Innes & Booher, 2004, p. 421).

Elegeram-se, assim, como questões centrais de investigação: Qual o papel do cidadão na gestão do risco? Que papel atribuem a si próprios neste processo? Que representações têm (os cidadãos) acerca do risco e da forma como deve ser gerido? Que

lógicas de atuação subjazem às estratégias de enfrentamento que defendem? Serão estratégias maioritariamente individuais/privadas (familiares) ou de envolvimento público (coletivo)? Que dinâmicas sociais existem entre cidadãos afetados? O que as faz mover? Quais as normas que regulam a sua ação? Que recursos mobilizam e que necessidades permitem suprir?

Este estudo assume-se, assim, dado o cariz dos seus questionamentos, de natureza exploratória, adotando uma abordagem qualitativa e elegendo como principal instrumento para a produção de dados a entrevista semiestruturada, não por motivos de ordem técnica mas sim por motivos de ordem teórico-epistemológica (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2005). Uma vez que no centro da análise encontra-se o interesse pela diversidade de racionalidades e significados atribuídos pelos/as entrevistados/as face ao risco e face ao poder, perfilhando-se do paradigma compreensivo de tradição weberiana e de uma postura analítica de reconstrução de sentido (Guerra, 2006). Com o objetivo de contribuir com teoria substantiva na diversidade de racionalidades em presença, identificando-se variáveis e indicadores que possam vir a suportar a construção de processos de tomada de decisão mais inclusivos e informar a criação de novas oportunidades de se fazerem cumprir as recomendações da nova Carta de Sendai.

O presente trabalho estrutura-se fundamentalmente em cinco capítulos. No primeiro, em jeito de revisão da literatura, faz-se uma pequena incursão pela diversidade de posturas teóricas, epistemológicas e metodológicas face ao risco no contexto das ciências sociais, dos diferentes quadros interpretativos e abordagens conceptuais no domínio da sociologia do risco e da participação e envolvimento público na sua governação. Com o objetivo de problematizar “sobre os ombros dos gigantes” anteriores contribuições na área de produção de conhecimento deste estudo por forma a situar e delinear sustentadamente o caminho trilhado, clarificando, comparando e contrastando diferentes referenciais.

No segundo capítulo apresenta-se, detalhadamente, o risco a ser alvo de análise: o risco de infestação por térmita de madeira seca *Cryptotermes brevis* (Walker), uma praga de insetos de grande potencial destrutivo capaz de consumir toda a infraestrutura em madeira de uma habitação. Presente um pouco por todo o globo à exceção da Antártida (Nunes et al., 2010, p. 637) tem suscitado uma especial atenção e preocupação na esfera pública açoriana (Arroz et al., 2012) o que fez com que fosse já considerada a praga urbana mais preocupante da Região (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2010). Reflete-se acerca do modo como este risco tem sido estudado e analisado identificando-se as áreas lacunares que deram lugar à questão de partida deste trabalho: que fatores poderão facilitar ou, por outro lado, dificultar a participação e envolvimento

dos cidadãos na gestão do risco? Definem-se as dimensões de análise que informaram o modelo analítico e o guião de entrevista, os critérios de seleção da amostra e a matriz de análise especificamente criada, segundo uma abordagem indutiva, para a interpretação dos dados produzidos. Expõe-se, em suma, o objeto de estudo. Não deixando de proceder a uma contextualização geográfica e sociodemográfica, em termos de risco e de participação, da Região alvo deste estudo e dos motivos que levaram a que se delimitasse o campo de análise à cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira.

O terceiro capítulo, com o objetivo de traçar o perfil de risco percebido, dedica-se à análise do modo como os participantes no estudo avaliam e caracterizam o risco, a partir de análises categoriais descritivo-interpretativas dos dados produzidos, de acordo com três dimensões que têm sido apontadas na literatura como influenciadoras da perceção de risco: gravidade, tolerabilidade e confiança atribuída às instituições e agências reguladoras.

No quarto capítulo analisa-se o papel que os/as cidadãos/as atribuem a si próprios na governação do risco, segundo uma abordagem indutiva e um esforço analítico tipológico que se ancorou nos *idealtypus* de tradição Weberiana, para clarificar e distinguir a diversidade de perspetivas e racionalidades em presença, a partir de três dimensões essenciais observadas nas entrevistas: (1) relação com o poder; (2) relação com o risco e (3) relação com a comunidade. Apresenta-se também o modelo concetual especificamente criado para este efeito que, ao se consubstanciar no cruzamento de dois eixos dicotómicos, dois contínuos bipolares, permitiu distinguir quatro diferentes quadrantes aos quais correspondem quatro atitudes-tipo. Quatro tipos ideais que traduzem diferentes tendências e posicionamentos face à participação e ao envolvimento público na governação do risco: “O/A familista atomizado/a”, “O/A associativista acorrentado/a”, “O/A cidadã/ão apóstata” e o “O/A guardiã/ão da cidade”.

Finalmente, na conclusão, quinto e último capítulo, apresenta-se o contributo específico do modelo concetual criado na identificação de fatores facilitadores e dificultadores do envolvimento público e da participação cidadã na governação do risco. Salientando e destrinchando o modo como as diferentes variáveis e dimensões identificadas detêm diferentes potenciais explicativos e desempenham influências específicas e diferenciadas em cada atitude tipo identificada.

Capítulo 1. O risco no âmbito da teoria social

Uma revisão das diferentes posturas epistemológicas e metodológicas face ao risco, no contexto das ciências sociais, não é uma tarefa fácil, já que a literatura oferece uma enorme variedade de diferentes perspetivas teóricas, cada qual munida das suas próprias classificações e taxonomias. No domínio da sociologia do risco, têm sido identificadas quatro grandes perspetivas (Areosa, 2010; Roeser, 2012; Jens Oliver Zinn, 2004): (1) a teoria da sociedade do risco de Ulrich Beck (1986), (2) a abordagem culturalista, maioritariamente marcada pelo trabalho de Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1982), (3) a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann (1993) e, por último, (4) a governamentalização de influência Foucauldiana (1979). Ortwin Renn (1992, 2008) refere, e acrescenta ainda, outras quatro abordagens: (5) a abordagem da escolha racional, (6) a teoria crítica baseada no trabalho seminal de Jurgen Habermas (1984), (7) a perspetiva pós-moderna e, (8) a amplificação social do risco de Kaspersen et al. (1988). Todas elas, embora se socorram de quadros interpretativos e abordagens conceptuais diferentes, partilham a noção de que: “humans do not perceive the world with pristine eyes, but through perceptual lenses filtered by social and cultural meanings, transmitted via primary influences such as family, friends, subordinates and fellow workers” (Dietz et al, 1996 apud Renn, 2008, p. 23).

1.1. Posturas teóricas e epistemológicas

Deborah Lupton (1999a) propõe um modelo que permite abarcar e mapear este amplo espectro de escolas de pensamento, destrinchando as ligações e aproximações existentes entre perspetivas teóricas e respetivas posturas epistemológicas face ao risco.

<i>Epistemological position</i>	<i>Associated perspectives and theories</i>	<i>Key questions</i>
<i>Realist:</i> Risk is an objective hazard, threat or danger that exists and can be measured independently of social and cultural processes, but may be distorted or biased through social and cultural frameworks of interpretation.	Technico-scientific perspectives/most cognitive science theories.	What risks exist? How should we manage them? How do people respond cognitively to risks?
<i>Weak constructionist:</i> Risk is an objective hazard, threat or danger that is inevitably mediated through social and cultural processes and can never be known in isolation from these processes.	'Risk society' perspectives/critical structuralism/some psychological approaches.	What is the relationship of risk to the structures and processes of late modernity? How is risk understood in different sociocultural contexts?
	'Cultural/symbolic' perspectives/functional structuralism, psychoanalysis, phenomenology.	Why are some dangers selected as risks and others not? How does risk operate as a symbolic boundary measure? What are the psychodynamics of our risk responses? What is the situated context of risk?
<i>Strong constructionist:</i> Nothing is a risk in itself – what we understand to be a 'risk' (or a hazard, threat or danger) is a product of historically, socially and politically contingent 'ways of seeing'.	'Governmentality' perspectives/post-structuralism.	How do the discourses and practices around risk operate in the construction of subjectivity and social life?

Figura 1 –*Continuum epistemológico do risco nas ciências sociais (Lupton, 1999a)*

Baseado num contínuo bipolar, este modelo, apresentado na Figura 1, distingue e opõe, por um lado, posturas 'realistas', e por outro, 'construtivistas' ou 'relativistas'. Sendo que, as perspetivas que se situam mais próximas do pólo 'realista', entendem o risco como:

an objective hazard, threat or danger that exists and can be measured independently of social and cultural processes, but may be distorted or biased through social and cultural frameworks of interpretation (Lupton, 1999a, p. 36).

Tal é o caso das perspetivas técnico-científicas e a maior parte das ciências cognitivas (campo das engenharias, estatísticas, economia, epidemiologia, psicologia, etc.) que definem o risco enquanto “the product of the probability and consequences (magnitude and severity) of an adverse event [i.e. a hazard] ” (Bradbury, 1989 *apud* Lupton, 1999a, p. 18). As questões-chave de investigação e análise têm como objetivo identificar quais os riscos existentes, como deverão ser geridos e apreender o modo como

as populações respondem cognitivamente a esses mesmos riscos. Tendendo a centrar os debates teóricos em:

how well a risk has been identified or calculated, the level of seriousness of a risk in terms of its possible effects, how accurate is the ‘science’ that has been used to measure and calculate risk and how inclusive are the causal or predictive models that have been constructed to understand why risk occur and why people respond to them in certain ways (*ibidem*)

Numa lógica oposta, as perspetivas de pendor vincadamente mais ‘construtivista’, definem, por seu turno, que “nothing is a ‘risk’ in itself – what we understand to be a ‘risk’ (or a hazard, threat or danger) is a product of historically, socially and politically contingent ‘ways of seeing’” (Lupton, 1999a, p. 36). O que acontece com as perspetivas pós-estruturalistas da governamentalização do risco que tentam, assim, refletir acerca do modo como os discursos e as práticas operam na construção do social e da subjetividade.

No nível intermédio destes dois extremos Lupton coloca os ‘weak constructionists’ que correspondem à teoria da sociedade do risco e à perspetiva culturalista. Facto ao qual Beck responde, de forma um tanto ao quanto provocatória, que: “I do not restrict my analysis to one perspective or conceptual dogma: I am both a realist and constructivist, using one, realism and constructivism as far as those meta-narratives are useful for the purpose of understanding the complex and ambivalent ‘nature’ of risk”. (Adam, Beck, & Loon, 2005, p. 212).

A estes dois eixos - ‘realista’ *vs.* ‘construtivista’- exploradas por Lupton, no seu modelo, Ortwin Renn acrescenta ainda outras duas dimensões (Figura 2): ‘individualista’ *versus.* ‘estrutural’ onde:

The x-axis represents the normative continuum between and individualistic (agency oriented) and structural (collective) focus when investigating risk debates. It is either focused on the individual or a social aggregate such as an institution, a social group, a subculture or a society. Structural concepts emphasize that complex social phenomena cannot be explained by individual behaviour alone, but that they rest on interactive (often unintentional) effects among individuals and between individuals and institutions (Renn, 2008, pp. 23–24)

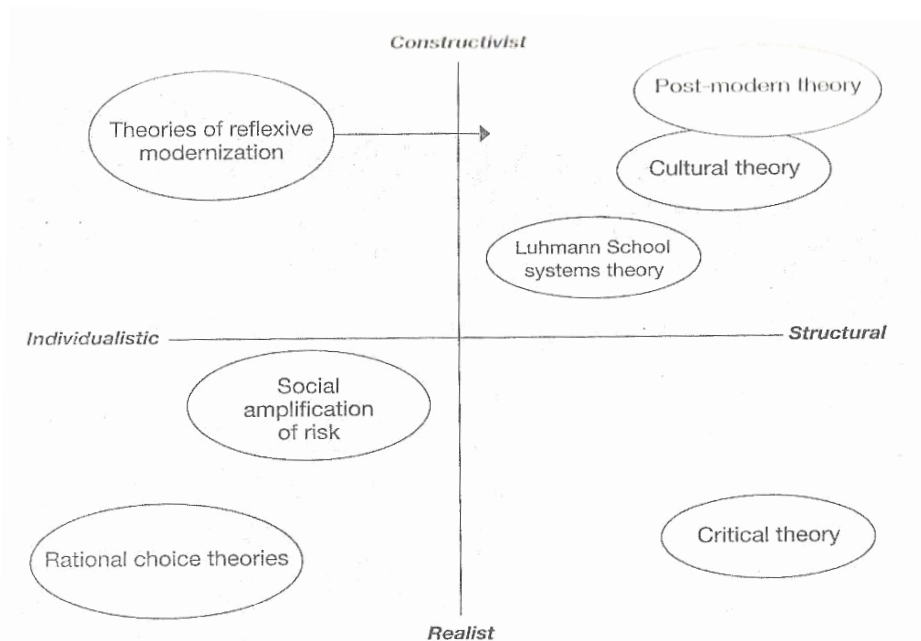


Figura 2 – Revisão de perspectivas sociológicas do risco (Renn, 2008, p. 24)

Até aos anos 80 o *risco* tinha maioritariamente sido alvo de atenção por parte de disciplinas tradicionalmente inscritas no domínio das *ciências naturais* (engenharias, biológicas, geologias, etc.) refletindo-se essencialmente acerca do cariz *objetivo, natural, físico* dos fenómenos, socorrendo-se dos “technical powers of observation, measurement and calculation” (Beck 1995, *apud* Lupton, 1999a, p. 62) sob a égide do ‘*natural-scientific objectivism*’.

Com a emergência da crise ambiental (do qual se destaca o acidente de Chernobyl), o risco passa a ter um pendor inegavelmente *social* especialmente com a publicação em 1986 da *sociedade de risco* de Ulrich Beck que alargou “a noção de risco à *reflexividade* e à auto produção humana” (Mendes & Tavares, 2011, p. 6). O que distingue a contemporaneidade não é um agravamento dos impactos causados pelos riscos na atualidade mas sim o reconhecimento das *incertezas fabricadas*. A *crença no progresso da sociedade industrial* é *substituída* pela assunção de que os avanços técnicos e económicos comportam problemas e *efeitos secundários* que escapam ao controlo das instituições.

As reflexões anteriores à sociedade do risco de Beck foram profundamente influenciadas pela publicação de “Risk and Culture” (1982) de Douglas & Wildavsky, obra seminal para a perspectiva culturalista.

Esta abordagem toma como pressuposto para análise a impossibilidade de se conhecerem todos os riscos que nos poderão afetar quer no presente quer no futuro, local ou globalmente. Nesse sentido no foco da sua atenção e escrutínio, encontram-se os

motivos que levam os indivíduos a eleger, para o centro das suas preocupações, determinados riscos, descurando outros que poderão comportar magnitudes semelhantes ou, até mesmo, impactos potencialmente superiores. De acordo com esta perspetiva os fatores explicativos deste processo de seleção – onde se decide quais os riscos que se escolhe enfrentar e quais o que se ignoram - são de natureza cultural. Diferentes indivíduos e/ou organizações podem manifestar, face aos mesmos riscos, diferentes preocupações e graus de aceitabilidade. O que, para estes autores, levanta questões não apenas psicológicas mas particularmente sociais e culturais. O risco é socialmente definido e culturalmente determinado, a perceção do risco é uma resposta cultural de um determinado grupo, organização ou sociedade na medida em que é fortemente influenciada pelos significados que lhes são atribuídos e pelos valores e crenças que lhe são associados pela comunidade/sociedade. A perspetiva culturalista, de pendor antropológico, constrói o seu corpo de conhecimento através da análise das avaliações de preocupação e aceitabilidade que são diferentemente realizadas por nós em relação às que são empreendidas pelos outros, aferindo as diferenças e contradições que nos distinguem enquanto grupo, comunidade ou sociedade perante as ameaças a que estamos sujeitos.

De acordo com Douglas & Wildavsky (1982) os impactos negativos dos novos riscos (tecnológicos) são vistos como ocultos, involuntários e irreversíveis. No entanto, enquanto os seus potenciais danos não se encontram ainda confirmados, parece persistir uma certa tolerância com a sua presença. Quando, por outro lado, se confirma que efetivamente poderemos ser negativamente afetados por esses riscos (outrora entendidos como ocultos) os autores afirmam que se dá lugar a um processo de avaliação da sua aceitabilidade ponderando-se os custos suportados/benefícios esperados decorrentes de uma possível exposição. No entender desta abordagem, existe um fator determinante na tomada de decisão quanto à aceitabilidade dos riscos e seus potenciais impactos. Por norma os atores sociais distinguem claramente os riscos de acordo com o cariz voluntário ou impositivo que lhes é impresso. Isto é, quando o risco resulta da (in)ação de entidades/instituições (por exemplo poluição do ar, contaminação da água, etc.) – que expõe o público involuntariamente aos seus potenciais danos - ele estará menos predisposto a aceitá-los e mais suscetível à sua rejeição. Pelo contrário, quando a escolha pelo seu enfrentamento é feita voluntariamente (por exemplo construir habitação numa zona de risco sísmico, fazer escalada, etc.) ela é vista como fruto de uma decisão pessoal no exercício da sua livre escolha.

O paradigma culturalista e a sua teoria da seleção social do risco contribuiu de forma inegável para a compreensão sociológica do risco, ao criar modelos que testam a interdependência de variáveis sociológicas com atitudes individuais perante o risco. O

mais conhecido e divulgado é, sem dúvida, o “grid/group model” (Figura 3) que, constrói uma matriz de análise com base na relação entre dois eixos ortogonais ‘grelha’ vs. ‘grupo’. Verticalmente, a ‘grelha’, “representing the degree to which social relations are structured (+) or unstructured (—) and ‘group’ a horizontal axis representing degrees of collectivism (+) or individualism (—)” (Lupton, 1999b, p. 167). O que permite distinguir quatro quadrantes (*hierarchists, egalitarians, individualists e fatalists*) aos quais correspondem quatro tipos ideais de racionalidades e visões do mundo face ao risco. (Lupton, 1999a, p. 51)

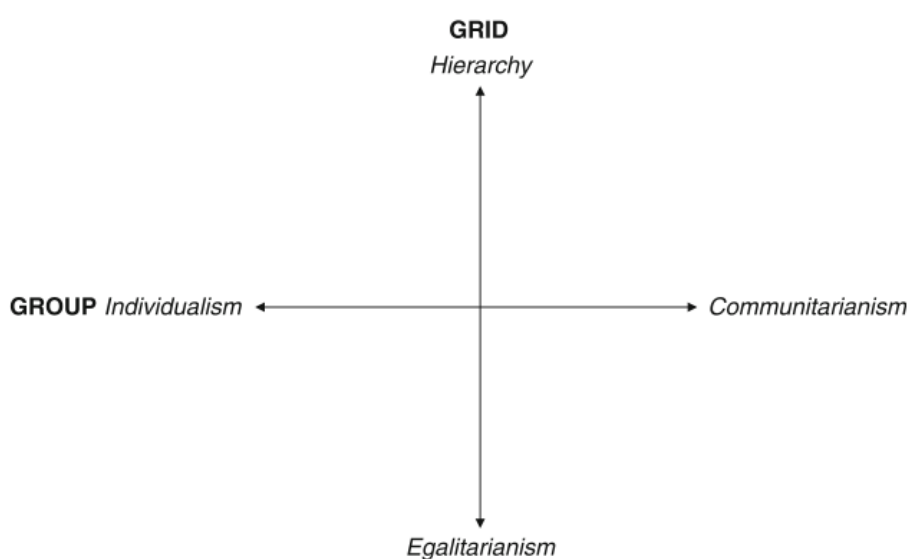


Figura 3 – O Modelo “grelha/grupo” da perspectiva culturalista ((Kahan, 2012, p. 727)

Segundo a perspectiva sistémica a complexidade do risco não se esgota nem é redutível a aspetos e fatores de natureza estritamente cultural (Renn *et. al* 1992, Hanningan 1995 *apud* Areosa, 2010, p. 16). “Os desastres são sempre sociais e não o produto de condições naturais específicas pelo que é determinante o papel das forças, organizações e crenças que estão na base da produção do ambiente que origina e facilita os desastres” (Mendes, Tavares, Cunha, & Freiria, 2011, p. 96). É neste sentido que importa referir a abordagem sistémica do risco em muito marcada pelo trabalho seminal da “Teoria dos Sistemas” de Niklas Luhmann (1993) e amplamente influenciada pelos contributos teóricos de Talcott Parsons (1951).

Assente na relação e na distinção entre sistema e ambiente, esta abordagem elege a comunicação como o processo e a ação social fundamental que assegura a funcionalidade operatória do sistema. Destinado a reduzir a complexidade do ambiente que o circunda, o sistema, cumpre a sua função através da diferenciação funcional, pelo

desenvolvimento de subsistemas, subáreas, (economia, direito, ciência, política, etc., etc.) cada qual com distintas formas de comunicação.

Estes subsistemas autorreferenciais e autopoéticos são “operacionalmente fechados” e “cognitivamente abertos” (Roeser, 2012, p. 1014), isto é, ao serem dotados de uma lógica interna própria, que molda e estrutura as suas análises e observações, não deixam contudo de interpretar e filtrar, através do seu código comunicacional específico, os sinais que lhe são exteriores, vindos do ambiente. O que faz com que, um mesmo evento, seja codificado de forma diferente pelos diferentes subsistemas:

Science codes a signal in terms of truth/untruth; economy in terms of property/no property; law in terms of legal/illegal; religion in terms of transcendent/immanent; and politics in terms of political power or lack of power and so forth (Luhmann 1993, *apud* Roeser, 2012, p. 1014)

De acordo com esta perspetiva o risco é definido como o resultado de uma falha, da disfunção do sistema.

Como uma ou mais condições de uma variável, que possuem potencial suficiente para (o) interromper (...) o risco pode ser entendido como um meio que permite reprogramar o interior dos diversos sistemas da sociedade, evitando uma eventual crise ou rutura do próprio sistema (Areosa, 2010, pp. 22–23).

A questão central na abordagem sistémica do risco parece ser “How the ability of society to evolve could be improved and how the ability to solve problems could be increased” (Jens O Zinn, 2006, p. 280)

Luhmann avança ainda com uma importante distinção entre risco e perigo. Para o autor uma mesma ação pode constituir um risco para uns e um perigo para outros – “one man’s risk is another man’s danger” (1993, *apud* Roeser, 2012, p. 1016) já que, no seu entender falamos de perigo quando as potenciais consequências danosas de um determinado acontecimento têm origem numa fonte externa, isto é, se o evento tiver lugar independentemente da nossa vontade. Ao contrário do risco que é sempre resultado de uma escolha e de um processo de decisão e de aceitação dos potenciais impactos gravosos. Ao defender que o risco se encontra invariavelmente ligado a um processo de decisão e de aceitação dos seus potenciais impactos, o autor sublinha a diferença, e denuncia o crescente hiato, entre decisores e afetados, aqueles que participam na tomada de decisão

(e decidem enfrentar o risco) e aqueles que são excluídos do processo e expostos às suas consequências (vítimas do perigo).

1.2. A governação do risco: participação e envolvimento público

A “governação do risco” é um termo recentemente introduzido no campo da sociologia do risco (Roeser, 2012) e deverá ser entendida à luz de uma aceção mais lata da “governação” adaptada, do domínio das ciências políticas, para enfatizar “that the government is not the only actor in managing and organizing societal and political solutions” (Renn, Klinke, & van Asselt, 2011, p. 246,247). Esta perspetiva da governação implica uma paisagem sociopolítica diversificada onde a decisão resulta de um esforço deliberativo “by a wide variety of actors including scientists, the private sector, civil society, and governmental agencies” (Klinke & Renn, 2012, p. 274). Uma noção que tem sido utilizada quer em termos descritivos, para se referir estritamente às estruturas e processos mobilizados na tomada de decisão, quer em termos normativos enquanto um novo modelo, um novo paradigma, uma nova forma de lidar e analisar o risco. Podemos encontrar um exemplo desta última conceção híbrida e integradora, por conjugar princípios de análise, de ação e decisão política no modelo criado pelo *International Risk Governance Council* (IRGC) que defende uma perspetiva dialógica e comunicacional em alternativa à clássica abordagem analítica do risco que se espartilhava essencialmente em três domínios: a avaliação, a gestão e a comunicação. (International Risk Governance Council, 2005)

É no contexto dessa aceção mais lata da “governação” como um processo deliberativo partilhado e inclusivo onde a responsabilidade da gestão do risco não é deixada apenas aos políticos ou aos cientistas integrando a “participação” de outros atores sociais que o conceito será utilizado neste trabalho. Pressupondo uma noção de democracia deliberativa ao incorporar “informed participation by citizens in the deliberative process of community decision making” (Weeks 2000, *apud* Callahan, 2007, p. 1189). No entanto, por ‘participação’ pode-se entender ‘participação pública’ ou ‘participação política’, como “conjunto de atos e de atitudes que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares” (Pasquino, 2002a, p. 50).

Esta definição concilia duas modalidades deste fenómeno: a participação visível (expressa em comportamentos) e a participação invisível ou latente (opinião pública interessada e informada). Ambas as vertentes reunidas nesta delimitação são

caracterizadas por frequências e intensidades bastante distintas fundindo concepções focadas exclusivamente em atividades com as concepções que salientam mais o interesse e envolvimento. Para além disso abrange ainda posições que não se limitam à aceitação do sistema vigente mas que tentam também a sua superação, recorrendo quer às formas clássicas de participação política institucionalizada quer às mais heterodoxas e recentes.

Ao rever as elencagens de Milbarth (1965), Verna, Nie e Kim (1978), Barnes, Kaase *et al.* (1978) e Barbagli e Maccelli (1985), Pasquino sistematizou diferentes modalidades de participação, considerando por um lado 'votar', 'inscrever-se num partido', 'inscrever-se num sindicato', 'organizar uma marcha', 'assistir a um comício', 'assinar para pedir um referendo', etc., formas e atividades "clássicas ortodoxas de participação política" e, por outro, 'propagandear a abstenção ou o voto nulo', 'participar num movimento', 'fazer greves selvagens', 'bloquear o trânsito', 'fazer um sit-in', 'boicotar um supermercado' formas "recentes heterodoxas". (Pasquino, 2002a, p. 69).

Existe assim um amplo espectro de modalidades de participação política, que não se esgotam no voto (a mais difundida e universal) nem em outros instrumentos legalmente previstos para influenciar a escolha do governo e das suas políticas públicas.

Participação essa, compreendida como um processo de envolvimento de "members of the public in the agenda-setting, decision-making, and policy forming activities of organizations/institutions responsible for policy development" (Rowe, 2005, p. 253). Quando se encontram em presença diferentes *perspetivas* e *interesses* que, por serem *conflitantes* dificultam a resolução de problemas que afetam diretamente uma determinada comunidade local. Para isso, torna-se necessário recorrer e mobilizar um conjunto de métodos, instrumentos e mecanismos de facilitação do envolvimento público na decisão. Quando este se processa de baixo para cima, de forma relativamente espontânea e autónoma pelos próprios cidadãos, podemos dizer que se trata efetivamente de participação, no entanto, quando a iniciativa parte dos detentores do poder político com o objetivo de organizar um apoio e alcançar um consenso relativamente às suas propostas falamos de mobilização (Pasquino, 2002a, p. 55).

Ao longo dos anos, têm sido propostos vários modelos explicativos das relações de intercâmbio entre governantes e governados. É útil salientar a existência destes modelos porque nos ajudam a melhor compreender o fenómeno da participação, o envolvimento e o engajamento. Da existência de diferentes paradigmas de participação pública o denominador comum parecer ser a assunção de dois extremos opostos: de um lado cidadãos passivos e alheados e no outro cidadãos comprometidos e engajados na decisão e resolução dos assuntos públicos (Callahan, 2007, p. 1183).

Um dos primeiros e mais conhecidos é o *ladder of citizen participation* que ilustra estes dois pólos sob a forma de uma analogia entre os degraus de uma escada e os diferentes “patamares” de envolvimento a percorrer: desde a *nonparticipation* (1-*manipulation e 2-therapy*), aos ‘*degrees of tokenism*’ (3-*informing, 4-consultation, 5-placation*) aos ‘*degrees of citizen power*’ (6-*partnership, 7- delegated power , 8-citizen control*). (Arnstein, 1969, p. 217)

Thomas (1995), por outro lado, centra-se na perspetiva da decisão na administração pública propondo para isso, outros cinco diferentes níveis. Sendo que, num dos extremos a decisão cabe de forma autónoma ao ‘*public administrator*’, sem qualquer tipo de envolvimento público, e no outro, apenas decide depois de uma plena e abrangente consulta pública. Nos níveis intermédios são possíveis várias modalidades de participação desde a auscultação de um grupo restrito de consultores até um processo mais inclusivo, no entanto, todo o processo é controlado pelos administradores que decidem quem, como e quando o público é incluído no processo (Callahan, 2007, p. 1184)

O modelo de Box (1998) coloca os cidadãos num contínuo bipolar, encerrado num dos seus lados pelos ‘*freeriders*’ e, no extremo contrário, pelos ‘*ativistas*’. Nos pontos intermédios é colocada a figura dos ‘*watchdogs*’ que retratam aqueles que apenas se envolvem quando os assuntos lhes interessam ou afetam diretamente. Enquanto os ‘*freeriders*’ “prefer the comfort of their easy chair and entrust public administrators to act in their best interest” (Vigoda 2000, *apud* Callahan, 2007, p. 1184)

Capítulo 2. Definição do objeto de estudo

2.1. O risco da térmita de madeira seca nos Açores

O risco de infestação por térmita de madeira seca *Cryptotermes brevis* (Walker), a ser alvo de análise neste estudo, uma praga de insetos de grande potencial destrutivo por ser capaz de consumir toda a infraestrutura em madeira de uma habitação encontra-se presente em cerca de 70 países de todos os continentes à exceção da Antártida (Nunes et al., 2010, p. 637).

Nos Açores, tem suscitado uma especial atenção e preocupação na esfera pública açoriana (Arroz et al., 2012) sendo que dezanove freguesias de seis ilhas encontram-se delimitadas como áreas de risco de infestação (Presidência do Governo Regional, 2011a, 2011b) o que faz com que a praga se encontre bem instalada (Anexos II a VIII) ao ponto de se considerar a praga mais preocupante da Região (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2010). Preocupação essa que parece ser de cariz inédito já que se desconhece a existência de estudos de perceção de risco dedicados a esta praga à exceção dos empreendidos nos açores, apesar da evidente ubiquidade desta espécie que se encontra presente em várias regiões do globo. A *Cryptotermes brevis* (Walker) foi, também, detetada em Lisboa e em Barcelona, no entanto, apenas em focos circunscritos, não sendo os únicos casos conhecidos na Europa já que existem alguns registos de episódios isolados em Inglaterra, Berlim e Alemanha. Recentemente foi levantada a suspeita de possíveis casos de infestações bem estabelecidas em Itália, mais especificamente em Génova e Pádua. Nas Canárias, Madeira e Porto Santo encontram-se referências, já há alguns anos, na literatura do domínio da entomologia, à existência de populações *C. brevis* bem de estabelecidas. (Nunes et al., 2010, p. 637).

Quando em 2002 o problema emergiu, pela primeira vez, na esfera pública açoriana, as prioridades de investigação centraram-se nos domínios da avaliação de risco, sendo dada especial atenção à caracterização da vulnerabilidade física da região através da identificação da fonte biológica do fenómeno (ecologia da espécie) (Borges & Myles, 2007) exposição e probabilidade de ocorrência (climatologia) (Guerreiro, 2009) e monitorização (Borges et al., 2014).

Estudos no âmbito da avaliação da preocupação social e percepção de risco traçaram o perfil de risco percebido enquanto Cassandra (Arroz et al., 2012, p. 16) de acordo com a tipologia de Klinke & Renn (2001, p. 16) uma vez que o *modus operandi* da espécie é caracterizado por um longo intervalo de tempo percebido entre o estímulo causal (infestação) e danos produzidos (destruição de infraestruturas em madeira). Essa invisibilidade faz com que se tenha um menor tolerância e aceitação, ao não sabermos se lhe estamos expostos, apesar da alta probabilidade de exposição e à importância dos danos que colocam em causa a segurança da “nossa casa”.

Para lidar com este tipo de risco os autores propõem que se adote uma estratégia de gestão discursiva que dê ênfase ao envolvimento dos diferentes atores sociais implicados na gestão do risco, “on reaching political consensus or agreement, (...) the involvement of stakeholders, including industry and governmental organizations, and public participation” (Klinke & Renn, 2001)

2.2. Cariz dos questionamentos, estatuto e função da pesquisa

Foi a partir do diagnóstico de uma fraca mobilização cidadã em medidas de gestão pública da infestação (Arroz et al., 2012) e da crescente preocupação das instâncias reguladoras internacionais em criar diretivas que apelam à necessidade da inclusão do público na construção de políticas de planeamento e gestão territorial para a redução do risco e das suas consequências, que se delineou como questão de partida para este estudo: que fatores poderão facilitar ou por outro lado dificultar a participação e envolvimento dos cidadãos na gestão do risco? Com o objetivo de refletir acerca da diversidade de racionalidades em presença quanto ao risco e quanto ao poder, a fim de contribuir para a construção de processos de tomada de decisão mais inclusivos e informar a criação de novas oportunidades de se fazerem cumprir as recomendações da nova Carta de Sendai.

Elegeram-se como questões centrais de investigação: Qual o papel do cidadão na gestão do risco? Que papel atribuem a si próprios neste processo? Que representações têm (os cidadãos) acerca do risco e da forma como deve ser gerido?

Este estudo assume-se, assim, dado o cariz dos seus questionamentos, de natureza exploratória, adotando uma abordagem qualitativa e elegendo como principal instrumento para a produção de dados a entrevista semiestruturada, não por motivos de ordem técnica mas sim por motivos de ordem teórico-epistemológica (Lessard-Hébert et al., 2005). Uma vez que no centro da análise encontra-se o interesse pela diversidade de racionalidades e significados atribuídos pelos/as entrevistados/as face ao risco e face ao

poder, perfilhando-se do paradigma compreensivo de tradição weberiana e de uma postura analítica de reconstrução de sentido (Guerra, 2006).

A função e estatuto compreensivo de investigação definido para este estudo não se coaduna, assim, com a elaboração *à priori* de “hipóteses de pesquisa”, na aceção *tout court* hipotético-dedutiva e positivista do termo, cujo objetivo último seria a sua verificação ou refutação. Pretende-se antes contribuir com um modelo conceptual potencialmente explicativo do contexto estudado onde os principais eixos analíticos não deixaram, no entanto, de se guiar e de se verem construídos com base em variáveis e indicadores apontados na literatura como influenciadoras da percepção de risco e da participação e envolvimento público.

Foi nesse sentido que se optou, em consciência, por não se definirem hipóteses “a testar” no sentido tradicional do termo, preferindo-se antes a formulação de questões de investigação complementares que pressupõem em si a possível antecipação de uma relação entre um fenómeno e um conceito/dimensão possivelmente capaz de o explicar:

(1) Que lógicas de atuação subjazem às estratégias de enfrentamento que defendem? Serão estratégias maioritariamente individuais/privadas (familiares) ou de envolvimento público (coletivo)? (2) Que dinâmicas sociais existem entre cidadãos afetados? O que as faz mover? Quais as normas que regulam a sua ação? (3) Que recursos mobilizam e que necessidades permitem suprir?

Afim garantir que a produção, análise e interpretação dos dados não se “ancorasse” nem “espartilhasse” perigosamente em “grilhetas” possivelmente comprometedoras das potencialidades que caracterizam distintivamente o qualitativo: sensibilidade e abertura indutiva. No entanto, facilmente se depreendem as dimensões que subjazem a cada uma das questões complementares acima avançadas.

Na primeira, explora-se, subliminarmente, o papel dos laços familiares na participação e envolvimento público. Relação esta que tem sido testada na literatura, no âmbito de estudos quantitativos, e cujos resultados tanto concluem que existe uma relação positiva entre laços familiares e virtudes cívicas (Ljunge, 2011) como também e contraditoriamente estão negativamente associados à participação política, podendo levar a um extremo patológico de ‘familismo amoral’ onde os laços familiares são tão fortes que são os únicos que importam: “Such that the more individuals rely on family as a provider of services, insurance, and transfer of resources, the lower is one’s civic engagement and political participation” (Alesina & Giuliano, 2011, p. 817). Ou seja, os laços familiares tanto podem desempenhar um papel facilitador como constituir um fator dificultador do envolvimento público.

A segunda e terceira questão teve como ponto de partida debruçar-se acerca do papel do capital social no envolvimento cívico dada a multiplicidade de definições que o conceito tem assumido na literatura sociológica. Apontado ora como causa ora como efeito desse fenómeno dependendo da aceção mobilizada pelos diferentes autores.

Segundo Fialho (2008) autores como Putnam (2002) e Almond e Verba (1963) salientam a dimensão causal do conceito entendendo o capital social como sinónimo de envolvimento público e de cultura cívica enquanto Bourdieu (1999) e Coleman (1990) evidenciam, respetivamente, a dimensão dos recursos possuídos ou facilitados nas/pelas redes sociais na prossecução de objetivos individuais ou públicos.

O que se pretende neste trabalho e com a segunda e terceira questão de investigação, em particular é, apesar dos diferentes significados que têm sido imputados ao conceito, mobilizá-lo a partir de um sentido comum que subjaz à multiplicidade de conceções existentes (Fialho, 2008, p. 81). Analisando, no contexto empírico alvo do estudo, a existência ou ausência de processos e dinâmicas sociais de estabelecimento de redes e se são valorizadas e mobilizadas como recurso para a realização de ações de gestão do risco. Aferindo o cariz e a função que lhes é atribuída, se pretendem, permitem ou facilitam cumprir objetivos individuais ou coletivos.

2.3. Abordagem e opções metodológicas na produção e interpretação dos dados

O objeto empírico selecionado fez com que se delimitasse o campo de análise à cidade de Angra do Heroísmo por dois motivos. Por ter sido a cidade onde pela primeira vez se detetou o problema nas ilhas açorianas e por nela se encontrarem sediadas as equipas de investigação que se têm dedicado ao seu estudo, quer no âmbito da ecologia da espécie e sua monitorização, quer no domínio da perceção e comunicação de risco. O que facilitaria o acesso ao “terreno” e o contacto com cidadãos/ãs potencialmente interessados/as em participar neste trabalho.

O grupo alvo deste estudo centrou-se, assim, em cidadãos/as afetados/as pelo risco selecionados de acordo com três critérios: (1) tipo de relação com o imóvel (proprietários/as), (2) localização do imóvel (situado em qualquer uma das cinco freguesias delimitadas como zonas risco infestação na cidade de Angra do Heroísmo), (3) situação do imóvel face ao risco (com infestação). Os primeiros contactos com potenciais interessados foi feito inicialmente com o auxílio do grupo da Biodiversidade da Universidade dos Açores, acompanhando-os nas suas saídas de trabalho de campo destinadas a recolher e substituir armadilhas colocadas no interior das habitações que

integravam o seu estudo de monitorização. Nestas visitas foi possível estabelecer um contacto personalizado com cidadãos/ãs afetados/as perceber o seu contexto e selecionar participantes de acordo com os critérios definidos. Para além disso foram também empreendidas “jornadas a solo” quer no contacto porta-a-porta pelas ruas das diferentes freguesias de risco na cidade de Angra do Heroísmo, quer pela assistência a uma apresentação pública dedicada à temática que ocorreu na altura em que me encontrava “em campo”. Na sequência destes três tipos de contactos foi surgindo “naturalmente” a estratégia em bola neve à medida que ia reunindo participantes. Foram realizadas dezasseis entrevistas num total de dezassete horas de gravação, sendo o tempo médio de duração de entrevista cerca de uma hora.

A definição das dimensões a ser alvo de análise foi objeto de dois momentos distintos. Um primeiro momento de estruturação *à priori* das dimensões e variáveis que têm sido apontadas na literatura como influenciadoras da perceção do risco e da participação e envolvimento público por forma a delinear o guião de entrevista (Apêndice I). E um segundo momento *à posteriori* dedicado à construção de uma matriz de análise segundo uma abordagem indutiva a partir das dimensões observadas nas entrevistas, de análises descritivo-interpretativas dos dados produzidos.

O primeiro momento, *à priori*, de conceção de um modelo de análise teve como objetivo definir e operacionalizar conceitos e constructos afim de perceber o modo como os/as entrevistados/as caracterizam e avaliam o risco. Nesse sentido selecionaram-se três dimensões essenciais: (1) gravidade (extensão dos danos, potencial catastrófico, ubiquidade, controlo pessoal, controlo institucional, associações) (Renn, 2008, pp. 159–161); (2) tolerabilidade (voluntariedade, efeitos de retardamento, violação da equidade, potencial de mobilização) (*ibidem*); (3) e confiança e credibilidade nas instituições e agências reguladoras (competência, objetividade, justiça/equidade, coerência, sinceridade, crença e empatia) (*ibidem*, p. 124).

O segundo momento de construção de uma matriz de análise (Figura 4), *à posteriori*, de acordo com uma abordagem indutiva, teve como objetivo debruçar-se acerca das perspetivas, atitudes e comportamentos dos/as cidadãos/ãs entrevistados/as quanto ao nível de envolvimento e participação pública na gestão do risco. Analisando a força e o sentido das lógicas de atuação apontadas pelos cidadãos, a partir do cruzamento ortogonal de dois eixos dicotómicos. Um vetor horizontal (x) que se guia pela questão “Como gerir o risco?” para distinguir posições de pendor “privado/individual” *versus* “público/coletivo”, e um segundo vetor vertical (y) conduzido pela questão “Como decidir?” a fim de situar os diferentes posicionamentos relativamente ao papel que

atribuem a si próprios quanto à decisão: “delegar” *versus* “influenciar”. Um esforço analítico tipológico que se ancorou nos *idealtypus* de tradição Weberiana para clarificar e distinguir a diversidade de racionalidades e perspectivas em presença.

2.4. O contexto empírico do estudo: Os açores, uma região ultraperiférica

Situada em pleno atlântico, os Açores, enquanto região arquipelágica composta por nove diferentes ilhas, enfrentam dificuldades e desafios específicos ao seu desenvolvimento que decorrem não só da sua insularidade, pequena dimensão territorial e afastamento do continente europeu, como também da dispersão geográfica no seio do próprio arquipélago, difícil clima e dependência económica de inúmeros produtos. A conjugação de todos estes fatores concorreram para que lhes tenha sido atribuído, a par de outros oito territórios insulares europeus, o estatuto de Região Ultraperiférica, segundo o artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, concebido especificamente para permitir a criação e mobilização de fundos especialmente dedicados a tentar contornar e fazer face a estes obstáculos.

Em traços gerais quanto a indicadores estatísticos que poderão contribuir de alguma forma para um retrato útil da Região no âmbito de uma caracterização sociográfica do contexto empírico de referência deste estudo, segundo uma publicação da PORDATA (2014), podemos salientar que os açores ocupam cerca de 2.322 km² de extensão territorial (2,5 % da superfície nacional) tendo, em 2012, 247.372 habitantes (2,4% dos residentes no país). A população açoriana apresentava, em 2011, uma taxa de analfabetismo (4,7%) inferior à média nacional (5,2%), pese embora o facto de registar valores médios inferiores aos nacionais quanto a outros níveis de instrução, já que a população sem ensino secundário (76,8%) é superior à média nacional (69,5%) e a percentagem de população com ensino superior é inferior (10%) quando comparada com a média registada no país (13,8%). A população açoriana registava, em 2012, um menor nível de envelhecimento, uma vez que a percentagem média de jovens com menos de 15 anos (17%) é superior à do país (14,9%) e a percentagem de idosos com mais de 65 anos é inferior (13,0%) à nacional (19,2%). (PORDATA, 2014).

Este é apenas o retrato possível que não pretende, nem consegue apreender e mapear a vulnerabilidade social ao risco da Região e da cidade em particular alvo deste estudo. Cartografia essa que, no entanto, já foi traçada para o território continental português, a partir de um novo modelo de análise criado segundo uma perspectiva multidisciplinar. Uma abordagem que propõe o cruzamento de duas dimensões “as

vulnerabilidades das populações e comunidades (criticidade) e a vulnerabilidade territorial (capacidade de suporte), os quais refletem a exposição ou vulnerabilidade biofísica, a resiliência social e a capacidade de suporte infraestrutural” (Mendes et al., 2011, p. 95). Um instrumento que dada a sua atenção e sensibilidade à escala municipal e submunicipal, na mensuração empírica da vulnerabilidade social, se revela de extrema relevância enquanto recurso capacitador da gestão do risco podendo desempenhar um papel crucial no apoio à decisão e criação de novas políticas públicas ou “programas de ordenamento e planeamento destinados a mitigar os riscos e as vulnerabilidades do território” (*ibidem*).

Dada a natureza vulcânica das ilhas que compõem o arquipélago dos Açores e o seu enquadramento geotectónico - situado numa zona de confluência de três placas tectónicas (Euroasiática, Americana e Africana) - fazem com a Região possua uma especial vulnerabilidade física ao risco sísmico. Aquando da redação do Regulamento de Solicitações em Edifícios e Pontes, em 1961, 7 das suas 9 ilhas foram consideradas, zonas de forte potencial sísmico (numa escala de A-forte, B-Médio e C-Fraco), sendo que ao Corvo e às Flores tenha sido atribuído um nível fraco de exposição por se encontrarem no seio da placa Norte Americana e, portanto, mais afastadas da junção tripla (Coelho, Mendes, & Falcão, 2005, p. 23)

Na generalidade do arquipélago a atividade sísmica caracteriza-se pela ocorrência de “um elevado número de microssismos (e.g. sismos de magnitude inferior a 3) registados anualmente na rede sísmica do arquipélago ocasionalmente sob a forma de enxames sísmicos” (Forjaz, Nunes, & Oliveira, 2004, p. 350). Sendo que, de acordo com o que é proposto por estes autores, a exposição ao risco sísmico das diferentes ilhas que compõem a Região poderá ser agrupada em 4 níveis tendo em conta a sua frequência e intensidade. 1) São Miguel, Terceira e Faial de maior sismicidade atingindo por vezes intensidade superior a V e onde ocorreram os episódios mais recentes e marcantes, os sismo de 1980 na Terceira e o de 1998 no Faial (*ibidem*, p. 351); 2) Pico e São Jorge com um menor número e intensidade, com períodos de enxames sísmicos mais ou menos longos; 3) Graciosa e Santa Maria com poucos episódios sentidos pela população e, finalmente; 4) Flores e Corvo de reduzida sismicidade (*ibidem*, p. 355). Estima-se que, nos últimos cinco séculos, desde a colonização do arquipélago, tenham perdido a vida em consequência direta destes fenómenos naturais entre 5345 e 6350 pessoas (*ibidem*, p. 349).

Importa salientar a regular atividade sísmica da Região, se a esta sobrepusermos a cartografia da exposição ao risco da térmita de madeira seca das principais cidades

Açorianas (Anexos III a VIII) uma vez que se trata de uma praga que é capaz de fragilizar e consumir toda a infraestrutura em madeira de uma habitação (Borges & Myles, 2007). Ambos os riscos acarretam, em potência, especialmente se à atividade de um se conjugar a atividade do outro, grandes impactos ao nível do edificado, o que torna os centros urbanos particularmente vulneráveis à possível ocorrência de grandes perdas económicas, patrimoniais e, até mesmo, à perda de vidas humanas.

Tendo em conta as dimensões físicas do risco, mais concretamente as características biológicas da espécie, a *C. brevis* possui, intrinsecamente, uma grande capacidade de dispersão e de contágio. Capacidade essa que é facilitada pelas condições climáticas da região, ao se encontrar localizada numa latitude temperada com clima ameno e com elevados índices de humidade, o que faz com que o arquipélago reúna variáveis climatológicas em muito favoráveis ao seu desenvolvimento (Guerreiro, 2009)

Se a estes fatores adicionarmos as características do edificado e do traçado urbano da região percebemos os motivos que fazem com que as principais cidades açorianas se encontram particularmente vulneráveis à fixação da térmita de madeira seca. Tradicionalmente a arquitetura açoriana, e da cidade de Angra do Heroísmo em particular - que se encontra inscrita na lista do património mundial classificado pela UNESCO desde 1983 (Assembleia Regional da Região Autónoma dos Açores, 1984) - distingue-se pelo forte recurso à madeira (alimento da espécie) nos acabamentos (portas, janelas) e nas componentes estruturais dos edifícios (soalhos, tetos e coberturas) organizados em arruamentos e quarteirões com uma proximidade entre as habitações que raramente é inferior à capacidade máxima de voo da *C. brevis* estimada entre 100-120 metros (Guerreiro, 2009).

Existe uma forte preocupação social na esfera pública açoriana quer quanto ao risco da térmita de madeira seca (Arroz et al., 2012) quer quanto à elevada probabilidade de ocorrência de eventos sísmicos estando ainda bastante presentes na memória e no quotidiano dos/as cidadãos/ãs a gravidade dos impactos do sismo de 98 no Faial e do sismo de 80, a 1 de Janeiro, na Terceira (Rego & Arroz, 2012). Sismo este que causou 61 vítimas mortais (Forjaz et al., 2004, p. 351) e a quase completa destruição da cidade de Angra do Heroísmo.

Apesar disso, ao contrário do que acontece para o contexto do território continental, não existem estudos quantitativos a nível regional que avaliem a perceção de risco, a gravidade comparativamente atribuída a outros riscos naturais e tecnológicos a que o arquipélago esteja potencialmente exposto e a confiança institucional depositada nas instâncias responsáveis pela sua gestão. Exceção feita ao esforço referido por Rego & Arroz (2012) na construção de um inquérito por questionário a validar e aplicar a uma

amostra estratificada da população em diferentes ilhas do arquipélago, mas cujos resultados não se encontram ainda publicados. Não existem, por isso, dados quantitativos que nos permitam aferir o modo como os açorianos avaliam os diferentes riscos e o grau de confiança institucional que atribuem à sua gestão.

Quanto aos estudos empreendidos para o caso do território continental português podemos referir, a título de exemplo, os inquéritos nacionais conduzidos por Alexandre Oliveira Tavares, José Manuel Mendes e Eduardo Basto (2011) e Ana Delicado e Maria Eduarda (2007).

O primeiro, aplicado a uma amostra representativa da população maior de idade, teve como ponto de partida para a sua análise duas escalas “uma mais proximal dos inquiridos, caracterizando o concelho de residência e outra mais distal caracterizando o espaço nacional” (Tavares et al., 2011, p. 167). Os seus resultados demonstraram “o papel crucial da diferenciação territorial e da consciência da escala na intensidade dos riscos percebidos” (*ibidem*, p. 187) o que contraria a tese da familiaridade. Apresentando o argumento que o processo que condiciona a perceção da intensidade dos riscos é antes a escala a que essa perceção é projetada. “Quanto maior é a proximidade habitual de residência, menor é a intensidade percebida dos perigos, induzida pela noção de segurança e controlo dos acontecimentos e das suas circunstâncias envolventes” (*ibidem*). Resta saber se o mesmo se verificaria para o contexto da insularidade açoriana.

Quanto ao segundo estudo referido vale a pena salientar que para além das questões da intensidade da perceção do risco e da confiança atribuída às instituições, as autoras, também se debruçaram acerca da importância atribuída à participação “nos processos decisórios das populações, das empresas, das associações ambientalistas e de consumidores, dos peritos científicos e dos autarcas locais” (Delicado & Gonçalves, 2007, p. 704). Constatando “a prevalência do desejo de participação das próprias populações, tanto as diretamente afetadas como a população em geral” (*ibidem*). Pese embora o facto de que em Portugal estejam “ainda fracamente institucionalizadas e divulgadas as formas de participação do público na tomada de decisões sobre o risco” (*ibidem*, p. 701). Aos participantes neste estudo foi ainda perguntado “se já havia participado numa ação para protestar ou tentar evitar um risco ambiental ou para a saúde pública” (*ibidem*, p. 700) tendo a taxa de participação em ações de protesto registado cerca de apenas 10% (n=67) numa amostra de cerca de 700 indivíduos residentes em Portugal Continental. Ocupando os três primeiros lugares em termos de forma de participação escolhida pelos inquiridos para demonstrarem o seu descontentamento: participar numa manifestação (36,3%), assinar uma petição/abaixo-assinado (22,6%), reunião na câmara municipal/JF (19%).

(*ibidem*, p.701). De acordo com as autoras estes valores compreendem-se num contexto nacional de baixas taxas de participação política em ações que vão para além da participação eleitoral, em consonância com os resultados obtidos em inquéritos anteriores que apresentaram pouca participação em movimentos associativos e baixas taxas de participação ambiental. (*ibidem*, p. 700).

À falta de semelhantes estudos quantitativos, com dados publicados quanto ao universo da população açoriana, que permita traçar um diagnóstico da participação cívica e envolvimento público na gestão do risco da região, podemos apenas tentar avançar com um retrato genérico da participação registada nos açores, com base em dados estatísticos disponíveis quanto a indicadores de participação política eleitoral.

Num universo de 226.535 recenseados/as na Região (cerca de 2,3% dos/as recenseados/as do país), segundo a mesma publicação da Fundação Francisco Manuel dos Santos, referida no início deste subcapítulo, os açores registaram uma taxa de abstenção (68,9%), nas presidenciais de 2011, bastante superior à média nacional (53,3%), com uma diferença de 15,4 pontos percentuais. Sendo que a abstenção da Terceira (66,4%), tenha ficado ligeiramente abaixo da média regional mas, mesmo assim, acima da média registada no país. Apenas a abstenção em São Miguel (71,6%) e em Santa Maria (71,1%) ultrapassaram a já elevada média regional de abstenção registada nestas eleições para a Presidência da República. Valerá, por último, também a pena salientar relativamente a este ato eleitoral em particular, que em nenhuma das ilhas açorianas se verificou uma taxa de abstenção inferior à média nacional (PORDATA, 2014, p. 43)

Esta tendência de não participação parece também ter-se repetido nas autárquicas de 2013, embora com contornos ligeiramente diferentes. A média de abstenção nos açores (46,0%) ficou ligeiramente abaixo da média nacional registada (47,4%). Uma média de abstenção que apenas foi ultrapassada em São Miguel (48,8%) e na Terceira (50,2%) ilha onde se verificou a maior taxa de abstenção a nível regional (*ibidem*, p. 42). Facto que se veria a repetir nas eleições para a Assembleia Legislativa Regional de 2012 onde a Terceira (52,1%) ocupou o primeiro lugar do *ranking* da abstenção registada nas diferentes ilhas. (*ibidem*, p. 43).

Valores estes que apenas reforçam e sustentam a importância e premência de estudos que se dediquem à análise dos motivos e racionalidades que se encontram em presença face à atual descredibilização da classe política dos decisores e representantes do sistema democrático.

Capítulo 3. Um risco cujo ‘silêncio’ é demasiado ‘ruidoso’

3.1. Um problema pessoal e (in)transmissível

Um dos principais desafios com que me deparei no trabalho de campo, mais especificamente nas “jornadas a solo”, pelas ruas da cidade de Angra do Heroísmo, foi a quantidade de “portas” que me iam sendo “barradas” quando tentava interpelar, porta-a-porta, cidadãos/ãs potencialmente afetados e convidá-los a fazerem parte deste estudo. Ao apresentar-me, a mim e aos objetivos do trabalho, eram muitas as pessoas que negavam ter térmitas “em casa” e que, por isso mesmo, não valeria a pena entrevistá-las e “perder tempo” com elas. No entanto ficava sempre a dúvida se a “negação” da exposição ao risco se devia ao simples facto de não serem capazes de identificar a presença de térmitas, por puro desconhecimento, ou se ainda não teriam detetado os seus indícios, dado o *modus operandi* da espécie, que se caracteriza por um longo intervalo de tempo entre o estímulo causal (infestação) e danos produzidos (corrosão de madeiras) (Arroz et al., 2012, p. 16). Quando tentava aprofundar a questão, descrevendo o inseto em si e a forma como tardiamente se manifestam os “sintomas”, uma outra suspeita se começou a levantar: Seria o problema realmente “invisível” para os/as cidadãos/ãs ou, por outro lado, o estariam a tentar “invisibilizar” negando a sua existência? Suspeita essa que foi ganhando forma à medida que ia conquistando a confiança de pessoas que se disponibilizavam para serem entrevistadas, algumas das quais me indicavam outras que, à partida, também aceitariam participar no estudo, não deixando, no entanto, de fazer “alertas à navegação”:

Se você bater à porta daquelas pessoas todas da rua [local] as pessoas ou sabem que têm térmitas e disponibilizam-se para falar consigo, ou dizem que não têm porque não querem falar.

(Natália, 46 anos)

É de salientar que me confrontei com este tipo de situações e reações apenas nas minhas incursões “a solo”, isto é, quando não acompanhava a equipa da Universidade dos Açores nas suas visitas às habitações participantes no projeto de monitorização da praga implantado no terreno já desde 2004 (Borges & Myles, 2007, p. 12). Uma vez que pretendia que a amostra deste estudo não se cingisse única e exclusivamente a cidadãos/ãs que já tivessem um contacto prévio e mediado pela Ciência.

A “negação” do problema já era de alguma forma conhecida, mas atribuída essencialmente a dois aspetos: (1) à ausência de conhecimento e falta de informação por parte da população quanto à identificação da espécie, de acordo com um projeto de perceção de risco realizado entre 2006-2009, cujo diagnóstico viria a motivar a conceção e implementação de um *site* e uma campanha de informação pública com o objetivo de sensibilizar e consolidar a consciência social do risco (Arroz et al., 2012, p. 39); e (2) à tentativa de encobrimento do problema, dada desvalorização económica que esta infestação comporta para o património edificado, razão que esteve na base da criação do Sistema de Certificação à Infestação por Térmitas (SCIT) e de legislação específica que passou a exigir a emissão de um “certificado de ausência” ou “certificado de presença” aquando da venda de imóveis (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2010).

Com o desenrolar do estudo, à medida que ia somando contactos e entrevistas “no terreno” a dimensão da “negação” começa a ganhar uma forte premência nos discursos dos/as entrevistados/as fazendo acreditar que para além dos motivos conhecidos haveria, possivelmente, outras razões merecedoras de uma especial atenção, para um aspeto que poderia dar a conhecer um outro ângulo acerca do problema:

Porque eu sei, e o seu colega deve... sabe melhor do que ninguém, que já bateu a muita porta que lhe foi fechada, que as pessoas recusam a admitir que têm térmitas em casa, o que é uma grandíssima asneira. Porque não é por aí que se vai resolver o problema, em: “Ai a minha casa na tem!” Mentira! Neste momento quem me disser que na tem térmitas em casa é mentira! Não acredito.

(Augusta, 58 anos)

A interpretação e análise de conteúdo dos dados produzidos - a partir da construção de tipologias por semelhança - viria a clarificar e distinguir a diversidade de racionalidades em três atitudes-tipo face à “negação” (Quadro 1) três diferentes tipos de “not me” (Joffe, 1999): “na minha casa não” (1) porque “não sei”, (2) porque “não quero saber”, (3) porque “não quero que ninguém saiba”:

Há pessoas que ainda não sabem o que é, não conhecem. E outros sabem e não querem saber. (...) Há outros que não querem que se saiba que têm, que ainda é mais complicado.

(Álvaro, 69 anos)

“Na minha casa, não.” porque “não sei”

À primeira atitude-tipo referida “não saber” poderão corresponder os/as cidadãos/ãs que, de facto, negam a existência do problema por não estarem sensibilizados/as para a possibilidade de exposição ao risco ou por não conhecerem os indícios que permitam identificar a presença de térmitas na sua habitação:

Como me conhecem e sabem que eu que estou dentro do assunto, eu vou a casa das pessoas e digo: “Éh, pá. Eu vou-te dizer se tu tens, se não tens. Agora se a estrutura está boa ou não, não sou eu que te vou dizer”. (...) Pelo menos eles ficam a saber e têm a certeza. Que há pessoas que ainda não sabem o que é. Não conhecem.

(Álvaro, 69 anos)

“Na minha casa, não.” porque “não quero saber”

Na segunda atitude-tipo “não querer saber” a lógica que preside é a de uma negação interna, isto é, de não querer assumir para consigo mesmo, tentar ignorar, “esquecer o problema”, “não querer ver”, “não querer nem pensar” ou confrontar-se com as evidências por ser demasiado doloroso equacionar as potenciais perdas. O que impede as pessoas de “assumir” a exposição ao risco, não são fatores de ordem racional ou cognitiva, por falta de informação ou por falta de capacidade de a processar e interpretar, mas sim de ordem emocional, inconsciente (Joffe, 1999), “fazendo de contas” que “não é bem consigo”:

Vivo num pânico que eu tento empurrar... empurrar não... tento esquecer um bocadinho... tipo fingir que não é comigo durante a maior parte do tempo, mas tá-me sempre latente, tá sempre assim escondido porque penso o que é que vai ser de mim. Pra já porque não tenho grandes possibilidades financeiras de fazer grandes coisas e depois penso assim: "Meu Deus! Isto é o que me resta, é esta casa!" (...) Também tenho uma amiga minha que eu penso que tá um bocadinho... mora [local] e que... tá também um bocadinho daquele género... porque eu sei então que ela coitada fica mesmo desesperada porque não tem mesmo meios para fazer... porque tem filhos a estudar e... vive sozinha! pronto... e eu acho que ela também faz um bocadinho de contas assim... que não é bem consigo! E eu já disse: "e já pensaste?" e ela: "eu nem quero pensar! mas eu acho que não tenho muitas! eu acho que não devo ter... porque eles dizem que às vezes é só..." mas também penso que se calhar ela já tem e que não quer pensar (...) e a minha mãe, qualquer pó que há... que eu digo "óh, mãe! Isto é..." ela diz: "não, não é. este pozinho é tão fininho! não é térmitas!" não quer mesmo que seja térmita.

(Nazaré, 53 anos)

Uma resposta ao risco que pode impedir as pessoas de tomarem medidas de enfrentamento adequadas, mas que se compreende enquanto estratégia de defesa. O “pelo menos não ver” promove um certo sentido de segurança e invulnerabilidade (*ibidem*), dada a impotência e falta de controlo pessoal percecionada. Por ausência de recursos financeiros mas principalmente por falta de recursos anímicos, fenómeno que é especialmente observado nos/as cidadãos/ãs mais idosos/as que tentam “esquecer um pouco” e “não querem saber” porque “já estão mais pra lá, do que pra cá” sentindo que “já fizeram tudo o que tinham para fazer neste mundo”:

Não me preocupo quase nada.

Não se preocupa quase nada, e porque é que não se preocupa?

Porque sou muito velha já. Não me interessa já com térmitas nem com nada dessas coisas. Pode vir ela, se me der na cabeça, deu, paciência! Eu já tou na idade...já fiz tudo o que tinha que fazer neste mundo. (...) De vez em quando vou ao sótão, mando a rapariga "olha, vai-me passar aí...os móveis do sótão e aspira aí essas gateiras que tem nesse sótão" para pelo menos não ver e esquecer-me um pouco.

(Isaura, 80 anos)

Especialmente tendo em linha de conta as dificuldades de mobilidade e os diversos problemas de saúde que começam a surgir nestas idades, fatores que contribuem para que se sintam ainda mais vulneráveis e incapazes de tomar as rédeas da situação acabando, por isso mesmo, por se limitarem a “fechar a porta e apagar a luz” deixando para “quem vem atrás” (os/as herdeiros/as) a responsabilidade de gerir o problema:

Porque eles já não tão em idade, nem têm sequer o ânimo, nem a vontade. A minha mãe tem uma doença crônica com a qual tem que lidar diariamente, não é? (...) O meu pai é quem a apoia e quem a leva pra trás e prá frente... Nessas coisas, portanto, eles não tão nem p'raí virados... Pensando que vão, agora, remover o conteúdo todo da casa. É uma casa ainda bastante grande. Para fazer obras de sustentação... (...) Eles basicamente vão fechar a porta e apagar a luz. O último a sair apaga a luz e fica assim mesmo. E o problema não será resolvido por eles, decerto.

(Natércia, 47 anos)

A dimensão das consequências que este risco é capaz de produzir é vista por esta atitude-tipo como profundamente desorganizadora, como se se tratasse de “uma desgraça que entra pela casa adentro”, uma “calamidade” comparada, em diferentes momentos das entrevistas, com uma “doença muito grave” mesmo para aqueles e aquelas que não são idosos/as. Esta associação com uma “doença” ganha peso e sentido pela diversidade do léxico e vocabulário recorrentemente escolhido nos discursos dos/as entrevistados/as para retratar a sua relação com o risco. Quer no que respeita à descrição da forma de ação da espécie, quer no que respeita às reações e estratégias referidas para tentar lidar e enfrentar os seus potenciais danos. A corrosão interna e invisível dos “esqueletos” dos edifícios, por fragilizar as estruturas das habitações sem deixar de manter um aspeto exterior aparentemente “saudável”, acaba por se ver descrita e igualada a uma “doença silenciosa”, semelhante a “um cancro”, “uma osteoporose”:

As térmitas são um cancro, uma osteoporose. (...) Isso é como uma doença silenciosa você não a vê... Você não sente... julga que ela não existe, eu agora, a partir de agora, não me preocupo com as térmitas, elas estão para aí a comer mas eu não as vejo. Portanto, quando volta outra vez o junho é que... e depois nós vamos criando uma imunidade às coisas... como em tudo na vida, não é? E isso é mau.

(Natália, 46 anos)

Esta forma de representar o risco sob a aparência de uma outra coisa - uma doença - assenta num significado atribuído por comparação, numa figura de retórica que vai ao encontro do que Susan Sontag propõe na sua obra “A doença como metáfora” (1984). Onde o cancro é tido, de acordo com uma antiga definição do Oxford English Dictionary, por si citada, como “Algo que desgasta, corrói, corrompe ou consome vagarosa e secretamente”. A semelhança, neste caso específico e particular das térmitas, não se sustenta e compreende apenas pelo paralelo estabelecido entre a lógica “invisível” e “silenciosa” de atuação do “agente patológico” que internamente se dissemina e causa danos – “você não a vê, você não a sente, julga que ela não existe” - como também se subentende no modo de lidar com os seus efeitos. Tenta-se negar internamente a sua existência, “invisibilizando” o que já é em certa medida “invisível”, “não querendo saber”, “não se preocupando, agora”, como estratégia de defesa psicológica que se ancora na “imunidade” aparente que é capaz de proporcionar mesmo que apenas temporária e provisoriamente. Pelo menos enquanto os seus efeitos e consequências ainda não são suficientemente evidentes ou flagrantes ao ponto de contradizer e tornar insustentável semelhante atitude perante o risco. O que pode deixar de acontecer quando, por exemplo,

se vêm confrontados/as com uma extensão dos danos nas infraestruturas que é já tão elevada que não há como negar a situação, ou quando, ciclicamente, ano após ano, “quando volta outra vez o junho”, assistem ao enxameamento, isto é, ao período em que as térmitas abandonam, em revoada, a fim de se reproduzirem, as galerias criadas no interior dos barrotes em madeira.

Esta atitude tipo de negação para consigo mesmo, de “não querer saber”, por ser muito doloroso confrontar-se ou, até mesmo, equacionar a gravidade dos potenciais danos e consequências pode persistir mais fácil e duradouramente enquanto se mantém “um mal não compreendido” (Sontag, 1984, p. 5). Enquanto ainda se está “sem saber muito bem”, “tipo baratas tontas” e demasiado “assoberbados”, para se compreender a sua causa, e se entender que nem todas as doenças podem ser curadas, aceitando que, no fim de contas, à que “aprender a lidar e a viver com a doença”:

Porque isto é como uma doença, ao princípio a gente fica muito assoberbados... tipo... "Oh! Meu Deus, tenho...uma doença muito grave." ficamos ali um bocado sem saber muito bem... tipo baratas tontas, de um lado para o outro sem saber...mas depois percebemos que o tempo vai passando e que temos que aprender a lidar e a viver com a doença e fazendo o melhor que podemos com o que nos sai... com o que nos veio parar às mãos... portanto, eu acho que é isso que as pessoas têm que fazer.

(Natércia, 47 anos)

O processo de reconhecimento da condição crónica da “doença” pode facilitar a transição de uma estratégia de negação para uma estratégia de aceitação e enfrentamento do problema, tentando “ter uma vida saudável” apesar da inevitabilidade e do carácter permanente da exposição ao risco e à gravidade dos seus danos. No entanto, ela não deixa também de estar dependente da natureza e qualidade dos tratamentos disponíveis no mercado. Para quem “as prescrições dos médicos mostraram-se ineficazes” (*ibidem*) a aceitação não impede que se sinta ou experiencie uma certa sensação de impotência ou até mesmo de derrota perante a “fatalidade” das consequências face às quais é apenas possível encetar “paliativos”:

Isto é como uma doença crónica, não tem cura, portanto, o que eu posso fazer é ter uma vida saudável. Neste caso é ter armadilhas para evitar novos focos de disseminação... não dá pra fazer mais nada. Quer dizer... quando o teto der sinais de que tá... Que tá a ruir logo se vê. O que é que se faz? Neste momento tenho dois filhos, preciso dos quartos do sótão... quer dizer ... a minha ideia é: enquanto... Se eu conseguir pô-los fora desta terra! (risos) ... e depois deixo-lhes o chão! Porque já não lhes deixo nada! Quer dizer, não vale a pena porque tudo o que é madeira será comido! Quer dizer... não... É uma situação realmente de impotência e de... quer dizer, de entrega! Fazer o quê?! Quer dizer, você pode... pode vir com as empresas de mesmo... de ... do calor, mas isso não invalida que depois haja nova infestação. Inclusive este ano também teve cá um senhor com... falei com um senhor que faz aplicação de produtos químicos, não é? Mas depois eu tinha que me dar cabo do teto todo e... Eu não... Não vale a pena.

(Natália, 46 anos)

“Na minha casa, não.” porque “não quero que ninguém saiba”

À terceira e última atitude-tipo de “negação” do problema, de “na minha casa, não” porque “não quero que ninguém saiba” corresponderá à tentativa de encobrimento da exposição ao risco, de não querer assumir publicamente, para com os “outros” o facto de ter térmitas na sua casa, por recluir, em certa medida, a desvalorização económica que esta infestação comporta para o património edificado. Motivo este que era já de alguma forma conhecido antes deste estudo e que esteve na base da criação de legislação específica que passaria a exigir a emissão de um “certificado de ausência” ou “certificado de presença” aquando da venda de imóveis (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2010)

Eu agora tive o meu vizinho lá ao lado... Mudou o teto porque tinha infiltrações e infestação, também, porque eu vi as madeiras lá pousadas ao lado. E sabia, porque eu via os pardais a comerem térmitas no teto dele. (...) Na parede tinha um cartaz a dizer "mestre-de-obras, construção tradicional, proteção de térmitas" táva lá escrito, anunciado. (risos) e eu na altura falei com a minha vizinha, de um teto pró outro, do meu terraço para o terraço dela e disse-lhe: "Fizeram bem, isto agora dá muito trabalho" aquela conversa que se faz sempre que há obras "isto agora dá muito trabalho, mas depois vai ficar bom e é sempre bom mexer" e etc. E disse: "as térmitas" e ela, a reação dela foi: "Não. Térmitas, não. Não." Porque as pessoas ainda acham que desvaloriza economicamente a propriedade.

(Natércia, 47 anos)

O trabalho de campo realizado, a interpretação e análise de conteúdo dos dados produzidos permitiu não só confirmar, com evidências empíricas, a já de alguma forma conhecida “negação” da infestação atribuída essencialmente a motivos de ordem financeira, dado o receio da perda de valor para os imóveis infestados no mercado imobiliário, como levaria também a destrinçar e clarificar outras razões potencialmente explicativas para a tentativa de encobrimento da exposição ao risco.

A suspeita de que outros motivos e racionalidades poderiam estar em presença começaram desde cedo a surgir quando, em campo, me ia deparando com dois tipos de posições aparentemente contraditórias. Por um lado, os testemunhos de entrevistadas/os que recorrentemente referiam inúmeros indícios, situações e factos sentidos e expressados como “certezas” e “evidências” que os/as faziam acreditar na impossibilidade daqueles/as que “teimavam” em afirmar “Não. Térmitas, não. Não.” não se encontrarem, efetivamente, a braços com o problema: “porque eu vi as madeiras lá pousadas”, “porque eu via os pardais a comerem as térmitas no teto dele” “porque tava lá escrito, anunciado”. E, por outro, as hesitações e contradições que ia pressentindo, no terreno, em algumas conversas informais, que tornavam difíceis a tarefa de perceber se de facto as pessoas tinham ou não térmitas na sua habitação, ou se conheciam mais alguém com quem pudesse falar, uma vez que tinha definido como grupo alvo para este estudo cidadãos/ãs proprietários de imóveis com infestação.

Estas ambivalências encontradas em campo mais difíceis de testemunhar por não me fazer acompanhar de gravador, a não ser em situações concretas em que os/as cidadãos/as interpelados/as haviam já dado o seu consentimento para o registo do que iria ser falado, acabaria por encontrar, mais tarde aquando da análise dos dados, num pequeno excerto de entrevista que permite ilustrar o tipo de contradições nos discursos com que me ia deparando.

O entrevistado, inicialmente, tanto refere que são poucos os casos que conhece de cidadãos/as que têm térmitas e que “não os conhece pessoalmente para lhes perguntar” apenas os conhece de “ouvir falar” ou de lhe “mostrarem situações em que as térmitas atuaram”, como também, mais tarde, afirma que os casos por si conhecidos são maioritariamente “amigos”. Quando questionado se “costuma acompanhar, com alguma frequência, a forma como eles têm tentado lidar com o problema?” responde de forma ambivalente: “eu vou-lhe ser sincero. Como não conheço as pessoas pessoalmente, nestes casos que lhe falei, é-me complicado... (...) chegar ao pé das pessoas e perguntar: "você tem térmitas"”. Uma aparente ambiguidade e contradição no discurso que acaba por ser em si mesma reveladora das razões que sustentam a sua lógica argumentativa quando ele próprio me interpela: “pense e tem essa perceção que parece que é um tema tabu”. Não só pelo receio da desvalorização financeira do imóvel como também por entender que se trata de um problema que se deve restringir ao domínio da vida privada, da intimidade familiar: “uma curiosidade que não tem justificação”, “é como tar a perguntar: ‘o seu filho tá doente?’ Quer dizer é algo que é... Acho que é muito íntimo (...) é algo pessoal”:

(...) Tava a falar desses diferentes casos...

Sim, sim.

... que conhece de pessoas que têm térmitas ou desconfiam ter. Diria que conhece muitos, poucos, alguns..

É assim... Eu conheço poucas pessoas e eu não as conheço pessoalmente para lhes perguntar.

Não conhece pessoalmente...

a sua experiência com as térmitas, conheço é de mostrarem situações em que as térmitas atuaram, outros é de ouvir falar...eh..(riso) pessoas amigas que substituíram porque achavam que tinham térmitas. Porque pense...pense e tem esse... essa perceção que... Parece que é um tema... é um tema tabu. As pessoas, obviamente, não gostam de dizer que a sua casa tem térmitas porque automaticamente, perante o mercado imobiliário, tá a desvalorizado...chegou-se efetivamente, também...num processo em que a casa tava com um projeto de remodelação foi também posta à venda, portanto, nós entendíamos que ou avançávamos para as obras ou vendíamos a casa (...)

exato. e em relação a esses casos, que foi referindo, que conhece, são maioritariamente familiares, amigos, vizinhos...

Amigos, amigos.

Amigos.

Amigos.

E costuma acompanhar, com alguma frequência, a forma como eles têm tentado lidar com o problema?

Eu vou-lhe ser sincero. como não conheço as pessoas pessoalmente, nestes casos que eu lhe falei, é-me complicado...

Mas amigos ou que lhe falam do...

também... É-me complicado também até por...por perceção de vizinhos que tão... a arranjar as suas moradias... É complicado chegar ao pé das pessoas e perguntar: "você tem térmitas" eh... Não só pela reação das pessoas como também... é uma curiosidade que, se calhar, não tem justificação... É como tar a perguntar...

Não mas...

É como tar a perguntar: "o seu filho tá doente?" Quer dizer é algo que é... Acho que é muito íntimo... de... digamos...de...

Estar a...

É algo pessoal.

(Jacinto, 36 anos)

Um problema que se sente e experiencia como pessoal e (in)transmissível, a defender a todo o custo da ameaça exterior: a sua exposição pública. Delineia-se uma fronteira que separa o “eu” dos “outros”, “Na minha casa, não” porque “não quero que ninguém saiba” por um certo “medo” “da desgraça” que entra “pela casa adentro” que motiva uma “quase vergonha” de ficarem “descredibilizadas” perante os “outros”.

Uma resposta ao risco que Hélène Joffe (1999) designa como o fenómeno “not me – others” “common when people are initially faced with the possibility of being affected by a danger” (*ibidem*, p.35). Onde a lógica do “It won’t happen to me” lhes assegura e protege não só da “desgraça” já que “the space of the self is kept pure of associations with misfortune, and it is the other who becomes linked to such events” (*ibidem*, p.30) como também da “descredibilização” pública resguardando-os de uma “spoiled sense of identity in members of groups designated by ‘others’ by the majority” (*ibidem*, p.13).

O espaço dos “outros” neste caso específico e particular das térmitas é destinado e atribuído apenas e só aos/às cidadãos/as “infestados/as”. Uma espécie de ‘out-group’ (*ibidem*) ao qual ninguém gostaria de pertencer já que é visto e representado como uma ameaça material à segurança da comunidade: “a purveyor of chaos, a cat among the pigeons”. Na medida em que incorpora “that which must be kept at bay symbolically if the society wants to feel safe (...) being a symbolic repository for that societies, cultures and groups want to expel” (*ibidem*, p.23). Especialmente tendo em linha de conta o cariz epidémico deste risco, ao se tratar de uma infestação, “the fear of contagion intensifies the need to draw the distinction between ‘us’ and ‘them’” (*ibidem*).

A esta linha e fronteira simbólica e imaginariamente traçada, abrem-se, por vezes, algumas exceções, assumindo-se apenas perante as pessoas mais próximas, que de alguma forma, pertencem ao espaço e domínio do “eu”, por se acreditar poder depositar a confiança necessária à partilha do problema: “eu noto que as pessoas não... ‘na tua casa tens térmitas?’ E eu digo: ‘é assim, não é das piores!’ tenho um bocadinho... mas também não quero dizer, só às pessoas que eu conheço mesmo muuuuito, e tenho confiança, é que digo ‘tô apavorada!’”. É o receio do estigma, de se ser visto como um agente patológico catalisador de um potencial contágio que sustenta esta atitude-tipo de “negação”: “Ah! A

tua casa deve tar cheia de térmitas!", "Oh, pá! Parece que isso tá tudo minado aí!", “é assim tipo... faz-me lembrar um tipo de peste ‘ah, não, não, não. Na minha casa não’”:

eu ouço falar! e por exemplo, ouço pessoas que têm receio mas as pessoas falam... eu acho que as pessoas têm um pouco de me.. não é medo mas tipo.. quase de vergonha! que é assim "a minha casa tem térmitas" e as pessoas ficam com des...não é descredibilizadas, porque não é.. mas assim como se fosse uma coisa que entrasse pela casa dentro.. uma desgraça e que as pessoas quase que não querem que se saiba. muitas vezes eu noto que as pessoas não.. "na tua casa, tens térmitas?" e eu digo "é assim, não é das piores! tenho um bocadinho.." mas também não quero dizer, só às pessoas que eu conheço mesmo muuuuito, e tenho muita confiança é que eu digo "tô apavorada!" ou posso dizer que tô apavorada ou que tô.. que fico em pânico só de pensar o que é que pode.. mas acho que as pessoas fazem assim.. um pouco.. eu penso isso! (...) que ficam assim meias...assim... eu só digo às pessoas mais próximas porque como se fosse uma vergonha.. não é uma vergonha.. mas uma calamidade que a gente não quisesse bem que acontecesse na nossa casa. eu dá-me essa impressão! (...) acho que ficam assim um pouco na defensiva quando as pessoas dizem "deves ter a tua casa cheia de térmitas!" (risos) eu não percebo bem porquê! agora é que tô a pensar que não consigo perceber bem porquê. é assim tipo.. faz-me lembrar.. um tipo da peste "ah, não, não, não, na minha casa não" (risos) não sei...(..) Eu já notei, por exemplo, os meus colegas [local]... Ou talvez a maneira como as pessoas falam... Porque as pessoas falam um pouco como se... Por exemplo, as pessoas que vivem fora da cidade, ou não sei quantos, como se não tivessem muito à ver com eles: "Ah! A tua casa deve tar cheia de térmitas!" e eu digo assim: "Não! Não! Não é das piores!" faço assim aquela coisa... assim... "Não! Não é das piores!", "Ah!" não sei que mais... "Oh, pá! Parece que isso tá tudo minado aí!"... não sei quê... E as pessoas têm uma certa... Acho eu... que as pessoas se defendem um bocadinho.

(Nazaré, 53 anos)

O receio do estigma, de se vir a ser vítima de dinâmicas sociais de afastamento ou até mesmo exclusão quando se expõe publicamente: “Ah... mas tu tens térmitas em casa? ‘Tenho!’ ‘Eh... parece que tens praga!’” a quem se “põe logo o pé atrás” “tás... infestado. Tás...” mostra claramente que, de facto, tal como se suspeitou inicialmente, outras razões merecedoras de uma especial atenção, se encontravam em presença quanto “negação” do problema. Mesmo quando se receia a perda patrimonial ela pode não ser necessária e estritamente apenas de ordem económica e financeira, mas também de cariz simbólico mais ligada à perda de estatuto: “é uma desvalorização do património, é um empobrecimento. Pronto, fica catalogado: ‘Olha aquela ali...’”:

Eu lembro-me perfeitamente de passar aqui uns senhores com quem eu ia a conversar: “Ai.. Não tenho problema nenhum desses em casa! Nunca vi nada!” Quer dizer... é impossível! Porque é impossível! (...) Percebe? É impossível! Ou não tão sensibilizadas e aí podem... Não tão a mentir, não é? Ou não querem assumir! Porque as pessoas às vezes não querem assumir. É muito chato. Eu, ao princípio, também foi um bocado... quer dizer.. “Ah.. mas tu tens térmitas em casa?”. “Tenho!” “Eh.. parece que tens praga! Tens...” É... não é agradável. Uma pessoa põe logo o pé atrás.

E porque é que acha que é esse pé atrás? “Ah.. tu tens térmitas!”

ah.. pois... é: “tás... infestado. tás.. não sei. eu... isso é um feeling que eu tenho. Eu não sei se corresponde ou não à verdade. Não sei. pfff.. é... é a pessoa assumir um... quer dizer.. é uma coisa menos boa, (...) é uma desvalorização do património, é um empobrecimento. Pronto, fica catalogado: “Olha aquela ali”... Eu sempre disse que tinha, abertamente. Não tenho nada a... acho que é perfeitamente normal, mas acho que as vezes pessoas tentam um bocadinho... porque as pessoas têm tendência para encobrir os seus problemas.

pois..

Não é? Eu não... e acho que há aí algumas situações em que isso pode ocorrer.

(Natália, 46 anos)

Esta atitude tipo de “negação” de “na minha casa, não” porque “não quero que ninguém saiba” à semelhança da atitude-tipo anteriormente descrita “na minha casa, não” porque “não quero saber” é, claramente, uma estratégia de defesa ancorada em fatores de cariz inconsciente, emocional e simbólico que podem, de facto, impedir as pessoas de “assumir” a exposição ao risco e de tomarem medidas de enfrentamento adequadas. Todas elas devem ser compreendidas e entendidas como tão legítimas como quaisquer atitudes e/ou posições tendo em linha de conta as lógicas e racionalidades próprias que as motivam e sustentam. Razões essas que não se prendem única e exclusivamente aos dois aspetos que já eram em certa medida atribuídos, antes deste estudo, à tentativa de encobrimento do problema por parte dos/as cidadãos/ãs: (1) ausência de conhecimento e falta de informação e (2) desvalorização económica do património infestado.

Quadro 1 - Atitudes-tipo face à “negação” do risco: “*not me*”, “na minha casa, não.”

ATITUDE-TIPO	PRINCIPAIS LÓGICAS E RACIONALIDADES
“Não saber”	Não estar sensibilizado para a possibilidade de exposição ao risco ou não conhecer os indícios que permitam identificar a presença de térmitas na sua habitação.
“Não querer saber”	Não assumir para consigo mesmo a presença de térmitas na sua habitação. A lógica que preside é a de uma negação interna, tentar ignorar, “esquecer o problema”, “não querer ver”, “não querer nem pensar” ou confrontar-se com as evidências por ser demasiado doloroso equacionar as potenciais perdas. O que impede as pessoas de “assumir” a exposição ao risco, não são fatores de ordem racional ou cognitiva, por falta de informação ou por falta de capacidade de a processar e interpretar, mas sim de ordem emocional, inconsciente.
“Não querer que se saiba”	Não assumir para com os “outros” a presença de térmitas na sua habitação por entender que se trata de um problema pessoal e (in)transmissível que se deve restringir ao domínio da vida privada, da intimidade familiar. O que impede as pessoas de “assumir” a exposição ao risco, não são fatores de ordem estritamente económica e financeira, por temer a desvalorização do imóvel no mercado imobiliário mas também de cariz inconsciente e simbólico. Já que é experienciado como um tema tabu, a partilhar apenas com as pessoas mais próximas, dado o receio de estigmatização, de se vir a ser vítima de dinâmicas sociais de afastamento ou até mesmo exclusão quando se expõe publicamente a exposição ao risco. Assumir-se a exposição ao risco seria o mesmo que pertencer a uma espécie de ‘ <i>out-group</i> ’ ao qual ninguém gostaria de estar associado já que os seus membros são vistos como agentes potencialmente catalisadores de contágio e representados como uma ameaça material à segurança da comunidade.

3.2. O complexo paradoxo de Cassandra: quando as 'profecias' não são ouvidas

Com o objetivo de perceber o modo como os/as entrevistados/as caracterizam e avaliam o risco alvo de análise neste estudo, selecionaram-se três dimensões essenciais que têm sido apontadas na literatura como influenciadoras da percepção de risco: gravidade, tolerabilidade e confiança atribuída às instituições e agências reguladoras. Cada uma destas dimensões foi definida e operacionalizada em diferentes componentes de acordo com as propostas de Ortwin Renn (2008), por forma a construir o modelo de análise (cf. Quadro 2, Quadro 3 e Quadro 4) e o Guião de Entrevista (Apêndice I).

As análises categoriais descritivo interpretativas a que os dados produzidos foram sujeitos permitiram constatar a já conhecida elevada preocupação social e gravidade atribuída ao risco de infestação por térmita de madeira seca. Quer em termos da extensão dos danos que é capaz de produzir (perdas económicas/financeiras, patrimoniais, simbólicas) quer pela incapacidade e impotência sentida pelos/as entrevistados/as para enfrentar o risco e as suas consequências (falta de controlo pessoal), dado o cariz ubíquo e epidémico da infestação, mas acima de tudo e principalmente pela ausência de confiança institucional nas entidades implicadas na sua gestão (cujas diferentes razões e motivações são alvo de uma atenção mais pormenorizada na subsecção 3.3.).

O que corrobora o perfil de risco traçado pelo estudo de percepção de risco levado a cabo entre 2006 e 2009 (Arroz et al., 2012, p. 16) e o seu enquadramento na classe dos riscos do tipo Cassandra:

Cassandra was a prophetess of the Troy's who certainly predicted the victory of the Greeks correctly; but her compatriots did not take her seriously. The risk class Cassandra describes a paradox: probability of occurrence and extent of damage are known; but there is no imminent concern because damage will only occur in the future. Of course, Cassandra-type risks are only interesting if the potential of damage and the probability of occurrence are relatively high. This is why his class is located in the intolerable area "red" area. A high degree of delay effect is typical for this risk class (i.e. a long period between initial event and the impact of the damage). (Renn, 2008, p. 164)

Este enquadramento justifica-se, segundo a definição acima citada, pelo facto de os/as entrevistadas/as não só admitirem uma enorme probabilidade de ocorrência de exposição à infestação e identificarem como muito elevadas as suas potenciais

consequências, mas também e, fundamentalmente, constatarem o facto dos danos que este risco é capaz de produzir apenas acontecerem de forma retardada, isto é, no futuro:

Porque elas até mostrarem que estão danificadas leva tempo. Porque elas são especialistas em deixar aquela camadinha exterior, não é? Vão escavando por dentro, a gente olha por fora o barrote tá com um aspeto fantástico e de repente toca-se nele e os dedos entram.

(Adelaide, 44 anos)

As características biológicas de atuação da espécie fazem com que prevaleça um longo intervalo de tempo entre evento inicial (presença de infestação na habitação) e impactos produzidos (corrosão de madeiras infraestruturais), um efeito de retardamento que em muito contribui para que se sintam “profetas” de uma “desgraça” iminente a quem “ninguém” dá ouvidos. A sua enorme preocupação, paradoxalmente, não vê a ressonância desejada, não só junto de outros/as cidadãos/ãs que negam a exposição ao risco “Na minha casa, não” porque “não sei”, ou porque “não quero saber”, ou “porque não quero que ninguém saiba” (cf. secção 3.1), como também se vê ignorada por parte da classe dos decisores políticos (cf. secção 3.3):

O [decisor político] foi fazer uma rábula, e até teve muita graça, eu não gosto do [decisor político], mas ... Eu não gosto, quer dizer... gosto, mas acho que ele não tá a fazer o que lhe compete porque houve uma polémica qualquer, por altura do carnaval, que o teatro não ia abrir... o teatro ia abrir... o teatro não tava seguro... no ano antes o teatro não tinha aberto. (...). Este ano o teatro abriu mas diziam que havia questões de segurança, por causa da infestação das térmitas. E ele foi, na altura, fazer uma rábula, junto com um senhor da comunicação social, daqueles que escrevem, as notícias da [instituição], e ele foi dizer "Ah! As pessoas dizem que isto que está muito mau, mas não. Tá a ver! Tá a ver!" ... O capacete amarelo.. Aos saltinhos no chão do palco do Teatro [nome], a dizer "Isto tá sólido! Isto aguenta-se imensos anos." (...) Eram essencialmente angrenses que estavam sentados ali, naquela plateia. As pessoas bateram muitas palmas, acharam muita graça, riram-se muito da rábula dele em que ele dizia que aquilo tava sólido e pronto... Aguentar-se-ia por muitos e muitos anos... e bons... e... eu não achei graça nenhuma (risos) achei de extremo mau gosto porque a praga tá... O Teatro [nome] tá infestado. Sim, tá. Porque eu já vi elas... Eu vejo... Eu percebo que na altura dos enxameamentos os pardais vêm para cima dos tetos... Num frenesim a comer elas, não é?

(Natércia, 47 anos)

Quer a invisibilidade da atuação do agente “patológico” quer os efeitos retardados que caracterizam este risco na produção de danos, concorrem para um baixo potencial catastrófico, isto é, para a ocorrência de eventos cuja escala e magnitude dos impactos se encontrem próximas de um “desastre”, de uma “crise” ou “catástrofe”. O que, realmente, até ao momento não aconteceu, não houve ainda um “acontecimento centrador” cuja dimensão, na aceção de *event-related policy change* de Thomas Birkland (2006), fosse capaz de alterar a dinâmica de “negligência” política fortemente criticada pelos/as entrevistados/as.

A possível explicação do baixo potencial catastrófico e da inexistência de um “acontecimento centrador” para a ausência de uma resposta política que corresponda à urgência e emergência reclamada pelos/as cidadãos/ãs afetados/as, não se encontra presente de forma explícita nos seus discursos, mas manifesta-se e subentende-se quando

comparam, por inúmeras vezes, a atual incúria dos decisores face às térmitas com a resposta política acionada aquando do Sismo de 80, onde “toda a gente arregaçou as mangas”.

Este evento catastrófico que causou 64 vítimas mortais e a quase completa destruição da cidade de Angra do Heroísmo, ainda bastante presente na memória das pessoas entrevistadas, ganha também especial relevância nos seus discursos, como alvo de crenças associadas à causa de exposição ao risco de infestação, desta ilha e da cidade em particular. Uma atribuição causal que se ancora no argumento da necessidade de se recorrer à importação massiva de madeiras para viabilizar a rápida reconstrução da cidade:

Isto supostamente entrou cá no sismo de 80, portanto, veio madeira que não foi nada controlada nem preparada, madeira que veio não se sabe daonde, do estrangeiro... do... supostamente... e que madeira essa que já devia vir contaminada. Especialmente, aqui, na Ilha terceira, porque o sismo realmente foi grande, foi aqui.

(Augusta, 58 anos)

Um fator que concorre para a perceção de uma certa involuntariedade na exposição às potenciais consequências e danos do risco de infestação por térmita de madeira seca. Vista como uma “ameaça” vinda de “fora”, que lhes foi imposta, e que portanto, não resulta, nem é fruto de uma decisão pessoal no exercício da sua livre escolha faz com que se tenha uma menor tolerância e aceitação. Ao contrário do que acontece no caso da exposição ao risco sísmico onde viver e construir uma habitação numa zona sísmica constitui uma decisão na qual se escolhe voluntariamente o seu enfrentamento. Esta distinção entre o cariz voluntário ou impositivo que é impresso aos riscos em muito contribui, respetivamente, para se estar mais predisposto para a sua aceitação ou mais suscetível à sua rejeição.

Uma outra componente da involuntariedade percecionada também parece estar em jogo, o facto do público se sentir exposto aos danos da térmita de madeira seca devido à inação das entidades e instituições responsáveis pela sua (des)governança. O que faz com que, se acredite que a praga não só “é” incontrolável dada a natureza epidémica da espécie, como também, e principalmente “está” incontrolável “devido à inexistência de uma gestão pública capaz de dar resposta às necessidades dos cidadãos” (Arroz et al., 2012, p. 16).

Quadro 2 - Modelo de análise: Componentes da gravidade (Renn, 2008, pp. 159–161)

COMPONENTES	DESCRIÇÃO
Extensão dos danos	Potenciais consequências, perdas ou vítimas mortais
Potencial catastrófico	Magnitude das consequências para a ocorrência de desastre
Ubiquidade	Dispersão geográfica dos potenciais danos
Controlo pessoal	Grau de capacidade reconhecida para enfrentar o risco e as suas consequências
Confiança institucional	Grau de credibilidade, competência, objetividade, justiça/equidade, coerência, sinceridade, crença e empatia atribuída às agências reguladoras
Associações emocionais	Grau, foco e natureza da preocupação, <i>stress</i> e desconforto psicológico

Quadro 3 - Modelo de análise: Componentes da tolerabilidade (*ibidem*)

COMPONENTES	DESCRIÇÃO
(In)Voluntariedade	Cariz da fonte do risco/atribuição causal para a exposição às suas potenciais consequências e danos (externa/imposta ou interna/fruto de uma decisão pessoal)
Efeitos de retardamento	Período de tempo entre estímulo inicial e danos causados
Violação da equidade	Discrepância entre aqueles que beneficiam dos riscos e aqueles que enfrentam/suportam os seus danos
Potencial de mobilização	Nível de pressão pública e/ou política nas instituições e agências reguladoras

3.3. “Outros valores se levantam!” na (des)confiança atribuída às instituições

Apesar da ausência de consenso na literatura quanto ao papel concreto da confiança na resposta ao risco, o que é certo é que, no caso específico do risco da térmita de madeira seca nos açores, segundo o já citado projeto de investigação de percepção de risco, que analisou as perspetivas dos/as cidadãos/ãs quanto à forma como o risco se encontrava a ser gerido, concluiu-se que a desconfiança nas instituições e agências reguladoras, desempenhava um papel inibidor na adoção de medidas de enfrentamento adequadas:

O escasso envolvimento dos cidadãos na adoção de medidas de prevenção e controlo, em aparente contradição com a elevada preocupação [se atribui] às representações muito negativas sobre o modo como ela foi politicamente negligenciada ao longo dos anos. (Arroz et al., 2012, p. 17)

O referido projeto traça um retrato muito negativo da classe política e das entidades implicadas na gestão do risco e apresenta como principais argumentos para a desconfiança: “atribuições externas para a eficácia (i.e., os políticos são obrigados a agir pelo agravamento do problema) e internas para a ineficácia (i.e., os políticos nunca cumprem o que prometem)” (*ibidem*). Diagnóstico este que levaria a negociar e a implementar um programa de comunicação de risco em quatro municípios afetados com o objetivo de promover a confiança pública nas instituições ao envolvê-las e implicá-las, de forma inédita até à data, como entidades promotoras numa iniciativa pública de gestão do risco. Compromisso esse que se consubstanciava numa campanha de informação destinada não só a consolidar a consciência social do risco como também e principalmente a dar, estrategicamente, visibilidade às responsabilidades assumidas pelo Estado “como estímulo para a corresponsabilização dos cidadãos na adoção de comportamentos de prevenção e controlo do problema” (*ibidem*, p.40)

Alguns anos volvidos sobre o diagnóstico traçado e a implementação da campanha, que acabaria por alcançar um índice global de 8,5% de participação na população-alvo, e se ver cancelada no fim da sua segunda edição, o estudo que aqui se apresenta, mesmo não tendo como objetivo fazer avaliações de impacto da iniciativa, não poderia deixar de se interrogar acerca dos baixos valores de participação pública alcançados. Motivo esse que fez com que se elege-se como questão de partida: que fatores poderão ser facilitadores ou dificultadores da participação e envolvimento público na gestão do risco? Não podendo, também, de forma alguma ignorar a análise das

representações dos/as cidadãos/ãs acerca do risco e do modo como deve ser gerido e do papel que a confiança nas entidades e agências reguladoras desempenha neste domínio.

Foi nesse sentido que, para além das questões da gravidade e da tolerabilidade do risco se integrou na construção do modelo de análise a dimensão da confiança, um conceito definido e operacionalizado, neste estudo, de acordo com a proposta de Ortwin Renn (2008, pp. 123–127) em sete diferentes componentes (competência, objetividade, justiça/equidade, coerência, sinceridade, crença e empatia) cujas descrições se encontram sistematizadas no Quadro 4.

Uma escolha e decisão que se prendeu com o facto de, apesar ver confirmado o já conhecido e fortemente penalizador retrato das entidades implicadas na gestão do risco, me confrontar com argumentos (apresentados pelos/as cidadãos/ãs participantes neste estudo) que me faziam acreditar, no terreno e mesmo antes de qualquer análise categorial descritivo-interpretativa, que a (des)confiança possivelmente não se limitaria apenas e somente a questões de eficácia. Podendo se encontrar em jogo outras componentes dessa mesma dimensão e conceito que permitissem melhor compreender a falta de confiança nas instituições.

Quadro 4 – Modelo de análise: Componentes da confiança (Renn, 2008, p. 124)

COMPONENTS	DESCRIPTION
Competence	Degree of technical expertise in meeting an institutional mandate
Objectivity	Lack of bias in information and performance as perceived by others
Fairness	Acknowledgment and adequate representation of all relevant points of view
Consistency	Predictability of arguments and behaviour based on past experience and previous communication efforts
Sincerity	Honesty and openness
Faith	Perception of goodwill in performance and communication
Empathy	Ability to understand the feelings and expectations of others and be responsive to them

A negligência política outrora justificada em termos de “atribuições externas para a eficácia (i.e., os políticos são obrigados a agir pelo agravamento do problema) e internas

para a ineficácia (i.e., os políticos nunca cumprem o que prometem)” (Arroz et al., 2012, p. 127) vê-se, neste estudo, enquadrada noutros moldes.

A tónica dos argumentos apresentados pelos/as cidadãos/ãs participantes neste estudo para a desconfiança e descredibilidade nas instituições e agências reguladoras é colocada maioritariamente na falta de honestidade, objetividade e coerência na tomada de decisão quanto aos destinos da vida pública, na defesa do interesse comum. Os Açores, e esta praga em particular, encontram-se a ser “muito mal geridos” porque “outros valores se levantam!”, outras razões e motivações que não se prendem única e exclusivamente com questões de eficácia e/ou competência técnica: “de certeza absoluta, que eles sabem como é que se deve fazer, na fizeram ainda porque... pronto, têm outras prioridades”. Estas acusações fundamentam-se, essencialmente, na incapacidade que os detentores de cargos públicos têm revelado em cumprir o seu papel de zelarem pela atenção e urgência que os/as entrevistados/as reivindicam para a gestão deste risco, uma vez que se encontram mais preocupados em seguir os seus próprios interesses particulares, individuais. Um retrato extremamente negativo da classe política que se vê alimentado pela crença que “quem vai para o governo é para se governar”, “só vai pensando em si, na sua projeção política, na sua projeção como pessoa”:

Porque infelizmente quem vai para o poder só vai pensando em si, na sua projeção política, na sua projeção como pessoa... e... Querem é... Os... Enfim... Evoluir... A seu... Pessoalmente! Tão se marimbando para os outros! Porque é assim mesmo. E é! A verdade é esta! (...) O meu irmão é que diz, e muito bem, quem vai para o governo é para se governar! A ele próprio! E a prova tá aí. É que os escândalos são tantos, e tão seguidos, que a gente vê que ocupam os cargos governamentais. O que é que dá a seguir? Escândalos atrás de escândalos e subornos e ... Enfim... E os açores são vítimas disso, completamente. Muito mal geridos. (...) É a bendita da política. É como eu lhe digo, outros valores altos... Outros valores se levantam! De certeza absoluta, só pode ser (...) portanto eles têm estudos. Eles têm, de certeza absoluta, que eles sabem como é que se deve fazer, na fizeram ainda porque... Pronto, têm outras prioridades! Não tenho outra resposta para lhe dar a não ser isso.

(Augusta, 58 anos)

O modo como os decisores políticos se vêem fortemente penalizados e culpabilizados pela (des)governança do risco lembra a hipótese preditiva do familismo amoral que Edward C. Banfield avançou para a explicação da ausência de desenvolvimento económico na comunidade alvo do seu estudo em Itália: “In a society of amoral familyists, no one will further the interest of the group or community except as it is to his private advantage to do so.” (Banfield, 1958, p. 85). Já que os detentores de cargos públicos apenas “querem o seu bem-bom para viverem bem e desafogadamente”, “É só pra si, dividem Secretarias que havia, dividem em dois, arranjam um tacho pr’áquele! A outro metade... pra outro tacho”. Um comportamento individual que em muito se assemelha à regra: “Maximize the material, short-run advantage of the nuclear family; assume that all others will do likewise.” (*ibidem*)

Querem é o sem bom-bom, o seu bem-bom. Para viverem bem e desafogadamente. (...) isto aqui não dá! Isto os Açores estão uma lástima. Isto é uma coisa horrível. É só arranjinhos, arranjinhos...é... Tá pior do que nunca. Eu acho que tá pior do que nunca. É só pra si, dividem Secretarias que havia, dividem em dois, arranjam um tacho pr’áquele! A outro metade... pra outro tacho, para o outro. Oh, óme! Isto tá... Uma coisa horrorosa!

(Isaura, 80 anos)

A classe dos decisores é assim descrita como muito próxima do fenómeno de «regime de clãs políticos» na aceção de Leon Poincard (1912) “que a língua espanhola vulgarizou como «caciques», a francesa como «notables» e a portuguesa como «influentes», «mandões», «graúdos» e «patronos» ” (Ruivo, 2000, p. 68). Onde os líderes partidários locais, dominam determinadas regiões segundo uma dinâmica de troca de favores dos mais variados tipos, de acordo com interesses privados, a fim de arregimentarem votos junto das populações, influenciando os processos eleitorais a seu favor, mantendo o seu próprio “poleirinho”.

Há tantos milhões às vezes da comunidade, todos os dias eu vejo apoios para isto, apoios para aquilo... sempre para os mesmos! (...) eu já sei o que é apoios... Conforme os amigos e os compadres... uns levam 100, outros levam 30, outros levam 10... ou não levam nada, no fim, é num instante. Que pode acontecer isso, é o normal. (...) porque os apoios são sempre... na hora não há já pra este, há pr’áquele... sempre foi assim. Isso a gente já sabe. (risos) Infelizmente é assim.

(Inácio, 55 anos)

Capítulo 4. Uma “geometria variável” na participação e envolvimento

4.1. Sistema de relações abstratas mobilizado na construção dos tipos-ideais

Ulrich Beck defende que “a responsabilidade da gestão do risco não pode ser deixada apenas aos políticos ou aos cientistas: é necessário a participação de outros grupos”. Por ‘participação’ pode-se entender ‘participação pública’ ou ‘participação política’, como “conjunto de atos e de atitudes que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares” (Pasquino, 2002a, p. 50).

Esta dimensão normativa do envolvimento cívico e da participação pública na governação do risco e que se vê, também, plasmada nas recomendações da nova Carta de Sendai (2015) sustenta-se no ideal democrático do direito dos cidadãos a participar no processo de decisão, de lhes ser garantida uma “voz”. No entanto, não deixa de levantar uma das questões que mais tem animado o debate neste domínio: “how much participation is enough?” (Callahan, 2007, p. 1179).

Algumas perspetivas teóricas argumentam no sentido de um envolvimento indireto, no contexto da democracia representativa, onde é esperado que os governantes ajam em nome dos cidadãos que os elegeram, através do poder que lhes delegaram para decidir de acordo com os seus interesses. Outras favorecem formas mais diretas e deliberativas de democracia participativa, onde os cidadãos detêm o poder de influenciar a gestão do risco ao serem envolvidos no processo da tomada de decisão. O que torna claro que, para estas duas visões que se antagonizam, a questão se situa no papel que é esperado e atribuído aos cidadãos: “whether to consider citizens to be customers or owners of the government” (Innes & Booher, 2004, p. 421).

Foi neste sentido que se formularam e elegeram como questões centrais de investigação para este trabalho: Qual o papel do cidadão na gestão do risco de térmita de madeira seca? Que papel atribuem a si próprios neste processo? Que representações têm (os cidadãos) acerca do problema e da forma como deve ser gerido? Que lógicas de atuação subjazem às estratégias de enfrentamento que defendem? Serão estratégias maioritariamente individuais/privadas (familiares) ou de envolvimento público (coletivo)? Que dinâmicas sociais existem entre cidadãos afetados? O que as faz mover? Quais as

normas que regulam a sua ação? Que recursos mobilizam e que necessidades permitem suprir?

Para isso definiram-se três dimensões essenciais de análise (esquematizadas no Quadro 5): (1) relação com o poder, para aferir o papel que os cidadãos atribuem a si próprios quanto à decisão na gestão do risco; (2) a relação com o risco, analisando o foco da gravidade atribuída quanto às potenciais consequências, perdas e danos e o sentido atribuído à (in)controlabilidade, bem como o nível de envolvimento público na sua gestão; e, por último (3) a relação com a comunidade a fim de apreciar a disposição para o estabelecimento de relações de solidariedade entre cidadãos afetados para a mobilização e obtenção de recursos na gestão do risco.

Quadro 5 – Dimensões de análise

DIMENSÃO	COMPONENTE / VARIÁVEL
Relação com o Poder	Papel atribuído aos cidadãos quanto à decisão na gestão do risco
Relação com o Risco	Natureza das preocupações Foco da gravidade atribuída às perdas e danos Sentido dado à (in)controlabilidade Nível de envolvimento cívico na gestão (participação pública)
Relação com a Comunidade	Redes sociais para a obtenção de recursos (capital social)

A matriz de análise construiu-se com base na relação entre dois contínuos bipolares, dois eixos dicotómicos que se cruzam ortogonalmente (Figura 4). Um vetor horizontal (x) guiado pela questão “Como gerir o risco?” para situar a força e o sentido das lógicas de atuação apontadas pelos cidadãos quanto à gestão: opondo por um lado as posições de pendor mais “privada/individual” e, por outro, as de orientação mais “pública/coletiva”. E um segundo vetor, vertical (y) que representa os diferentes posicionamentos relativamente ao papel que atribuem a si próprios quanto à decisão na gestão do risco: “Como decidir?”, “delegar” *versus* “influenciar”.

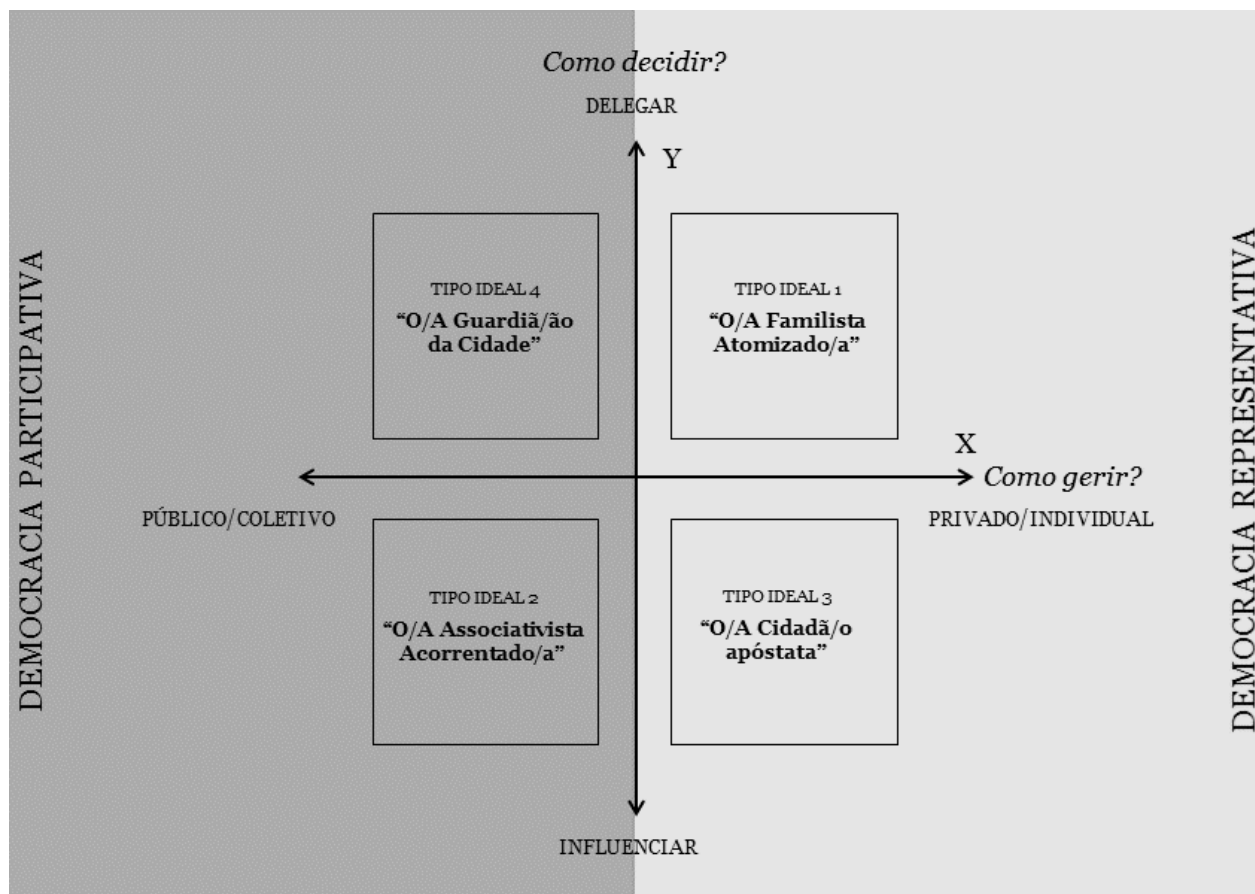


Figura 4 – Matriz de análise

Os dois eixos de análise traçados permitiram distinguir quatro quadrantes distintos aos quais correspondem quatro atitudes-tipo face ao risco e à forma de o gerir: o tipo ideal 1- “O/A familista atomizado/a”, o tipo ideal 2- “O/A associativista acorrentado/a”, o tipo ideal 3 – “O/A cidadã/ão apóstata” e o tipo ideal 4 – “O/A guardiã/ão da cidade”.

O tipo 1 - “O/A familista atomizado/a”, situado no primeiro quadrante da matriz de análise, assenta sobretudo numa posição privada (individual/familiar) face ao risco e à forma de o gerir. O foco da gravidade e o sentido das preocupações quanto às potenciais consequências, perdas e danos, centra-se maioritariamente nas suas necessidades e interesses particulares, individuais (familiares). Deposita toda a responsabilidade da decisão quanto à gestão do risco nos governantes, pelo poder que lhes delegou (democracia representativa) distanciando-se de qualquer envolvimento no processo de tomada de decisão e não investe no estabelecimento de redes sociais de apoio com outros/as cidadãos/ãs afetados/as para a obtenção de recursos.

No quadrante diametralmente oposto encontramos “O/A associativista acorrentado/a” que assume uma posição vincadamente pública (coletiva) ao reivindicar a necessidade da existência de um lugar independente e autónomo para os/as cidadãs/os no processo de decisão através da organização de um grupo independente, um movimento cívico, que influencie a decisão numa perspetiva *bottom-up*, de baixo para cima, a partir das bases, num contexto claramente de democracia participativa. Apesar disso, não deixa, no entanto, de apresentar inúmeros obstáculos para que esse cenário possa de facto se tornar numa realidade efetiva. Tem um forte capital social dadas as redes de sociabilidade que estabelece e mobiliza para a obtenção de recursos no contexto da vizinhança, com os *media*, com a ciência e com administradores do setor público.

O tipo 3 “O/A cidadã/o apóstata”, apesar de reconhecer a dimensão pública do risco e a imprescindibilidade do conhecimento “leigo” ser incorporado no processo de decisão, na arena deliberativa, influenciando-o, apenas acredita numa resposta pessoal e individual face às consequências, perdas e danos que a infestação acarreta. A relação negativa que estabelece com a comunidade em geral (vizinhança, *media*, ciência) e com a classe dos decisores políticos, em particular, sustentada numa forte descrença e desconfiança, impossibilitam-no de ver qualquer viabilidade ou exequibilidade numa abordagem coletiva ao problema. Sente-se maniatado e preso a um sistema democrático representativo onde imperam interesses privados e não públicos e acaba por se ver forçado a delegar nos decisores a responsabilidade da gestão do risco.

O tipo 4 -“O/A guardiã/ão da cidade” expressa uma atitude tendencialmente pública (coletiva) face ao risco e face ao poder, manifestando uma especial apreensão quanto às ameaças patrimoniais que a praga pode potencialmente comportar não só para si como também para a cidade e para a Região. A natureza das perdas salientadas são maioritariamente de cariz simbólico e identitário, sentidas como uma ameaça ao testemunho (i)material de uma memória e herança coletiva. Reconhece a urgência e a imprescindibilidade dos/as cidadãos desempenharem um papel ativo no processo de decisão, mas delega nos decisores políticos a responsabilidade de os/as mobilizar, numa lógica *top-down*, de cima para baixo, num contexto de democracia participativa.

As quatro posições definidas devem ser entendidas à luz de um paradigma compreensivo na senda da tradição Weberiana. Tratam-se de *idealtypus* e resultam de um esforço analítico tipológico empreendido no sentido da clarificação e distinção da diversidade de racionalidades em presença nos discursos dos/das entrevistados/as. O ideal-tipo “não é uma descrição da realidade, mas um instrumento para a compreender, um sistema pensado de relações abstratas, um «quadro pensado»” (Schnapper, 2000, p. 30). Um dispositivo que se mobilizou pelo seu enorme potencial pedagógico e heurístico

que permitiu tornar mais inteligível o amplo espectro de atitudes face ao risco e face ao poder, não devendo ser interpretado nem confundido com a dimensão normativa do termo “ideal”. Um risco que se corre, segundo Schnapper, dada a ambiguidade do termo escolhido aquando da tradução que possivelmente se teria evitado se se tivesse optado por termos como «ideia» ou «tipo de ideia». Trata-se segundo Weber de uma “utopia” uma vez que “não se encontrará empiricamente em parte nenhuma um semelhante quadro na sua pureza conceptual” (Schnapper, 2000, p. 31)

4.2. Atitude-tipo 1 – “O/A Familista atomizado/a”

A matriz de análise atrás descrita, estruturada a partir das diferentes dimensões observadas nas entrevistas, permitiu identificar os princípios e critérios basilares a mobilizar numa análise que viria a dar conta de quatro atitudes-tipo face ao risco e face ao poder. O tipo ideal 1 “O/A Familista atomizado/a” será, agora, alvo de uma atenção pormenorizada nas páginas que se seguem.

As características esquematizadas no Quadro 6, definidas com base nas três dimensões de análise criadas, tornam claro que a posição e as atitudes face ao risco e face ao poder deste tipo-ideal é essencialmente privada (individual/familiar). Mostra-se distante e desinteressado quanto à dimensão política da gestão do risco e deposita toda essa responsabilidade nos governantes, delegando-lhes o poder de decisão. Não valorizando o estabelecimento de redes sociais de apoio com outros cidadãos afetados pelo risco de infestação como potencial fonte para a obtenção de recursos na sua gestão. Este tipo ideal identificou-se especialmente nos/nas entrevistados/as mais idosos/as, numa faixa etária superior aos 70 anos de idade, de classes sociais mais desfavorecidas com menores recursos literários e financeiros.

Descritos os traços essenciais deste tipo resta agora debruçarmo-nos, detalhadamente, acerca dos significados atribuídos, pelos/as entrevistados/as, a cada dimensão analítica. Perceber as racionalidades e os argumentos que o sustentam e distinguem dos outros três tipos-ideais. Todos eles delineados a partir da construção de tipologias por semelhança na análise de conteúdo empreendida.

Quadro 6 – Características do Tipo-ideal 1 “O/A familista atomizado/a”

DIMENSÃO	COMPONENTE / VARIÁVEL	POSIÇÃO
Relação com o Poder	Papel atribuído aos cidadãos quanto à decisão na gestão do risco	Delegar a decisão (democracia representativa)
Relação com o Risco	Sentido e natureza das preocupações Nível de envolvimento cívico na gestão (participação pública)	Privada (Individual/Familiar) Distante e desinteressado
Relação com a Comunidade (Capital Social)	Redes sociais para a obtenção de recursos	Fraca ou até mesmo Inexistente

“A minha casa é o meu mundo”

O tipo ideal 1 assenta manifestamente numa lógica privada, individual de relação com o risco, centrada quase exclusivamente nas necessidades e interesses particulares, familiares. Esta posição torna-se clara e evidente quando, ao longo dos discursos dos/as entrevistados/as, independentemente da dimensão de caracterização do risco que está a ser alvo de análise (gravidade, potenciais consequências, danos e perdas, (in)controlabilidade, (ir)reversibilidade, etc.), a natureza das preocupações e o sentido que lhes é atribuído é vincadamente pessoal. A tónica é colocada maioritariamente no próprio indivíduo, no “seu” problema pessoal:

Acha que o problema tá a diminuir... tá a aumentar...?

Para mim, este ano, eu penso que tive menos. Aqui, que nos outros anos, eu penso que tenho tido menos, consoante as armadilhas... duas, deram para este ano, o ano passado foram umas cinco ou seis. Mas não sei não posso garantir.

(Justino, 67 anos)

Vale a pena salientar que esta dimensão individual/privada se encontra em todas as pessoas entrevistadas. Todas elas reconhecem e manifestam preocupação quanto ao elevado potencial destrutivo que este risco comporta para as suas habitações, por representar uma ameaça à sua saúde e segurança. E, principalmente, pela possibilidade de, num caso extremo de infestação, vir a resultar na perda da própria vida. O que distingue este tipo ideal é o facto das preocupações se situarem quase unicamente nas perdas materiais e financeiras para si e/ou para o seu agregado familiar. Estando ausentes quaisquer referências às possíveis consequências de âmbito público e coletivo enfatizadas por outros/as entrevistados/as que revelam apreensão quanto às ameaças patrimoniais que este risco comporta para uma cidade classificada pela UNESCO. É neste contexto que a posição vincadamente privada/particular deste tipo-ideal deve ser compreendida, e que se torna clara e nitidamente visível quando o *locus* da (in)controlabilidade e/ou da (ir)reversibilidade se situa-se na “sua” própria casa:

Acha que o problema tá controlável ou incontrolável?

Ah! As térmitas não tem controlo! Que eu saiba não! Não tem controlo. É cada vez pior. (...) -Se tiver uma semana sem passar o aspirador, é aos montes! É aos montes! Aqui... Aqui não tem. Aqui no sobrado não tem. É aí pra cima. Aqui nunca vi. Nunca vi nada. Aí pra cima é que está... Mas tá mesmo os tirantes, tão todos, todos, todos, todos. (...)

Mas acha que uma casa uma vez infestada, uma vez com o problema das térmitas, possa algum dia vir a recuperar ao estado inicial, em que se encontrava antes de ter térmitas?

- Esta não! Esta... Este teto, não tem...

- Esta só tirando o teto e botando outro novo.

- Esta não tem! Esta não tem! Esta não tem. Não tem jeito a isto. (...) Não tem. Não tem! Não tem! Não tem! Não há.. Não há nada que...

- Só tirando o sótão do teto, novo.

(Anacleto e Anacleto, 74 anos)

A posição vincadamente privada/individual face ao risco e face ao poder sustenta-se ainda numa outra dimensão analítica – o nível de envolvimento cívico/participação política - que se caracteriza, neste tipo ideal, por um certo desinteresse e distanciamento. Dimensão esta que ganha expressão, uma vez mais, pelas ausências que se depreendem nas narrativas das pessoas entrevistadas. Desta feita, por não se encontrarem presentes referências a dimensões de gestão pública/política do risco nos seus discursos, o que poderá indiciar alguma falta de interesse em formular e expressar uma opinião política e um certo afastamento face às instituições que representam os interesses comuns, sociais e coletivos.

Este desinteresse e distanciamento face à esfera pública/política, do interesse comum, da “*pólis*”, da cidadania, “presente” pela “ausência”, manifesta-se pelo peso atribuído ao “*oikos*” aos domínios da vida privada e familiar, do “lar”, da domesticidade (Slater, 1998). Um “mundo” cuja primazia se expressa em vários momentos das entrevistas quer nas descrições das vivências quotidianas dos/as entrevistados/as, de natureza maioritariamente doméstica, quer nas preocupações enfatizadas quanto à economia familiar, aos destinos educativos e profissionais pessoais e familiares.

E é isto o meu problema. Tou muito e muito preocupada. (...) Tenho muito problema, mas graças a deus, eu levanto-me da minha cama, como a minha vida! Vou fazendo a minha vida aqui todo o dia. Ainda faço uns docinhos pra fora quando aparece, gosto de fazer, porque enquanto tou a fazer não tou a pensar na minha vida, nem na minha tristeza e a minha vida é assim.

(Idalina, 72 anos)

A falta de interesse e envolvimento político poderá ser melhor compreendida à luz do modelo do estatuto socioeconómico de Milbrath (1965) já que este tipo-ideal se reconhece especialmente nas classes sociais mais desfavorecidas com menores graus de escolaridade e nos indivíduos com idades superiores aos 65 anos. O referido modelo aponta como mais ativas e comprometidas na participação, primeiro cívica e, depois, concretamente política as classes etárias centrais dos 25-30 anos e os 55-60 anos “que ocupam uma posição média-elevada na escala social, com boa instrução, rendimentos sólidos e tempo livre participam significativamente mais do que os seus concidadãos menos favorecidos” (Pasquino, 2002a, p. 65) Todas as características do tipo-ideal 1 vão, assim, ao encontro dos fatores e variáveis preditivos da falta de envolvimento público. Uma falta de envolvimento que corresponderá à tipologia dos que não participam “porque não podem”, dada a ausência de recursos (dinheiro, tempo e conhecimentos) e não “porque não querem” ou “porque ninguém lhes pediu” de acordo com Verba *et al.* (1995, *apud* Pasquino, 2002a, p. 66).

“O Governo é que tem que achar, não sou eu”

Os fatores analisados relativamente à dimensão de envolvimento cívico do tipo ideal 1, que o caracterizam como distante e desinteressado numa participação pública, “porque não pode”, dada a ausência de recursos, contribuem também para melhor enquadrar e entender a sua relação com o poder: o papel que atribui a si próprio na decisão. Este tipo-ideal deposita toda a responsabilidade da decisão quanto à gestão do risco nos governantes, pelo poder que lhes delegou, no contexto da democracia representativa, esperando que ajam em seu nome e de acordo com a defesa dos seus interesses e necessidades. Demitindo-se, por isso mesmo, de qualquer envolvimento no processo de tomada de decisão:

E o que é que acha que tem sido feito para tentar gerir ou lidar com o problema?

- Até agora, minha filha, o Governo pouco fez ou nada.

- À gente nunca fez nada!

- À gente nunca fez nada. Até agora, minha filha, não. (...)

Então e na sua opinião como é que acha que se devia gerir o problema?

- Ó minha filha! Eu, como é que vou achar? O Governo é que tem que achar. O Governo é que tem que achar, não sou eu.

(Anacleto e Anacleto, 74 anos)

Expectativas essas que se vêm goradas ao avaliar negativamente o desempenho dos seus decisores, principalmente no que toca à função de proteção social do Estado. Um Estado Providência que se deveria mostrar mais comprometido na defesa do pacto social, numa justiça distributiva de combate às assimetrias. As políticas sociais de apoio e distribuição de rendimentos criadas revelam-se insuficientes e a dimensão assistencial atribuída ao Estado acaba por ser procurada e desempenhada pela família:

Mas que vivo com dificuldades e pôr um teto nessa casa, a menina, deve saber que custa muito dinheiro! Se for... Que eu já ouvi.. Que se for de madeira, que ajudam. Mas que se for pôr aqueles tetos que se tão a pôr agora, que elas não entram mais, diz que é um bocadinho caro.

Pois..

e o meu problema tá aí. Preocupo-me... Vejo.. Fico preocupada. Os meus filhos, bem que dizem: "ai a mãe não se preocupe a gente há-de resolver o problema" (...) Eu vejo, estas preocupações todas, vivo... disse mesmo: "agora, no fim da minha vida"... vivo bastante preocupada. E é isto, a minha vida, aqui dentro nesta casa, sozinha.

(Idalina, 72 anos)

“Cada um no seu cantinho, cada um sabe de si da sua vida”

A posição individual/privada face ao risco deste tipo, que privilegia uma vivência quotidiana maioritariamente privada, familiar sustenta-se principalmente na valorização do espaço doméstico como um contexto de intimidade a ser defendida da comunidade, do escrutínio público:

Aquelas querem entrar pá minha casa: "Ai! Não. Não fica bem"... e tal... e eu: "Éh, home! O que é que custa?! O que é que custa?" Às vezes vem aí fazer do Governo, vem fazer aí coisas que elas vêm fazer, eu recebo-as sempre! Elas dizem: "Ai, isso é trabalho que a gente tá a fazer..." Aquelas que também tão a fazer estágio, não é? Mas é: "Ai! Vêm é mexericar!" "Óh, mulher! Vem cá mexericar!? Recebes na sala, não vais mostrar a casa toda!" (risos) É! É!

(Otilia, 85 anos)

O que faz com que, neste tipo-ideal, exista uma fraca ou até mesmo inexistente disposição para o estabelecimento de redes de relações sociais, fora do âmbito da privacidade, com outros/as cidadãos/ãs afetados/as. Encontramos um exemplo paradigmático deste aspeto num casal entrevistado que avalia as relações de vizinhança “como muito boas”, “porque ninguém chateia ninguém”, referindo que nos já longos 34 anos de vivência naquela habitação, nem sequer conhecem os/as vizinhos/as:

- Tou aqui à 30 ...
 - e 4 anos
 - 34 anos. Eu não sei quem é este vizinho aqui da parte de baixo. Se me perguntarem..
 - cada um nas suas casas..
 - (...) não sei quem é que mora aqui na parte de cima. A gente tá pr'aqui, ninguém chateia ninguém! A gente não chateia, ninguém nos chateia e a gente tá pr'aqui. (...) eu gostar mesmo é de tar em casa. Eu vi esta vizinha aqui, botaram o teto. Foi ela? Foi o Governo? Não sei. Botou teto. E diz que até as portas.. Que lhe deram as portas de madeira. Deram? Não deram? Não sei. (...)
Então... Disse que não conhecia nem o vizinho do lado, mas que sabia aqui do caso...
 - vi tarema a tirar o teto e a botar teto, os tirantes de alumínio, mas não sei.. Nem sei porque é que tiraram, nem sei porque é que botaram, nem sei quem é... se foi...não sei. Não vou-lhe dizer uma coisa que eu não sei. Eu vi. Eu vejo... a camioneta.. E veio aí.. E tiveram a arranjar, mas de resto eu não sei. De resto eu não sei. Isto aqui é cada um, cada um no seu cantinho. E é assim. É nas minhas rendinhas e vamos passando o dia.

(Anacleto e Anacleto, 74 anos)

É importante salientar que o conhecimento da existência de outros casos de pessoas que também se encontram a braços com o mesmo problema, apenas é obtido por aquilo que “vêm”, e/ou “ouvem falar” e não por aquilo que procuram saber, desconhecendo em pormenor as medidas e estratégias de enfrentamento do risco empreendidos pelos seus concidadãos. É, portanto, diminuto o capital social deste tipo-ideal (na esteira da aceção de Bourdieu, Putnam, Portes e Coleman) uma vez que não investe na criação de redes sociais de apoio, e não as reconhece como possíveis fontes para a obtenção de recursos na gestão do risco:

*Costuma tentar saber como é que estão a correr as obras... Se a coisa resultou, se não...
 Não. Não tenho feito isso.
 Se costumam trocar conselhos ou assim...*

Não, não tenho. Não gosto dessas coisas, porque eles podem julgar que a gente se quer infiltrar na vida deles e no pensamento deles, e gosto de pensar por mim e tentar resolver os meus problemas e eles que resolvam o deles. A gente, às vezes, vai com o intuito de ajudar e não é aceite dessa maneira. E portanto, para que não haja complicações. Cada um no seu lugar.

(Justino, 67 anos)

Quando se verifica um menor isolamento e uma certa predisposição para a interação com a vizinhança, o estabelecimento das relações sociais é feita com base numa sociabilidade próxima da amizade. Um laço de afinidade que se encontra e estrutura numa rede de apenas um ou dois “nós”. O conteúdo do laço é maioritariamente de cariz afetivo, no sentido de obter suporte em domínios do âmbito doméstico e familiar na partilha de inquietações da vida privada onde as térmitas apesar de serem um assunto não são o agente catalisador da relação. Este laço permite obter alguns recursos para a gestão privada do risco, nomeadamente ao nível da troca de informação que possuem acerca do problema:

Aqui com os vizinhos fala com muita frequência disso? ou...

Ah! Então a gente às vezes conversa disso, porque a gente... eu sou uma pessoa que eu não vou a casa de ninguém, menina. a minha vida sempre foi dentro da minha casa, mas a minha vizinha de frente passa a vida aqui, esta pequena da parte de baixo agora também... novinha, também puseram-na na rua, ficou sem emprego, a gente também.. então.. que é da minha cozinha.. e é a minha cozinha...é o mesmo que tar na cozinha dela! um bocadinho no quintal, a parte dela.. eu tou na minha cozinha a lavar a louça e a trabalhar e ela tá na sua, e a gente vê-se constantemente. Mas ela diz que acha que não tem muitas! Ela acho... o forro que tinha, mas uma coisa diminuta. (...) Tanto é que eles tentaram proteger a casa de maneira que elas não entrassem. Agora temos é que esperar para ver se elas se vão entrar, se não vão. Ela notou que as janelas... são novas que ela já as pôs depois que tar aqui... e ela disse: "Oh, [nome]! Noto que elas tão já metidas nas janelas".

(Idalina, 72 anos)

4.3. Atitude-tipo 2 – “O/A Associativista acorrentado/a”

No quadrante diametralmente oposto à atitude-tipo 1 - “O/A familista atomizado/a”, descrita nas páginas anteriores, encontramos o tipo-ideal 2 - “O/A associativista acorrentado/a” que assume uma posição vincadamente pública (coletiva) face ao risco e face ao poder, tal como podemos verificar pelas características esquematizadas no Quadro 7. Revela uma especial preocupação e desconfiança quanto à atual gestão política do risco (envolvimento cívico). Um interesse e apreensão que se ativa em atitudes e comportamentos que aspiram a influenciar de forma direta a sua gestão (participação visível). Reivindica um papel e um lugar independente e autónomo para os/as cidadãos/ãs no processo de tomada de decisão, numa perspetiva de baixo para cima, a partir das bases, através da organização de um movimento cívico e, portanto, num contexto claramente de democracia participativa. Tem um forte capital social dadas as redes de sociabilidade estruturadas que estabelece para além das do âmbito de vizinhança, nomeadamente com a ciência, com administradores do setor público, com os órgãos de comunicação social, etc., mobilizando-as no sentido da obtenção de recursos.

Este tipo-ideal identificou-se especialmente nos/as entrevistados/as oriundos maioritariamente da classe média. Nas próximas páginas iremos nos debruçar, detalhadamente, sobre os significados atribuídos pelos/as entrevistados/as a cada dimensão analítica, os argumentos e racionalidades que suportam esta atitude tipo.

Quadro 7 – Características do Tipo-ideal 2 “O/A associativista acorrentado/a”

DIMENSÃO	COMPONENTE / VARIÁVEL	POSIÇÃO
Relação com o Poder	Papel atribuído aos cidadãos quanto à decisão na gestão do risco	Influenciar a decisão (bottom-up) (democracia participativa)
Relação com o Risco	Sentido e natureza das preocupações Nível de envolvimento cívico (participação política)	Vincadamente Pública (Coletiva) Participação visível, clássica, ortodoxa
Relação com a Comunidade (Capital Social)	Redes sociais para a obtenção de recursos	Positiva e forte

“Eles/as filiam-se num partido para apanharem o seu próprio poleirinho”

O tipo-ideal 2 “O/A associativista acorrentado/a” assume uma posição vincadamente pública (coletiva) face ao risco dado o peso atribuído, ao longo das entrevistas, à esfera dos interesses e necessidades comuns, da “polis” (Slater, 1998). Um “mundo” cuja primazia se expressa, independentemente da dimensão de caracterização do risco que está a ser alvo de análise. A natureza das preocupações e o sentido que é atribuído quanto à gravidade, potenciais consequências, danos e perdas, (in)controlabilidade, (ir)reversibilidade, etc. é vincadamente público e político. A tónica é colocada maioritariamente na desconfiança e descredibilidade das instituições e agências reguladoras acusadas de falta de honestidade, objetividade, coerência e competência na tomada de decisão quanto aos destinos da vida pública, na defesa do interesse comum. Fundamentada na incapacidade que os detentores de cargos públicos têm revelado em fazerem cumprir o seu papel de zelarem pela atenção, prioridade e urgência que os/as entrevistados/as reivindicam para a gestão deste risco, uma vez que se encontram mais preocupados em seguir os seus próprios interesses particulares, individuais e familiares:

Tá a perceber? Portanto, isto é tudo uma grande treta. Porquê? Pela tal história! Eles nem sequer querem mencionar ou pensar no assunto que é para não desestabilizar a parte política, nitidamente! Porque gastam dinheiro noutras coisas! Por exemplo, ali no [local público] que é a sede de não sei quê! Tem um [espaço público] ali, quem vai pela... Quem sobe ali da rua [local] tem um [espaço público] Ai deram um milhão e trinta e dois mil euros para modificarem... Não sei o que é que fizeram, reviraram e voltaram a por como estava! Eh.. Porquê? Porque a [parente de detentor de cargo público] anterior é que toma conta dos [competência] da Região. Pronto, lá tou me eu a meter em política mas o facto é esse. Então para isso havia dinheiro e para uma coisa mais séria e com implicações muito maiores pronto... (...) um investimento desses? Não se percebe! (...) os técnicos do Governo tão mais preocupados em se Governarem! Porque ainda no outro dia (...) [detentor/a de cargo político], que é [profissão] portanto, que é [relação] e às tantas começámos a falar sobre peripécias que há praí..e tavam a dizer "ó.. Não há princípios!" diz-me [detentor/a de cargo político] "não há princípios, não há nada, hoje em dia!" [descrição de irregularidade] Ah? Como é que se pode jogar com gente desta? Não dá! Não dá. Ou a história de um milhão e trinta dois mil euros para tratar do [espaço público] e...37 mil euros para o tratamento das térmitas na Região?! Isto é gozo! Puro! Ou subsídios a fundo perdido para por.. "nã! Tens que pôr é como estava!" nem sequer.. Que fosse em madeira! Mas que fosse madeira previamente tratada! Foi ainda no outro dia ali. Teve um sujeito velhote.. Aqui na rua do [local] .. Portanto a que vem ali do [local].. A reconstruir uma casinha.. Ali.. Começo a ver ele a pôr madeira de criptoméria completamente virgem sem tratamento nenhum! Deram-lhe uns pataquinhos e lá... (...) Ah! E ainda agora tava-me a lembrar e quando chegar aí às igrejas e aos monumentos? Que é só madeiras e porcarias?! Então.. Então aí é que vão ficar preocupados?! Talvez para não.. Para garantirem o seu lugar no céu! Ou qualquer coisa..(risos)

(Otávio, 73 anos)

Esta atribuição causal para a (des)governança do risco lembra a hipótese preditiva do familismo amoral que Edward C. Banfield avançou para a explicação da ausência de desenvolvimento económico na comunidade alvo do seu estudo em Itália. Onde o comportamento individual segue a regra: “Maximize the material, short-run advantage of the nuclear family; assume that all others will do likewise.” (Banfield, 1958, p. 85).

A classe política dos decisores acaba por se ver retratada como um «regime de clãs políticos» na aceção de Leon Poincard (1912) “que a língua espanhola vulgarizou como «caciques», a francesa como «notables» e a portuguesa como «influentes», «mandões», «graúdos» e «patronos»” (Ruivo, 2000, p. 68)

“Dar a cara, juntarem-se de forma independente, pegar em bandeiras!”

É no domínio desta especial preocupação e forte desconfiança quanto à classe política, dada a incapacidade dos decisores zelarem pelos interesses dos cidadãos/ãs, imprimindo a urgência e prioridade reclamada para a gestão deste risco, que melhor se compreende a posição deste tipo-ideal quanto ao papel atribuído aos/as cidadãos/ãs no processo de tomada de decisão. Que é, claramente, o de influenciar a decisão, numa perspectiva *bottom-up*, a partir das bases, de forma autónoma e independente, através da constituição de um grupo de cidadãos/ãs, da organização de um movimento cívico capaz de reivindicar os seus interesses:

Os cidadãos, para mim, já tinham resolvido o assunto que era reunirem-se, mas pessoalmente, não com... atrás de si com nenhuma instituição porque depois é mais empatar. Deviam-se reunir e juntarem-se independentemente e pedirem... haver uma comissão independente mas geralmente não é. (...) vai empatar as coisas. E ver qual é a solução... ou não há... mas se há solução temos que começar a atuar, com força, tinha que haver uma comissão forte de gente independente, mas independente! Não meter política nisto, que a política, geralmente, acaba sempre por minar as coisas de maneira que leva sempre a água ao seu...

moinho

ao seu moinho. Sempre, sempre. Isso é um problema! Esse é que acho que é problema principal.

(Inácio, 55 anos)

Um “movimento reivindicativo” na aceção de Alberto Melucci (1977) cujo objetivo “consiste em impor alterações nas normas, nos papéis e nos procedimentos de afetação de recursos socioeconómicos” (Pasquino, 2002b, p. 105) para a gestão do risco. Já que foi possível constatar, nos discursos dos/as entrevistados/as, o reconhecimento de níveis de envolvimento público em que é dada a possibilidade de “participar”, de “ouvir” e ser “ouvido”, de ter uma “voz” através da “consulta” e “auscultação” sem que seja, no entanto, garantido o poder de influenciar, efetivamente, a decisão. Fenómenos que corresponderão aos graus de “*tokenism*” referidos por Arnstein e, mais especificamente de “*placation*”, onde “the ground rules allow the have-nots to advise, but retain for the powerholders the continued right to decide” (Arnstein, 1969, p. 217). O tipo de democracia participativa reivindicado define-se, assim, como um contexto em que o nível de poder dos/as cidadão/ãs se situa, no último e mais alto patamar da escada da participação de Arnstein, no degrau do “*citizen control*” onde os “have-not citizens obtain the majority of decision-making seats, or full managerial power” (*ibidem*).

Apesar da premência sentida pelos/as entrevistados/as e da forte predisposição manifestada para se envolverem e implicarem numa demanda desta natureza, são várias as dificuldades e obstáculos referidos para a criação de um movimento cívico reivindicativo capaz de efetivamente conquistar um lugar no processo de tomada de decisão para os/as cidadãos/ãs. Os argumentos indicados parecem enquadrar-se na explicação apontada pela já referida tipologia de Verba *et.al* (1995, *apud* Pasquino, 2002a, p.66) que distingue as razões para a não participação entre os/as que não participam “porque não podem”, “porque não querem” e/ou “porque ninguém lhes pediu”. As três racionalidades parecem estar subjacentes a esta atitude-tipo face ao risco e face ao poder, por motivos de diversa ordem. Desde as que não participam “porque não podem”, pela ausência de um dos recursos fulcrais para o envolvimento cívico - o tempo - de acordo com o modelo do estatuto socioeconómico de Milbrath (1965) referido por Pasquino (2002a). Apesar de possuírem conhecimento, a conquista de estabilidade profissional ainda ocupa um peso substancial na vida quotidiana dos/as entrevistados/as pertencentes às classes etárias entre os 30-55 anos. Por outro lado, nas classes etárias superiores aos 65 anos a predisposição para o engajamento vê-se comprometida pelas questões de saúde que começam a surgir nestas idades, quer por doenças do próprio indivíduo, quer pelo tempo dedicado à prestação de cuidados familiares:

Aqui há uns tempos atrás um parente meu insistia: "Ah, mas deviam era fazer um movimento cívico, deviam aparecer mais caras, as pessoas deviam-se chegar à frente, deviam pegar em bandeiras"... digamos assim... pronto... é também uma possibilidade, não é? (...). Portanto, se calhar, as pessoas na minha perspectiva, as pessoas deviam-se juntar.. (...) Eu sei que já houve, porque já perguntaram, já falaram com [parente], já houve aí várias pessoas que quiseram fazer um abaixo assinado ou uma associação ou uma.. penso que na altura foram até moradores da rua [local] pessoas ligadas à rua [local] que falaram com [parente]. [parente]. disse: "ah.. não posso porque..." por causa da doença da [parente] (...) ele disse logo que não iria assumir... em relação a mim... pois... eu vou do trabalho para casa, de casa para o trabalho. Também não sou uma pessoa assim muito... muito sociável, não. Não... nunca vi... mas agora que tamos a falar nisso se calhar vou procurar saber se já há alguma coisa formada ou se alguém já tá a mexer nessa área. Por acaso essa [parente], esse [parente], insistiu comigo porque eu tava a falar assim tão acesamente sobre a praga. E ela disse: "Ah.. mas vocês, as pessoas, deviam-se juntar" (...)"As pessoas deviam-se juntar e deviam fazer uma associação e deviam fazer panfletos"

(Natércia, 47 anos)

Os/as que se enquadram no tipo dos/as que não participam “porque ninguém lhes pediu” apresentam o argumento da ausência de uma figura “inspiradora” capaz de liderar e canalizar a sua pré-disposição para o envolvimento cívico:

As pessoas para poderem ser ouvidas têm que ser pessoas que se imponham perante a sociedade, são pessoas...têm que ser pessoas que pela sua maneira de ser, pela sua vida, pelo seu exemplo, mesmo quando mais novas, que tenham... sejam vistas como líderes. (...) mas infelizmente, a maioria dos jovens, neste momento querem ir pelo caminho mais fácil que é aderir... E eu não tenho nada a haver contra os políticos, quer dizer, sei que a política existe, mas tem que haver, tem que... Achem que a melhor maneira é filiar-se num partido político e depois conseguir...apanhar o poleirinho! Ora, como a maior parte deles fazem isso, e nós sabemos que é... Aquelas pessoas que de facto poderiam ter algum impacto na sociedade, enveredaram por aí, logicamente, criam logo uma série de inimigos, ou de ... pessoas que não concordam com eles, basta que sejam pessoas de outro... da outra facção. Portanto,

essas pessoas nunca se impõem! (...) Essas pessoas já há pouco, não há... Não há muitos jovens que consigam fazer isso, quer dizer, começar uma carreira, desde novos, em termos de... Não se meterem nesse... Nessas jogadas políticas e manifestarem as suas opiniões duma maneira livre. Essas pessoas eram aquelas que poderiam ser os futuros líderes... Mas, de facto, não aparecem muitos. Eu, se me perguntarem: um jovem, eu quando falo jovem, é até aos 40 anos, uma pessoa que com 40... com menos de 40 anos que possa ter uma figura carismática que possa apresentar-se como... uma... como líder, aqui [local], ou coisa do género...eu confesso que não conheço nenhum. Não conheço nenhum! Conheço outros que se... fazem.. Por serem nomeados para aqui e para acolá, se armam em líderes e, de facto, não são!

(Álvaro, 69 anos)

Por sua vez, os/as que seriam capazes de liderar e mobilizar os/as cidadãos/ãs nesta demanda, apontadas pelos/as entrevistados/as como os/as que reuniriam condições para “dar a cara” pelo movimento na defesa dos seus interesses, já se encontram ocupados com uma participação política partidarizada. E, portanto, muito próximos da classe dos decisores políticos, onde parece ser difícil escapar aos complexos meandros do familismo amoral, não querendo se comprometer com os interesses e necessidades reivindicados pelos/as cidadãos/as, na gestão do risco, a fim de manterem o seu próprio “poleirinho”. A ausência de uma figura de liderança é assim atribuída tanto ao tipo dos/as que não participam “porque não querem” como também aos que “não podem”, desta feita, por recearem possíveis consequências na expressão do desacordo, “criando inimigos”. Incapazes de usar a sua margem de liberdade para questionar as regras do jogo “manifestando as suas opiniões de forma livre”, pelo medo de represálias de correr o risco de comprometer a carreira profissional, o emprego, etc.:

As pessoas.. Ainda tem pessoas muito válidas aqui na nossa freguesia [local], tem muita gente válida.. Mas depois eles também... represálias... cá a mim, eu não tenho nada a perder.

Acha que têm medo de represálias?

Oh.. Tem, tem.

Que tipo de represálias?

Por causa dos filhos e dos netos. Eu, então, não quero saber, cada um que esgravate pra si, que eu já esgravatei também e pronto.

Pois...

Há pessoas muito boas aqui... Não dizem nada... Porque são acanhados...

(Isaura, 80 anos)

Existiu, no entanto, em tempos, e para desconhecimento de grande parte dos/as entrevistados/as, essa figura “carismática” reclamada que, aliás, serviu de bitola e charneira na delineação deste tipo-ideal. Falamos do cidadão que, acabou por ficar conhecido como “o pai das térmitas”, uma vez que foi quem alertou, e trouxe para a esfera pública açoriana a existência do risco de infestação por térmitas, desconhecido até aquele momento. Figura essa sobre a qual nos debruçaremos nas próximas páginas.

“Não somos dois, somos muitos mais, o que é que vamos fazer?”

Detentor de um forte capital social, dadas as redes de sociabilidade estruturadas que detinha para além das do âmbito de vizinhança, nomeadamente com a Ciência, foi capaz de as mobilizar quando se deparou, pela primeira vez, com “o” problema em casa, no sentido da obtenção de informação, para a identificação da fonte de risco:

" Que diabo é isto?! O que é que se passa aqui?" E comecei a ver, e comecei a ver umas larvazinhas pequenas, assim, pouco maiores que formigas. "Eh, pá. Isto aqui há qualquer coisa!" Vi que não era caruncho, porque o caruncho conhecia-o eu.. e peguei num frasquinho, juntei aquele montinho daquelas coisas, juntei uns bocadinhos de madeira onde tinha alguma dessas larvas e fechei o frasquinho. Liguei para a universidade, para um professor da Universidade, que é nosso amigo, o professor [nome], era a pessoa que eu tinha mais acesso e conhecia. "Home vocês têm alguém aí em cima que... que me possa explicar... e contei-lhe a história, que tenho isto assim e assim: "quem é que me pode explicar?". "Eh, pá. Há, há. Olhe e é seu vizinho aí. (...),"o Professor [nome] mora aí" e eu disse: "Eh pá, não sei quem é." e coiso. "Olha ele mora aí na [rua], eu não sei agora explicar bem onde é a casa mas pergunte por aí que alguém há-de saber onde é que é". E eu saí e disse: "Bom, vou ver." Quando vinha, aqui, a sair da porta encontro um amigo meu, que mora ali naquele lado, no outro lado ali da rua, quem desce, é daquele lado, que é o [nome]. E ele: "Ah, então, tudo bem? Tudo bem?" e eu disse: "Eh, pá. Queres ver o que eu descobri lá em cima, ali em cima ao sótão?" E ele disse: "Eh, pá. Que é isso?" E eu disse: "Não sei. Eu ando aqui à... Conheces aqui o Professor [nome]?" E ele disse: "Conheço." "Eh, pá. Mas eu tenho disso na minha casa!" Disse-me ele. E eu aí é que comecei a perceber: "Espera aí, há aqui qualquer coisa." Entretanto, pareceu de propósito, o Professor [nome] para e ele disse: "Olha, tá ali." Eu nunca tinha visto aquele homem, de facto, moro aqui mas não...e fui ter com ele e disse: "Olhe, desculpe, eu vou falar consigo porque o Professor [nome] é que me disse que era a pessoa indicada para me mandar uma explicação e pretendia que, se me pudesse explicar isto que é, porque eu tenho o meu sótão cheio disto." E ele olha e disse: "São térmitas." (...) "Olhe eu também tenho disso na minha casa" E eu disse: "Oh! e o que é que se faz aqui, o que é que se pode fazer para tratar disto?" E ele disse: "Há umas fumigações e não-sei-mais-quantos que se fazem" (...) Passou-se. E eu... O [nome] leva-me a casa e diz... e começámos a ver (...) e ele disse: "Eh, pá. É a mesma coisa e não-sei-quantos e coisa.. e ficámos os dois sem saber o que é que havíamos de fazer e disse: "Eu já sei o que é que vou fazer."

(Álvaro, 69 anos)

Depois de detetar o problema na sua própria casa, e apreensivo quanto à sua possibilidade de existirem outros/as cidadãos/ãs com o mesmo problema, dadas as impressões que já havia trocado com um dos seus vizinhos, decide mobilizar as redes sociais que possuía com os órgãos de comunicação social a fim de alertar para a possível dimensão pública (coletiva) do problema:

Vou arranjar algum jornalista que venha aqui a casa." E foi o que deu origem a esta primeira reportagem. Então telefonei para um amigo meu, que é jornalista e disse-lhe: "Eh, pá. Eu tenho aqui um problema em casa que é interessante, (...) e seria interessante saber, dar a conhecer às pessoas que há isto na Terceira, que de repente pode haver aí... e disse: "éh, pá. O que é?" e eu contei-lhe o que era mais ou menos. e disse: "Oh, pá. Prontos, vamos falar."

(Álvaro, 69 anos)

Consegue conquistar a atenção mediática desejada e o problema eclode na esfera pública açoriana. “Abre” as portas da sua casa e passa a ser um foco e agente catalisador de uma rede de sociabilidades que começa a ser criada entre cidadãos/ãs possivelmente afetados/as pelo mesmo problema:

Quando sai a reportagem televisiva, não queira saber, no outro dia, o que é que foi. Eu não tinha mãos a medir, porque eram pessoas a procurar-me à porta, pessoas a telefonar-me, pessoas a encontrar-me

na rua e a querer s... porque também tinham e queriam saber o que é que se passava e... e eu disse: "Oh, pá. Isto afinal é bem pior que áquilo que eu julgava." Dias depois.. ah! e claro, sai a notícia e quando sai a notícia começa toda a gente a fazer barulho. (...) eu começo a ser convidado a casa de um e a casa de outro. (...) "Até que enfim que eu vejo alguém que tem o mesmo problema que eu tenho". Que ela já há dois anos tinha tido um problema desse género, e levou-me lá a casa para eu ver (...) eu levei-a lá acima ao sótão, ela teve aí.. (...) "mas o que é que vamos fazer? Eu já sabia que tinha térmitas porque levei amostra disto lá acima aos [serviço público], na altura em que dei por isto, há cerca de dois anos" disse-me ela "mas não conhecia mais ninguém que tivesse o problema e como não sou de cá, andava aí aos papéis não sabia o que é que havia de fazer. Eh, pá. Bem bom! Bem mau, para si! mas quer dizer, pelo menos agora já somos dois", não-sei-quê.. E eu disse: "Não, não somos dois, somos muitos mais!" e...."O que é que se vai fazer?"

(Álvaro, 69 anos)

Dada a experiência associativa que possuía desde os tempos de juventude, onde teve a possibilidade de constatar as suas competências de liderança, mobiliza outros/as cidadãos/ãs na junção de esforços. Um grupo informal que se envolve civicamente na deliberação, e numa participação política visível, no sentido de requerer reuniões com gestores públicos para a apresentação de propostas de medidas para a gestão pública do risco:

E começámos a pensar que o que se poderia fazer, aqui, era o mesmo que se... O [partido], na altura, tinha feito quando foi o sismo. Que foi: abrir uma linha de crédito bonificada. (...) A ideia foi isso: "Pá, o que se terá de fazer é isto assim e assim"

E essa ideia partiu de quem? Do...

Do juro bonificado? Não... partiu de... Eu não posso... Quer dizer..

Foi...

Foi falado!

Das pessoas..

Sim, mas quer dizer... É muito provável que tenha sido eu, porque eu tinha a experiência, porque sabia o que é que se tinha passado aqui, nessa altura e...pronto começámos a falar e disse: "Eh, pá! Mas temos é que começar a pôr a Câmara.. E pedimos uma entrevista ao Presidente da Câmara, na altura o Doutor [nome].

(Álvaro, 69 anos)

O grupo informal de cidadãos/ãs que se começou, entretanto, a estruturar conquista um lugar no processo de tomada de decisão, ao ser convocado para uma reunião que conta com a presença de diferentes atores sociais, da esfera da decisão política e da ciência:

Os órgãos de comunicação social começaram a apertar o Senhor Presidente do Governo...da Câmara Municipal e ele telefona-nos, ou manda-nos uma convocatória, que eu tenho ali (...). E então junta todos os representantes, todos os Presidentes da Junta de Freguesia... nessa altura ainda não se sabia a dimensão da situação, mas sabia-se... para tar a aparecer aqui, acolá (...) e faz uma reunião logicamente com aquela gente toda: Gabinete da Zona Classificada, o Professor [nome] e alguém mais da Universidade que foram lá mais 2 ou 3 professores, pronto... uma série de... as forças que poderiam ter alguma coisa a haver com o assunto. E convidou-me a mim e, salvo erro, a mais uma outra pessoa do grupo que estava já com este problema em mãos e fomos lá: "Vamos ver, não-sei-quantos.."

e diga-me uma coisa esse grupo que tá a referir era.. para além, pronto das instâncias da Câmara e da Universidade, esse grupo, era um grupo de cidadãos?

era... eramos... vamos lá a ver, não era um grupo constituído.

Sim...

no sentido de ter havido eleições, nem nada do género, quer dizer, nós começámos a conversar e...

era um grupo informal...

esse grupo que aparecia e depois...

eram quantas pessoas, mais ou menos?

pffff.. 4, 5..

4, 5..

quer dizer, não eram sempre as mesmas...quer dizer, a questão era essa... eu apareci sempre porque, pronto, eu era... mas eu não apareci para aparecer, para que me vissem! eu apareci porque eu queria resolver o meu problema! e não sabia como é que o ia resolver! (...)

(Álvaro, 69 anos)

Para que pudessem ser efetivamente “ouvidos/as” e ter uma “voz”, expressar os seus interesses, preocupações e propostas, marcando presença e participando efetivamente na deliberação política, sentem a necessidade de se constituírem formalmente como um grupo associativo:

Ah! Nos depois acabámos... (...) acabámos a aderir a uma associação que já havia cá que é o [associação] porque nós tínhamos duas hipóteses: ou para termos... ou para sermos ouvidos oficialmente, ou éramos.. Ou nos constituíamos como associação e isso trazia encargos, problemas burocráticos, etc., etc. Ou juntávamo-nos a uma associação qualquer.

Já pré-existente?

Já existente. E existia aqui [associação] que estava, na altura, desativado mas existia! E então conseguimos pô-los a trabalhar outra vez na questão. E eles chegaram a colaborar.

(Álvaro, 69 anos)

Apesar da recetividade inicial demonstrada pelos gestores públicos quanto à auscultação dos/as cidadãos/as, as expectativas de influenciar verdadeiramente a decisão acabam por se ver goradas e as necessidades expressas não se vêm satisfeitas uma vez que os decisores se mostram insensíveis, não dando respostas concretas às exigências reivindicadas. Não houve um sucesso específico e imediato da participação cidadã e começa-se a verificar um forte desgaste e desmobilização na associação, apesar da comunhão de interesses e intenções. A utilidade da participação é posta em causa dada a ausência de consequências efetivas e assiste-se ao abandono da posição pública e coletiva para uma lógica de atuação individual. Este fenómeno de desintegração em muito se deverá também, provavelmente, ao facto do agente catalisador de toda esta nova dinâmica se ter visto a braços com um grave problema de saúde, que o levou a afastar-se do papel de liderança desempenhado desde o início, não tendo encontrado ninguém a quem passar o “testemunho”:

Eu comecei a ver que havia gente que ... primeiro ... Curiosamente nunca fizemos uma reunião com mais de 12 pessoas na associação! Interessadas. Publicitávamos, dizíamos que íamos fazer uma reunião, nunca aparecia gente! E havia 2, 3 cromos que iam sempre. Era eu e mais 2 ou 3 e os outros.. Aparecia 1 desta vez, doutra vez ia outro qualquer. E geralmente não apareciam mais. Quer dizer as pessoas queriam que nós fizéssemos. Eu fui censurado! Muitas vezes: "você não fazem nada! Afinal vocês não fazem nada!" e eu disse: "e o que é que tu fazes?! Tens aparecido nas reuniões?" quer dizer, o problema é este. É que as pessoas falam, falam, falam mas não dão... Não se entregam, também à situação. E o que é que aconteceu? Comecei a ver que não valia a pena. Porque deixou de haver reuniões da associação [nome]. (...) Eu também achei que, com os anos que eu levei a tratar disto foram os suficientes para passar a bola a outro qualquer. Não me competia a mim dizer assim: "olha, tu agora ficas com o meu lugar e vais fazer .Vais ser o testa de ferro desta coisa!" Eu, quando tive o meu problema resolvido. Isto parece uma atitude egoísta mas não é! Eu se visse.. Se tivesse existido solidariedade por parte das pessoas que tinham problemas de térmitas, na altura em que eu de facto

andava empenhado nisto, as pessoas tinham se chegado e naturalmente haveria alguém que fosse formar... Tomasse a minha posição. Eu a partir da altura em que tenho o meu problema, eu não tenho moral para estar a falar! Porquê? Porque eles diziam-me "mas tu já não tens o teu problema resolvido? Então para que é que tás.. Para que é que andas aí com esse problema?" se quisesse aparecer, continuava! O que menos faltava era gente a querer colocar-me para a ribalta! Mas eu não queria saber! Resolvi o meu problema, os outros, que têm o mesmo problema, não se meteram ou não quiseram aparecer. Mas depois perguntavam-me na rua: "mas então... mas não se faz nada.." e eu disse: "Pois não! Não se faz nada! Nós não conseguimos... Eu não consigo que os órgãos, portanto, as autoridades governamentais façam mais do que é que têm feito. Mas também não tem havido adesão por parte das pessoas interessadas. Calavam-se e iam-se embora! E, portanto, neste momento não sei. Não me pergunte! Não sei se há algum núcleo a tratar do assunto, não acredito que haja!

(Álvaro, 69 anos)

4.4. Atitude-tipo 3 - “O/A Cidadã/o apóstata”

Situado no lado contrário do/a “Associativista acorrentado/a”, sobre o qual nos debruçamos nas páginas anteriores, que assume uma posição claramente pública (coletiva) face ao risco e face ao poder, encontramos o tipo ideal 3 -“O/A cidadã/ão apóstata”, cujas características gerais (esquematizadas no Quadro 8) tornam evidentes a sua posição vincadamente privada/individual quanto à forma de gerir o risco. Não acredita na viabilidade de uma solução coletiva do problema, dado o cariz fortemente negativo que imprime à sua relação com a comunidade, seja ela entendida no âmbito da vizinhança, dos/as cidadãos/ãs em geral, da ciência ou dos media. Assente numa descrença generalizada, principalmente face à classe dos decisores políticos. Desconfiança essa que partilha com o/a “associativista acorrentado/a” na medida em que tem “uma voz”, um discurso politizado expressando um voraz descontentamento quanto à forma como tem sido politicamente negligenciado. No entanto, o seu intenso ceticismo é o fator desmobilizador para qualquer envolvimento cívico/participação pública. Este tipo-ideal identificou-se maioritariamente nos/as entrevistados/as oriundos de uma classe média/alta, com graus de instrução ao nível do ensino superior, numa faixa etária que vai dos 35 aos 75. Nas páginas seguintes iremos dedicar a nossa atenção, de forma detalhada, sobre os argumentos e significados atribuídos, a cada dimensão analítica, que distinguem esta atitude tipo das outras três identificadas.

Quadro 8 – Características do Tipo-ideal 3 “O/A cidadã/ão apóstata”

DIMENSÃO	COMPONENTE / VARIÁVEL	POSIÇÃO
Relação com o Poder	Papel atribuído aos cidadãos quanto à decisão na gestão do risco	Influenciar a decisão Individualmente Expressar descontentamento (democracia representativa)
Relação com o Risco	Sentido e natureza das preocupações Nível de envolvimento cívico (participação política)	Vincadamente Privada (Individual) Cético dada a forte descrença e desconfiança
Relação com a Comunidade (Capital Social)	Redes sociais para a obtenção de recursos	Fortemente negativa

“Não há nada a fazer se não acabar com a história pessoal, individualmente”

O tipo ideal 3 -“O/A cidadã/ão apóstata”, apesar de reconhecer a dimensão pública e epidémica do risco, dado o sentido das preocupações que expressa quanto à gravidade, (in)controlabilidade e (ir)reversibilidade das potenciais perdas que esta infestação acarreta, não só para si como também para a Região e para a cidade de Angra em particular, assume manifestamente uma posição privada, individual face à forma de o gerir. O que imprime o cariz vincadamente individual a este tipo ideal é o facto de não reconhecer qualquer exequibilidade nem viabilidade numa ação conjunta ou coletiva, acreditando que “afinal” a única “solução” que resta é enfrentá-lo individualmente. Uma atitude “individualista” na qual se depreende um certo “desgaste” e desilusão, face a uma posição que em tempos aparenta ter sido diferente da que “está a atingir neste momento”:

Isso...ome! E não é só nesta rua! Porque de resto aqui no lado de baixo...(...) e de outras pessoas que também ali na rua [local] tiveram que pôr a casa no chão e reconstruir tudo à prova de térmitas! E é frequente... Ainda o outro dia lá em cima um rapaz, também meu conhecido, teve que tirar tudo, também chegou à conclusão, chegou à fase em que eu estou a atingir neste momento, que afinal não há nada a fazer se não acabar com a história: pessoalmente, individualmente.

(Otávio, 73 anos)

“Tentei vedar tudo e ficaria feliz e contente, e feliz e contente ficaria”

Este cunho fortemente privado assente na crença exclusiva de um enfrentamento individual do risco, em “vedar” e “reconstruir tudo à prova de térmitas” poderá ser melhor compreendido quando analisado em articulação com a relação negativa que estabelece com a comunidade. Seja ela no âmbito da vizinhança, “comodista”, que não investe em medidas e/ou tratamentos adequados de prevenção e controlo do risco; seja com a população em geral, incapazes de pensar por si, de ter uma “visão”, uma “voz” própria acerca do problema, vêem-se retratados como “carneiros” “tendenciosos”, “para onde vai um, vão todos”. Dai restar apenas “blindar” a “sua casa” contra a ameaça exterior:

Aliás eu também lido com a população, todos os dias, desde 1968 que... já tou farto até aos olhos! Tá a perceber? É pra tudo... Depois são tendenciosos... Isto é.. São como os carneiros para onde vai um, vão todos! É muito difícil, não.. A pessoa estafa-se e é vencida...(..) Tinha-se de fazer uma zona de tampão de 20 metros à volta do edifício, os vizinhos tinham que ir para o hotel, tinha que pagar o hotel ao vizinho, quer dizer, eu é que fazia o meu tratamento, o vizinho comodista ia para o hotel comer à minha custa e deixava a casa com térmitas na mesma. Oh!

Pois...

Isto é um pandemónio! De maneira que a solução é acabar com a comida para as térmitas, é meter-lhes metal pela goela abaixo e acabou.

Pois...

E eu já gastei dinheiro a fazer a cobertura para vedar, porque o forro tava mau, substituí o forro já por placas metálicas, de *sandwich*, mas a estrutura tá ainda forte, porque eram os tais barrotes de eucalipto, de cerne só. (...) Tentei vedar tudo que era para depois não entrarem as dos vizinhos, e ficaria feliz e contente, feliz e contente ficaria!

(Otávio, 73 anos)

Esta “blindagem” face a um potencial contágio exterior não é apenas físico e material como pode também ser potencialmente de cariz simbólico. A relação negativa que estabelece com a comunidade, de forte descrença e desconfiança, vendo-se na necessidade de “vedar”, “proteger” e “fortificar” a “sua casa” aproxima-se em certa medida, para algumas das pessoas entrevistadas que se enquadram nesta atitude tipo, do receio de estigmatização “na minha casa, não” porque “não quero que ninguém saiba” que se encontra na base da negação (descrita no capítulo 3.1.). Dada a importância que a confidencialidade representa para alguns destes participantes, e na qual sustentam a sua lógica individual de enfrentamento do risco. Experienciado como um tema tabu, a partilhar apenas com as pessoas mais próximas, pelo receio de vir a ser vítima de dinâmicas sociais de afastamento e potencial descredibilização perante os outros.

E em relação a esses casos que foi referindo, que conhece, são maioritariamente familiares, amigos, vizinhos...

Amigos, amigos.

Amigos...

Amigos.

E costuma acompanhar com alguma frequência a forma como eles têm tentado lidar com o problema?

Eu vou-lhe ser sincero. Como não conheço as pessoas pessoalmente, nestes casos que eu lhe falei, é-me complicado...

Mas amigos ou que lhe falam do...

Também... É me complicado também até por... por perceção de vizinhos que tão... A arranjar as suas moradias.. É complicado chegar ao pé das pessoas e perguntar: "você tem térmitas"eh... não só pela reação das pessoas como também...he.. É uma curiosidade que se calhar... não tem justificação... É como tar a perguntar...

Não mas...

É como tar a perguntar: "o seu filho tá doente" quer dizer é algo que é....acho que é muito intimo... de... digamos...de

Estar a...

É algo pessoal, é algo pessoal que... acho que não dev... acho que, pra já, acho que tenho a perceção que não devia ser assim... Devia ser efetivamente... se é uma epidemia a nível regional ou a nível nacional, sejam então.. As entidades governativas a tomarem essa ação e a catalogarem. Éh, pá! Isso depois se entendem tornar os dados públicos ou não... Tudo bem...mas haver esse apoio e não propriamente de terreno... caber...às pessoas ter que o fazer.. porque....eu não sei.... Eu pensei algumas vezes sobre essa situação, de qual é que seria a postura.. (...), mas...mas...não tive essa...essa...digamos...essa vontade de ir abordar as pessoas se tinham ou não tinham.

(Jacinto, 36 anos)

“Políticos, técnicos e leigos de costas voltadas, o leigo no meio, e é levado”

É no contexto desta forte desconfiança face à comunidade em geral e face à classe dos decisores políticos em particular, ao ser vista como incapaz de imprimir a urgência e premência reclamada para a gestão deste risco, que melhor se compreende a falta de

envolvimento cívico e público desta atitude-tipo. Apesar de revelar uma opinião informada e “politizada” participando de forma “invisível” ou “latente” na aceção de Pasquino (2002a) mantendo-se a par da agenda política e mediática e expressando uma “voz” tendo capacidade de se envolver politicamente de uma forma mais direta, de vir a influenciar as escolhas para a gestão do risco, propositadamente não o faz. Correspondendo, de acordo com a já citada tipologia de Verba et. al. (1995, *apud* Pasquino, 2002, p.66) aos/às que não participam “porque não querem”. A descrença generalizada, que partilha com o/a “associativista acorrentado/a”, ao contrário de ser um fator impulsionador é antes um motivo fortemente desmobilizador de qualquer iniciativa de inclusão dos/as cidadãos/ãs no processo de decisão. Mesmo que demonstre e reconheça a imprescindibilidade do “leigo” ser tido em conta, de ser “ouvido”, de influenciar a decisão, dada a validade que atribuí ao conhecimento detido pela população e da experiência de quem lida diariamente com o problema. O forte ceticismo e a completa descrença face à ciência e face aos decisores desmonta e desconstrói a possibilidade da arena deliberativa apontada: “três grupos de costas viradas: políticos, técnicos e leigos” onde “uns utilizam-se uns dos outros” e “o leigo tá sempre no meio de tudo e é levado, e por mais experiência que tenha no terreno nunca é ouvido e eles fazem o que lhes apetece”. Sente-se maniatado e preso a um “ciclo vicioso” a um sistema democrático representativo, onde imperam interesses privados e não interesses públicos e coletivos acaba por se ver forçado a delegar nos representantes políticos a responsabilidade da gestão: “eles que puxem pela cabeça, eles é que têm os meios todos para terem os técnicos à mão e tudo”, “eu, neste momento, não tenho sequer paciência para pensar em abordagens de espécie nenhuma”:

Eles que puxem pela cabeça, eles é que têm os meios todos para terem os técnicos à mão e tudo, mas isto há três grupos que estão de costas viradas: políticos, técnicos e leigos, portanto uns utilizam uns aos outros, o leigo tá sempre no meio de tudo e é levado, e por mais experiência que tenha no terreno nunca é ouvido e eles fazem o que lhes apetece.

Pois... Então...

Nessa fase de formação tem se muitas esperanças em muita coisa mas depois vamos vendo pela vida fora que a coisa não é bem assim..

Pois.. E já agora referiu essa situação curiosa de quase que um triângulo que tá de costas voltadas: os técnicos, os leigos e..

Os políticos

E os políticos

Claro! Os políticos..

Então..

Utilizam-se de todos os outros! Os técnicos nem ligam ao leigo.. Nem.. Armam-se em antipolíticos mas são muito condescendentes com eles desde que haja interesse.. Portanto isto é um ciclo vicioso!

Então como é que acha que se deveria tentar aproximar esses..

Ah.. Eu não sei! Eu neste momento não tenho.. Sequer paciência para pensar em abordagens de espécie nenhuma.. Porque isto é.. Como se vê pelos exemplos com que todos os dias somos confrontados... É.. Isto...não.. Aliás a própria humanidade em si é a maior tristeza!

(Otávio, 73 anos)

4.5. Atitude-tipo 4 - “O/A Guardiã/ão da cidade”

O tipo ideal 4 - “O/A guardiã/ão da cidade” delineou-se a partir da construção de tipologias por semelhança, com base na matriz de análise descrita no início deste capítulo. As características esquematizadas no Quadro 9, definidas a partir das três dimensões de análise criadas, tornam evidentes que a posição deste tipo-ideal face ao risco e face ao poder é tendencialmente pública (coletiva). Para além de se debruçar acerca das suas necessidades e interesses particulares (individuais), revela interesse e preocupação quanto à dimensão pública da gestão do risco ao expressar uma opinião política informada (participação invisível e latente). Reconhece a imprescindibilidade dos/as cidadãos/ãs desempenharem um papel ativo na tomada de decisão, mas deposita a responsabilidade da sua mobilização nos gestores políticos, de cima para baixo. Tem capital social facilitado pelas redes de sociabilidade que mantém maioritária e privilegiadamente com a Ciência, mobilizando-as na obtenção e partilha de informação técnica da praga com outros/as cidadãos/ãs afetados. Este tipo-ideal identificou-se essencialmente nos/as entrevistados/as de uma faixa etária situada entre os 45-55 anos, com graus de instrução ao nível do secundário e ensino superior, oriundos das classes média/alta. Nas páginas que se seguem iremos olhar de uma forma mais atenta, sobre os significados atribuídos pelos/as entrevistados/as a cada dimensão analítica, a fim de destrinçar os argumentos e as racionalidades que sustentam esta atitude-tipo e a distinguem das outras três identificadas.

Quadro 9 – Características do Tipo-ideal 4 “O/A guardiã/ão da cidade”

DIMENSÃO	COMPONENTE / VARIÁVEL	POSIÇÃO
Relação com o Poder	Papel atribuído aos cidadãos quanto à decisão na gestão do risco	Delegar a mobilização (de cima para baixo) (democracia participativa)
Relação com o Risco	Sentido e natureza das preocupações Nível de envolvimento cívico (participação pública)	Tendencialmente Pública (Coletiva) Participação invisível e latente
Relação com a Comunidade (Capital Social)	Redes sociais para a obtenção de recursos	Positiva e estruturada

“Isto vai tudo à vida, nós sabemos que o património tá condenado”

O tipo-ideal 4 assenta numa lógica tendencialmente pública (coletiva) de relação com o risco, uma vez que manifesta uma especial apreensão quanto às ameaças patrimoniais que comporta para a Região e em particular para uma cidade classificada pela UNESCO. Ao longo dos discursos dos/as entrevistados/as foi possível constatar que a natureza das suas preocupações e o sentido que lhes é atribuído não é única e exclusivamente de índole pessoal e individual, dado o elevado potencial destrutivo que este risco representa para si e para o seu agregado familiar, como é também pública e coletiva.

As térmitas são uma praga que assolam as residências das pessoas, quer dizer, põem em causa o património das pessoas e o valor patrimonial de toda... Portanto... Da própria Região.. Por exemplo, esta cidade vale pelo seu património arquitetónico. Com as térmitas deixa de ter qualquer viabilidade em termos de ocupação das casas porque é uma cidade que tá muito... Como é que... Vazia e não parece que as pessoas venham para aqui viver não só porque as casas são grandes são muito difíceis de manter... (...) não há a mínima hipótese portanto tá condenado portanto nós sabemos à partida que o património tá condenado.

(Natália, 46 anos)

Uma posição que se reafirma independentemente da dimensão de caracterização do risco que está a ser alvo de análise, uma vez que a tónica e o *locus* dos receios quanto à gravidade, (in)controlabilidade, (ir)reversibilidade, etc. é colocado não só no próprio indivíduo, não está única e exclusivamente na “sua” própria casa:

Acha que o problema está controlável ou incontrolável?

Ah! O problema, neste momento, tá completamente incontrolável. O problema tá todo... portanto, tá nas casas de uns e de outros...

(Natércia, 47 anos)

E não se prende somente nos receios quanto à saúde e segurança para os habitantes que pode, num caso extremo, resultar na perda da própria vida. Para este tipo-ideal assume especial relevância a perda simbólica. Não obstante a inegável preocupação e impotência manifestada quanto às dificuldades financeiras para fazer face aos custos associados aos danos causados, a irreversibilidade da perda patrimonial salientada não é apenas de cariz económico mas sim, e fundamentalmente, de forte pendor identitário e estatutário. As ameaças aos bens e pertences físicos são, acima de tudo, uma ameaça ao testemunho material de uma história da vida familiar que se confunde e entrecruza com a própria identidade histórica da Cidade e da Região. O risco ao “condenar” e colocar em causa a cultura material objetificada, “condena” o testemunho (i)material de uma memória e herança que é, no fim de contas, coletiva:

E aí vai tudo, vão os móveis, vão as louças, vão os pratos, vão os copos... Todas as coisas que eram dos avós, e dos tios, e dos bisavós e que nós andamos a limpar o pó, durante estes anos todos. Na prática vão ficar em cacarecos! E é isso que vai acontecer. (...) A expectativa que eu tinha de vir um dia a ficar com os móveis que eram do meu trisavô, e que o meu bisavô e a minha bisavó limparam o pó a eles, e passaram cera, e poliram, e serviram refeições em cima daquelas mesas, e sentaram-se naquelas cadeiras, e ... Porque a gente tá aqui já há muito tempo e vamos andando com esses tarecos em cima da

cabeça. Não nos desfazemos deles para comprar coisas novas no *ikea*. São as mesmas mesas, são as mesmas cadeiras, e... Mas que vão... Vão desaparecer. Vamos ter que ir ao *ikea*, mesmo. (risos) Vão desaparecer. E vai desaparecer também o espólio da Igreja da Sé, e dos Capitães Generais e do... Pronto.. E vamos ficar sem essas coisas todas. (...) Do lado da minha mãe, se ela for sempre para trás, lá nos anais, são pessoas que chegaram com os primeiros povoadores, na zona de [local] e [local]. Portanto é um lado rural, digamos assim. Do lado do meu pai, o meu avô veio [local] de Portugal, posteriormente. O meu pai interessa-se por genealogia e já fez um trabalho... Por aí atrás... Vieram... Não sei... Não faço ideia... Mas já penso que terão vindo século XVIII, século XIX.. Enquanto que os outros, não, mais para trás... XIV, XV portanto na altura em que... Nos primeiros... Portanto nós tamos habituados... Nós somos aqui, somos mesmo daqui, sabemos tudo, somos como as lapas. Nós sabemos quando é que o mar tá mau... Sabemos tudo... Quais são os bichos, quais são as pragas... sabemos tudo. Esta é novidade. Esta agora é novidade, claro e provoca... Como todas as novidades provoca *stress*.

(Natércia, 47 anos)

Uma outra dimensão analítica sustenta e fundamenta a tendência pública/coletiva desta atitude-tipo - o nível de envolvimento cívico - que se caracteriza, por uma “participação invisível ou latente” (Pasquino, 2002a) ao revelar uma opinião interessada e informada quanto à gestão pública do risco. Um interesse que se expressa de diferentes formas e modalidades, desde o manter-se a par e acompanhar a atenção mediática que este risco vai colhendo nos órgãos de comunicação social, ao aderir às iniciativas de esclarecimento público que têm sido realizadas:

Houve sessões de esclarecimento, eu fui a todas. (...) Eu lembro-me que na altura foi entregue, a primeira vez, um documento sobre a forma como elas vivem e se organizam, (...) e pronto e nós começámos a perceber melhor o problema que tínhamos em casa. (...) Já houve uma na Junta de Freguesia mas isto foi este ano ou o ano passado (...) e por exemplo, depois também na altura houve a apresentação de uma empresa americana e da empresa austríaca. (...) Eu devo ter notas sobre isso aí, mas as datas precisas não lhe sei dizer (...) a Junta de Freguesia cedeu as instalações, mas a sessão de esclarecimento foi proferida por uma técnica, creio eu, do Ambiente (...) portanto foi o Ambiente que andou a divulgar isto.

E acha que essas sessões de informação têm sido suficientes para a necessidade da população?

Se são suficientes ou não, eu não lhe sei dizer. Eu, por aquilo que vejo em termos de resultados do ponto de vista da comunicação social, não têm sido porque a praga tá-se a disseminar de uma maneira muito, muito grande. E eu na sessão de esclarecimento... nas sessões de esclarecimento que tive ouvi intervenções de pessoas (...) que vivem situações dramáticas porque não têm nada, as casas caem... É horrível.

(Natália, 46 anos)

Acompanha os principais acontecimentos da agenda política e expressa, também, uma opinião política informada:

O [detentor de cargo político] foi fazer uma rábula, e até teve muita graça, eu não gosto do [detentor de cargo político], mas ... Eu não gosto, quer dizer... gosto, mas acho que ele não tá a fazer o que lhe compete porque houve uma polémica qualquer, por altura do carnaval, que o teatro não ia abrir... o teatro ia abrir... o teatro não tava seguro... no ano antes o teatro não tinha aberto. (...). Este ano o teatro abriu mas diziam que havia questões de segurança, por causa da infestação das térmitas. E ele foi, na altura, fazer uma rábula, junto com um senhor da comunicação social, daqueles que escrevem, as notícias da [instituição], e ele foi dizer "Ah! As pessoas dizem que isto que está muito mau, mas não. Tá a ver! Tá a ver!" ... O capacete amarelo.. Aos saltinhos no chão do palco do Teatro Angrense, a dizer "Isto tá sólido! Isto aguenta-se imensos anos." (...) Eram essencialmente angrenses que estavam sentados ali, naquela plateia. As pessoas bateram muitas palmas, acharam muita graça, riram-se muito da rábula dele em que ele dizia que aquilo tava sólido e pronto... Aguentar-se-ia por muitos e muitos anos... e bons... e... eu não achei graça nenhuma (risos) achei de extremo mau gosto porque a praga tá... O Teatro Angrense tá infestado. Sim, tá. Porque eu já vi elas... Eu vejo... Eu percebo que na altura dos enxameamentos os pardais vêm para cima dos tetos... Num fresesim a comer elas, não é?

(Natércia, 47 anos)

Um interesse e preocupação que vai, por vezes, um pouco além da “participação latente”, aproximando-se mais de uma “participação visível” (*idem*), ao se ativar em comportamentos que aspiram a influenciar de uma forma mais direta a gestão pública do risco. Empenha-se em alertar, fazer recomendações ou mesmo denunciar, a título individual, irregularidades ou práticas desajustadas que vai detetando nas instituições:

Eu tive que telefonar este ano. Fui eu que fiz este ano isso e fiz o ano passado a mesma coisa. Aqui a casa do lado, portanto, há aqui um edifício aqui ao lado que é um edifício público onde funciona a Secretaria Regional da [instituição]. E houve um ano em que nós reparámos que à entrada da casa estava cheio de térmitas a esvoaçar. Havia... Elas vêm coladas ao nosso corpo e depois reparei que as janelas estavam todas abertas.. De um salão grande que eles têm ali que só limpam uma vez por semana, vim eu a saber posteriormente, e as senhoras vão para ali fazer a limpeza ao final da tarde, não fazem a mínima noção... portanto abrem as janelas todas! Portanto, e é um serviço público onde as pessoas deviam estar informadas. E eu telefonei... não sei... Na altura... Nós... não vou dizer que era o [cargo político] que é o atual [cargo político] (risos) que era [cargo político] Não sei quem é que era o [cargo político] na altura... mas telefonei para lá e chamei à atenção... E fecharam as janelas, este ano aconteceu a mesma coisa. Eu telefonei e tive que esclarecer a senhora responsável pela gestão do serviço de limpeza que não deveria abrir as janelas porque isso fazia com que as térmitas voassem e viessem contaminar as outras casas.

(Natália, 46 anos)

Este tipo-ideal é já de certa maneira “politizado” e teria capacidade de se envolver politicamente de uma forma mais direta no processo de tomada de decisão, de vir a influenciar escolhas para a gestão do risco. No entanto não o faz. Poderemos encontrar uma explicação possível para este facto na já apontada e referida tipologia de Verba et al. (1995, *apud* Pasquino, 2002, p. 66). Uma tipologia que distingue as razões para a não participação entre os/as que não participam “porque não podem”, os/as que não participam “porque não querem” e os/as que não participam “porque ninguém lhes pediu”. O primeiro caso de não participação, “porque não podem”, por ausência de recursos (dinheiro, tempo e conhecimentos) não parece se aplicar a este tipo-ideal uma vez que se identificou essencialmente nas/os entrevistados/as com graus de escolaridade ao nível do secundário e ensino superior oriundos das classes média/alta. A racionalidade que parece estar subjacente a esta atitude tipo-face ao risco e ao envolvimento cívico parece ser a da não participação “porque ninguém lhes pediu”:

Cada um age por si. Nós aqui não temos... não temos... como existem noutros países... associações de moradores, associações de moradores de rua, portanto, as pessoas... cada um trata das suas.. da sua vida. (...) Só vejo isso nas freguesias, nas zonas rurais, também aqui nalgumas zonas urbanas é para as festas do espírito santo, de resto eu não vejo isso aqui. Acho que noutros países essas coisas existem, aqui não. Isso é um papel a desempenhar pelas Juntas de Freguesia, a meu ver.

pelas juntas...

Pois... é... pfff... acho que sim. Já que não ouve pelas dioceses, não faço a mínima ideia, quer dizer... as pessoas não se conhecem aqui, não há... nós vivemos para dentro... as casas não são para fora. Só se fosse a Junta de Freguesia.

(Natália, 46 anos)

À propensão para o empenho político, manifestado por este tipo-ideal falta, de acordo com o modelo do voluntariado cívico de Verba e seus colaboradores, um segundo

elemento que “consiste na existência de estruturas de recrutamento nas quais o empenho individual possa desembocar de modo eficaz e gratificante” (*ibidem*). Uma plataforma que permitisse canalizar e orientar esta predisposição cívica para influenciar os destinos pessoais e coletivos.

“Angra unir-se: ‘Vamos atacar aos quarteirões!’ temos é que ser orientados”

Os fatores analisados relativamente à dimensão de envolvimento cívico do tipo-ideal 4 que o caracterizam como interessado e maioritariamente empenhado numa “participação invisível ou latente”, não participando apenas “porque ninguém lhes pediu”, dada a ausência de uma estrutura que o recrute, contribuem para melhor compreender a sua relação com o poder: o papel que atribui a si próprio na decisão. Este tipo-ideal deposita a responsabilidade do envolvimento público nos decisores políticos, de cima para baixo, para a mobilização dos cidadãos:

Devia ser... sei lá... aos quarteirões, tomar medidas tipo assim... aos quarteirões! "Olha, vamos é agora avançar, por exemplo, por este quarteirão". Digo eu! "Por este quarteirão dentro e isolar, ou fazer tratamentos térmicos em tudo" ou.. não sei como é que se podia fazer. (...) Eu acho que deveria ser... sei lá.. a Secretaria das Obras Públicas juntamente com os Municípios, com a Câmara Municipal, o Governo Regional em si. Acho que devia... e nós também, claro! Não é só os outros mas... tínhamos que atuar nesse sentido, mas a única coisa que nós fazemos é fazer redes nas janelas e não abrir as portas... para não... não abrir nas horas piores e mesmo nas outras horas... sempre com receio.

(Nazaré, 53 anos)

Uma perspetiva que favorece uma forma mais direta e deliberativa de democracia participativa, onde os cidadãos também detêm o poder de influenciar e serem envolvidos no processo de tomada de decisão. Envolve este que deverá ser, para este tipo-ideal, através do estabelecimento de parcerias com os restantes atores numa gestão pública do risco. Um nível de poder cidadão que se situa, de acordo com os conhecidos degraus da escada da participação de Arnstein, no sexto patamar numa escala de oito: “(6) partnership that enables them to negotiate and engage in trade-offs with traditional powerholders”(Arnstein, 1969, p. 217)

Se não for imediatamente orientado e atacada contra essa praga eles vão a destruir o centro de Angra! Por aquilo que eu sei... (...) mas eu não acredito que enquanto não se fizer uma intervenção de fundo! Mas é de fundo mesmo, esta praga vai... Isto é tapar o sol... É tapar buraquinhos. (...) Eu acho que se Angra se unir, tinha que haver aqui era alguém que tomasse a iniciativa para pelo menos... A Terceira se unir entre si e tentarem fazer qualquer coisa...

Exato... Então e... Como é que acha que essa intervenção de fundo deveria ser feita, ou tentada? E por quem? Quando diz alguém...

Pois... eu digo alguém... nem que seja um grupo de... alguém... Um grupo de pessoas.

De pessoas...

Mas têm que ser orientados. Têm é que ser orientados por alguém!

E na sua opinião essa orientação deveria vir de onde?

Pois... Eu acho que a Universidade é a entidade talvez que está mais desperta para o assunto e que neste momento mais recolha tem e que tá mais bem informada, porque tá a trabalhar no assunto.

Agora também a Universidade tem que ter apoios de alguém eu insisto sempre no mesmo: os apoios têm que ser governamentais, não é? Tem que ser!

Exato.

Acho que não pode vir de outro sítio. Tem que ser do Governo.

Exato.

Por alguma razão está o Governo, não é?

(Augusta, 58 anos)

“A gente acaba sempre por perceber, um bocadinho, socialmente falando”

Este tipo-ideal é detentor de capital social, no que concerne aos recursos que possui ao nível do conhecimento técnico na identificação e comportamento ecológico da praga facilitados pelas redes de sociabilidade estruturadas que estabelece maioritária e privilegiadamente com a Ciência (quer através de laços familiares, de amizade, etc.), mobilizando-as no sentido da obtenção e partilha de informação com outros/as cidadãos/ãs afetados/as.

e falam nisso, normalmente, conversam uns com os outros.. e dizem que têm janelas infestadas.. ou que têm o chão.. ou os móveis.. portanto, a gente acaba por perceber.. socialmente falando.. em grupo.(...).

e para além disso, pronto, de falarem do problema das térmitas, quando falam das térmitas, falam do quê, concretamente?

as pessoas essencialmente falam de uma forma apreensiva em relação à sua... aos seus bens, à propriedade. Tecnicamente, em relação à praga em si, eu não me parece que as pessoas estejam muito, muito informadas.. normalmente, quando eu falo com alguém, eu sou das pessoas que mais...que estou mais por dentro, ou seja, ao nível do grupo em que falamos, eu sou das pessoas que está mais por dentro das fases, do.. da dinâmica da... praga. portanto, não me parece que haja assim um nível muito elevado de informação. portanto, eu acho que tá tudo.. (...) o que eu sei, sei por curiosidade, por pesquisa na internet, por conversa com as pessoas que estão ligadas ao estudo técnico, porque como estudei aqui na universidade, conheço várias pessoas, e que neste momento estão a trabalhar especificamente, nessa área, e acabamos, quando nos encontramos, por falar nisso.. portanto o meu conhecimento é mais ao nível da parte natural, digamos assim..(risos)

(Natércia, 47 anos)

Capítulo 5. Conclusão

Este estudo elegeu como objetivo primordial de investigação interrogar-se acerca do papel que os/as cidadãos/ãs atribuem a si próprios na governação do risco. Dado o crescente interesse e reconhecimento, por parte das instâncias reguladoras internacionais, da necessidade de se orientarem as ações de redução do risco e das suas consequências pela construção de políticas públicas mais inclusivas nos processos de tomada de decisão. Nesse sentido procurou-se conhecer, nesta dissertação, que fatores poderão dificultar ou, por outro lado, facilitar o envolvimento e participação cidadã na gestão do risco a partir da análise, em particular, do risco de térmita de madeira seca, nos açores. Com o propósito de vir a informar e suportar a criação de novas oportunidades de se fazerem cumprir as diretivas definidas na nova Carta de Sendai, contribuindo, especificamente, com a construção de um modelo concetual potencialmente explicativo da diversidade de racionalidades e perspetivas cidadãs face ao risco e à forma de o gerir.

A função e estatuto de investigação assumido neste trabalho, de natureza exploratória, ao perfilhar dos princípios epistemológicos e metodológicos do qualitativo, mais concretamente do paradigma compreensivo de tradição weberiana, não se coadunou com a elaboração *à priori* de “hipóteses de pesquisa”, na aceção *tout court* hipotético-dedutiva e positivista do termo, cujo objetivo último seria a sua verificação ou refutação. Optando-se antes, pela formulação de questões de investigação complementares que pressupusessem em si a possível antecipação de uma relação entre o fenómeno e conceitos/dimensões possivelmente capazes de o explicar.

Estes pressupostos permitiram assegurar e garantir a sensibilidade e abertura indutiva necessária à produção e interpretação dos dados, que se guiou por um esforço analítico de construção de tipologias por semelhança, para clarificar e distinguir a diversidade de racionalidades em presença nos discursos das pessoas participantes, a partir de três dimensões essenciais observadas nas entrevistas: (1) relação com o poder; (2) relação com o risco; (3) relação com a comunidade. A análise orientar-se-ia ainda pela construção de um modelo concetual que se consubstanciou no cruzamento de dois eixos ortogonais destinados a situar a força e o sentido das lógicas de atuação apontadas pelos/as cidadãos/ãs quanto à gestão do risco (x – individual *vs.* coletivo) e ao papel que

atribuem a si próprios quanto à decisão (y – delegar *vs.* influenciar). Este modelo, ao distinguir quatro quadrantes distintos permitiu identificar quatro atitudes-tipo, quatro tipos ideais e suas características próprias e particulares que traduzem diferentes tendências e posicionamentos face à participação e ao envolvimento público na governação do risco: “O/A familista atomizado/a”, “O/A associativista acorrentado/a”, “O/A cidadã/ão apóstata” e o “O/A guardiã/ão da cidade”.

Na atitude tipo 1 identificada - “O/A familista atomizado/a” - é claramente o papel e a força dos laços familiares que explicam a falta de interesse e envolvimento na participação pública. A natureza e o peso das preocupações enfatizadas quanto à economia familiar, aos destinos educativos e profissionais pessoais e familiares, maioritariamente situadas no domínio do *oikos*, da esfera privada, do lar e da domesticidade, esclarecem o desinteresse e afastamento face à esfera pública, da *pólis*, do interesse comum, da cidadania. Os laços familiares são tão fortes que são os únicos que importam. O que faz com que prevaleça uma relação negativa, nesta atitude tipo, entre laços familiares e envolvimento público, constituindo um fator dificultador da participação na governação do risco. Tal como apontam os estudos de Alesina & Giuliano (2011) que constataram empiricamente que quanto mais os indivíduos dependem da família como provedor de serviços, recursos e bem-estar menor será a sua predisposição para o envolvimento cívico. Esta tendência é também explicada, à luz do modelo socioeconómico de Milbrath (1965), por variáveis estruturais como a idade e a classe, já que este tipo-ideal se identificou especialmente nas classes sociais mais desfavorecidas com menores graus de instrução e em indivíduos com idades superiores aos 65 anos. Correspondendo, de acordo com a tipologia de Verba *et al.* (1995, *apud* Pasquino, 2002a, p.66) aos que não participam “porque não podem”, dada a ausência de recursos (dinheiro, tempo e conhecimentos).

Numa posição completamente oposta encontramos a atitude-tipo 2 “O/A associativista acorrentado/a” onde é no âmbito do capital social possuído, dada a relação positiva e forte que estabelece com a comunidade em geral (para além das do âmbito da vizinhança, com a ciência, com os *media* e com administradores do setor público) mobilizando-os na obtenção de recursos que se compreende a posição vincadamente pública e coletiva deste tipo-ideal. A valorização e importância reconhecida ao estabelecimento de redes sociais de apoio, o cariz e a função atribuída na prossecução de objetivos de ação coletiva são os fatores explicativos e facilitadores da participação e envolvimento público na governação do risco. Uma dimensão que o afasta indubitavelmente do/a “familista atomizado/a” cujo fraco capital social deriva do facto de não investir, por não reconhecer valor, no estabelecimento de redes sociais de apoio fora do âmbito da privacidade, com outros/as cidadãos/ãs afetados/as, para a obtenção de

recursos na gestão do risco, sustentada principalmente na valorização do espaço doméstico como um contexto de intimidade a ser defendida da comunidade, do escrutínio público. É, aliás, no contexto desta tensão entre a esfera dos interesses privados (familiares) e o domínio do interesse comum (público) que encontramos alguns dos obstáculos e fatores dificultadores de uma participação cidadã ampla e efetivamente concretizadora da urgência reclamada na criação do movimento cívico defendido pelo/a “associativista acorrentado/a”. A ausência de uma figura de liderança capaz de enfrentar, sem receio de represálias, uma classe de decisores retratada como um regime de “clãs políticos” é, sem dúvida, o fator maioritariamente apontado para que tal não aconteça. Numa região onde é difícil escapar aos complexos meandros do familismo amoral, da dinâmica de troca de favores instalada na e pela classe político-partidária. Ao arregimentar votos, em nome de interesses privados, o risco de comprometer os seus destinos pessoais e familiares, carreira profissional, o emprego, etc. faz com que “o/a associativista acorrentado/a” se sinta incapaz de usar a sua margem de liberdade para questionar as regras do jogo.

A forte desconfiança face à classe dos decisores políticos é um dos fatores que este tipo-ideal partilha com a atitude-tipo 3 “O/A cidadã/ão apóstata”. No entanto a dimensão da (des)confiança acarreta uma influência diferenciada neste tipo ao nível da predisposição para o envolvimento e participação pública na governação do risco. Em vez de ser um fator facilitador ele constitui, pelo contrário, o fator desmobilizador por excelência para esta atitude tipo e na qual sustenta a sua posição vincadamente individual quanto à forma de o gerir. Apesar de ter uma “voz”, um discurso politizado expressando um voraz descontentamento quanto à forma como tem sido politicamente negligenciado e de reconhecer a imprescindibilidade do conhecimento “leigo” ser incorporado no processo de decisão, na arena deliberativa, a forte descrença e ceticismo impossibilitam-no de ver qualquer viabilidade ou exequibilidade numa abordagem coletiva. O que faz com que se sinta manietado e preso a um sistema democrático onde imperam interesses privados e não públicos como seria de esperar dos seus representantes.

E, finalmente, “O/A guardião/ã da cidade” um tipo-ideal que se distingue pelo cariz e premência das perdas salientadas maioritariamente de natureza simbólica, identitária e patrimonial que este risco acarreta não só para si, do ponto de vista individual, como também e principalmente para a cidade e a região. Representando, por isso mesmo, uma ameaça ao testemunho (i)material de uma memória e herança que é acima de tudo coletiva. É no contexto desta dimensão da relação que estabelece com o risco que se compreende, apesar de reconhecer a imprescindibilidade dos/as cidadãos desempenharem um papel ativo no processo de decisão, a imputação da responsabilidade

de se zelar por este bem comum nos decisores políticos, delegando-lhes a mobilização cidadã na governação do risco numa lógica *top-down*, de cima para baixo.

O modelo concetual criado revelou um enorme potencial heurístico enquanto dispositivo analítico. Não só por ter sido capaz de tornar mais inteligível o amplo espectro de perspetivas cidadãs face ao risco e à forma de o gerir, dando conta da diversidade empírica do contexto estudado, como também, e principalmente, por se ter sustentado e estruturado em princípios e critérios metodológicos específicos. Identificando dimensões, componentes e variáveis potencialmente explicativas da participação e envolvimento público na governação do risco que poderão vir a ser mobilizados e testados noutros contextos onde se pretenda analisar semelhante problemática.

Referências bibliográficas

- Adam, B., Beck, U., & Loon, J. (2005). *The Risk Society and Beyond: critical issues for social theory* ([2000] 3 ed.). London, Thousand Oaks & New Delhi: SAGE Publications Ltd.
- Alesina, A., & Giuliano, P. (2011). Family Ties and Political Participation. *Journal of the European Economic Association*, 9(5), 817–839. doi:10.1111/j.1542-4774.2011.01024.x
- Areosa, J. (2010). O risco nas ciências sociais: uma visão crítica ao paradigma dominante. *Revista Angolana de Sociologia*, 5 e 6, 11–33.
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. doi:10.1080/01944366908977225
- Arroz, A. M., São Marcos, R., Neves, I. C., Guerreiro, O., Gabriel, R., & Borges, P. A. V. (2012). *Relatório final da campanha SOS Térmitas - Unidos na Prevenção: Programa de Comunicação de Risco para o combate às térmitas nos municípios açorianos*. Angra do Heroísmo. Retrieved from <http://cita.angra.uac.pt/biodiversidade/publicacoes/ver.php?id=761>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Decreto Legislativo Regional no 22/2010/A de 30 de Junho, Pub. L. No. Diário da República: I série, Nº 125 (2010). Retrieved from <http://www.dre.pt/>
- Assembleia Regional da Região Autónoma dos Açores. Decreto Legislativo Regional n.º 15/84/A, Pub. L. No. 88/84 SÉRIE I (1984). Retrieved from <http://www.dre.pt>
- Banfield, E. C. (1958). *The Moral Basis of a Backward Society*. Illinois: The Free Press.
- Birkland, T. A. (2006). Theories and models of policy change and learning. In *Lessons of disaster: policy change after catastrophic events* (pp. 2–30). Washington, DC: Georgetown University Press.
- Borges, P. A. V., Guerreiro, O., Ferreira, M. T., Borges, A., Ferreira, F., Bicudo, N., ... Myles, T. G. (2014). Cryptotermes brevis (Isoptera: Kalotermitidae) in the Azores: Lessons After 2 yr of Monitoring in the Archipelago. *Journal of Insect Science*, 14, 172–172. doi:10.1093/jisesa/ieu034
- Borges, P. A. V., & Myles, T. (2007). *Térmitas nos Açores* (1st ed.). Estoril: Príncipeia.

- Callahan, K. (2007). Citizen Participation: Models and Methods. *International Journal of Public Administration*, 30(11), 1179–1196. doi:10.1080/01900690701225366
- Coelho, E., Mendes, L., & Falcão, M. J. (2005). Regulamentação para o edificado. In *Workshop “O risco sísmico e os tsunamis”* (p. 43). Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) e Instituto de Meteorologia Portugal (IMP).
- Delicado, A., & Gonçalves, M. E. (2007). Os portugueses e os novos riscos: Resultados de um inquérito. *Análise Social*, 42(184), 687–718.
- Ferreira, M. T., Borges, P. A. V., Nunes, L., Myles, T. G., Guerreiro, O., & Scheffrahn, R. H. (2013). Termites (Isoptera) in the Azores: an overview of the four invasive species currently present in the archipelago. *Arquipélago - Life and Marine Sciences*, 30, 39–55.
- Fialho, F. M. (2008). As múltiplas definições do conceito de capital social. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (65), 71–88.
- Forjaz, V. H., Nunes, J. C., & Oliveira, C. S. (2004). Catálogo sísmico da região dos açores versão 1.0 (1850-1998). In *SÍSMICA 2004 - 6º Congresso Nacional de Sismologia e Engenharia Sísmica* (Vol. 0, pp. 349–358). Guimarães.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso* (1st ed.). Cascais: Princípa.
- Guerreiro, O. (2009). *Contribution to the management of the drywood termite *Cryptotermes brevis* (Walker, 1853) in the Azorean archipelago*. University of the Azores.
- Guerreiro, O., & Borges, P. A. V. (2015). *Monitorização da espécie de térmita de madeira seca *C. brevis* no arquipélago dos Açores*. Angra do Heroísmo.
- Innes, J. E., & Booher, D. E. (2004). Reframing public participation: strategies for the 21st century. *Planning Theory & Practice*, 5(4), 419–436. doi:10.1080/1464935042000293170
- International Risk Governance Council. (2005). Risk Governance Towards an Integrative Approach. Geneva: IRGC. Retrieved from http://www.irgc.org/IMG/pdf/IRGC_WP_No_1_Risk_Governance__reprinted_version_.pdf
- Joffe, H. (1999). *Risk and the “other”* (1st ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Kahan, D. M. (2012). Cultural Cognition as a Conception of the Cultural Theory of Risk. In S. Roeser, R. Hillerbrand, P. Sandin, & M. Peterson (Eds.), *Handbook of Risk Theory: Epistemology, decision theory, ethics and social amplifications of risk* (pp. 725–759). Dordrecht: Springer Netherlands. doi:10.1007/978-94-007-1433-5
- Klinke, A., & Renn, O. (2001). Precautionary principle and discursive strategies: classifying and managing risks. *Journal of Risk Research*, 4(2), 159–173. doi:10.1080/136698701750128105

- Klinke, A., & Renn, O. (2012). Adaptive and integrative governance on risk and uncertainty. *Journal of Risk Research*, 15(3), 273–292. doi:10.1080/13669877.2011.636838
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2005). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas* (2nd ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Ljunge, M. (2011). Civic Virtues, Family Ties and Political Participation. In *Lisbon meeting on institutions and political economy* (pp. 1–20). Lisboa.
- Lupton, D. (1999a). *Risk* (2005th ed.). London and New York: Routledge.
- Lupton, D. (1999b). *Risk and sociocultural theory: new directions and perspectives* (1st ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Mendes, J. M., & Tavares, A. O. (2011). Risco, vulnerabilidade social e cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (93), 5–8.
- Mendes, J. M., Tavares, A. O., Cunha, L., & Freiria, S. (2011). A vulnerabilidade social aos perigos naturais e tecnológicos em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (93), 95–128.
- Nunes, L., Gaju, M., Krecek, J., Molero, R., Teresa Ferreira, M., & de Roca, C. B. (2010). First records of urban invasive *Cryptotermes brevis* (Isoptera: Kalotermitidae) in continental Spain and Portugal. *Journal of Applied Entomology*, 134(8), 637–640. doi:10.1111/j.1439-0418.2009.01490.x
- Pasquino, G. (2002a). A participação política. In *Curso de Ciência Política* (1st ed., pp. 49–83). Lisboa: Princípia.
- Pasquino, G. (2002b). Grupos e movimentos. In *Curso de Ciência Política* (1st ed., pp. 85–116). Lisboa: Princípia.
- PORDATA. (2014). *Retrato dos Açores: Resumo de indicadores sobre a Região Autónoma dos Açores, com informação por ilhas, para o último ano com dados disponíveis*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Presidência do Governo Regional. Resolução do Conselho de Governo nº 2/2011 de 3 de Janeiro (2011). Retrieved from <http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-ambiente/conteudos/legislacoes/2011/Novembro/leg20110103.htm>
- Presidência do Governo Regional. Resolução do Conselho do Governo n.º 98/2011 de 28 de Julho de 2011 (2011). Portugal.
- Reed, M. S. (2008). Stakeholder participation for environmental management: A literature review. *Biological Conservation*, 141(10), 2417–2431. doi:10.1016/j.biocon.2008.07.014
- Rego, I. E., & Arroz, A. M. (2012). Places of fear and attachment. How Azoreans perceive seismic and volcanic risk. *Global Journal of Community Psychology Practice*, 3(4), 1–9.
- Renn, O. (1992). Concepts of Risk: a classification. In S. Krimsky & G. Dominic (Eds.), *Social theories of risk* (1st ed., pp. 53–79). Westport: Praeger Publishers.

- Renn, O. (2008). *Risk Governance: Coping with Uncertainty in a Complex World*. London: Earthscan.
- Renn, O., Klinke, A., & van Asselt, M. B. A. (2011). Coping with Complexity, Uncertainty and Ambiguity in Risk Governance: A Synthesis. *Ambio*, 40(2), 231–246. doi:10.1007/s13280-010-0134-0
- Roeser, S. (2012). *Handbook of Risk Theory: Epistemology, decision theory, ethics and social amplifications of risk*. (S. Roeser, R. Hillerbrand, P. Sandin, & M. Peterson, Eds.). Dordrecht: Springer Netherlands. doi:10.1007/978-94-007-1433-5
- Rowe, G. (2005). A Typology of Public Engagement Mechanisms. *Science, Technology & Human Values*, 30(2), 251–290. doi:10.1177/0162243904271724
- Ruivo, F. (2000). *O Estado Labiríntico: o poder relacional entre os Poderes Local e Central em Portugal* (1st ed.). Santa Maria da Feira: Afrontamento.
- Scheffrahn, R. H., Krecek, J., Ripa, R., & Luppichini, P. (2009). Endemic origin and vast anthropogenic dispersal of the West Indian drywood termite. *Biological Invasions*, 11, 787–799. doi:10.1007/s10530-008-9293-3
- Schnapper, D. (2000). *A compreensão sociológica: como fazer análise tipológica* (1st ed.). Lisboa: Gradiva.
- Slater, D. (1998). Public/Private. In C. Jenkins (Ed.), *Core Sociological Dichotomies* (pp. 138–150). London: Sage Publications.
- Sontag, S. (1984). *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Tavares, A. O., Mendes, J. M., & Basto, E. (2011). Percepção dos riscos naturais e tecnológicos, confiança institucional e preparação para situação de emergência: O caso de Portugal continental. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93(93), 167–193.
- United Nations Office for Disaster Risk Reduction. (2015). Chart of the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030. Sendai, Japan.
- Zinn, J. O. (2004). *Literature Review: Sociology and Risk* (No. 1). Canterbury.
- Zinn, J. O. (2006). Recent developments in Sociology of Risk and Uncertainty. *Historical Social Research*, 31(2), 275–286. doi:10.2307/20762130

Apêndices

Apêndice I - Guião da entrevista

GRAVIDADE/TOLERABILIDADE	1. De todos os problemas que afetam os Açores quais é que considera mais graves? Porquê?	COMPARATIVA
	2. Quando e como se apercebeu que, provavelmente, teria térmitas em casa?	emoções cognições preocupações reações medidas
	3. Lembra-se o que é que pensou/sentiu nesse momento? Teve medo, ou não, porquê? O que é que mais a/o preocupou? Como reagiu? O que fez?	
	4. O que é que acha que provoca/causa as térmitas nos Açores	
	5. Que tipos de prejuízos acha que as térmitas podem provocar? Quais são, para si, as piores consequências?	CONSEQUENCIAS
	6. Preocupa-se muito, pouco ou nada com o problema das térmitas? Porquê?	PREOCUPAÇÃO desconforto e stress psicológico
	7. Na sua opinião, este problema está estável, está a agravar-se ou a diminuir?	CONTROLABILIDADE pessoal institucional
	8. Acha que se trata de um problema controlável, ou incontrolável? Porquê? Como?	
	9. Acha ou não possível que uma casa, uma vez infestada, possa vir a recuperar o estado/situação em que se encontrava antes de ser afetada por térmitas? Como? Porquê?	REVERSIBILIDADE
	10. O que é que acha que faz com que as as casas açorianas sejam mais ou menos atacadas por térmitas?	focos fatores
	11. Porquê?	

GESTÃO PÚBLICA	1. O que é que acha que tem sido feito para gerir o problema? Por quem?	CONFIANÇA E CREDIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES
	2. Acha que o que tem sido feito garante a segurança das populações? Porquê? Como?	
	3. O que é que acha que pode estar a falhar?	PAPEIS ATRIBUIDOS
	4. A quem acha que compete atuar? Em quê? Porquê?	
	5. Que mais acha que deveria ser feito? Por quem? Como?	
	6. Na sua opinião como resolveria o problema?	DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS
	7. Acha que têm havido ou poderão haver pessoas que <u>beneficiem</u> com esta situação? Quem? Em quê?	
	8. Quem é que, na sua opinião, tem sido mais <u>prejudicado</u> ? Em quê? Porquê?	

GESTÃO PESSOAL	<p>1. Como tem lidado com o problema das térmitas? Considera que faz tudo o que está/tem ao seu alcance? Que mais acha que poderia / deveria fazer ou ter feito? Porque não o fez?</p>	LOGICAS E SENTIDOS DE ATUAÇÃO estratégias e comportamentos focos de ação dificuldades /obstáculos
-----------------------	---	--

PAPEL DOS CIDADÃOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Na sua opini3o que papel devem os cidad3os desempenhar na gest3o deste problema? 2. O que 3 que acha que os cidad3os t3m feito? 3. E quanto 3 inform3o que os cidad3os t3m na sua opini3o 3 muita, razo3vel, pouca ou nenhuma? Acha que 3 suficiente ou insuficiente (para as necessidades das popula33es?) Porqu3? Em qu3? 	<p>LOGICAS E SENTIDOS DE ATUAÇÃO estrat3gias e comportamentos focos de a3o dificuldades /obst3culos</p> <p>INFORMAÇÃO grau dom3nios fontes dificuldades necessidades</p>
---------------------------	--	--

INFORMAÇÃO PÚBLICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acha que t3m ou n3o sido desenvolvidas medidas de inform3o p3blica? Sobre o qu3? Por quem? 2. Acha que 3 suficiente ou insuficiente? Porqu3? 3. Sobre o que o que 3 que acha que os cidad3os devam ser mais informados? Por quem? 	<p>estrat3gias / medidas 3mbitos/dom3nios fontes efici3ncia/ efic3cia</p> <p>lacunas encontradas/ necessidades sentidas</p>
INFORMAÇÃO PESSOAL	<ol style="list-style-type: none"> 4. Na sua opini3o a inform3o que tem 3 muita, razo3vel, pouca ou nenhuma? 5. Acha que 3 suficiente ou insuficiente (para as suas necessidades?) Porqu3? Em qu3? 6. Onde aprendeu / como tomou conhecimento (d)aquilo que sabe? 7. O que 3 que acha que necessitava de saber mais? 	<p>grau</p> <p>dom3nios fontes necessidades sentidas</p>

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhece mais alguém que também tenha / ou desconfie ter térmitas em casa? Diria que conhece muitos, alguns, poucos, ou nenhum caso 2. São maioritariamente familiares/amigos/colegas de trabalho/vizinhos? 3. Costumam falar sobre o problema das térmitas que têm em casa? Sobre o que é que falam? 4. Costuma acompanhar de alguma forma o modo como essas pessoas têm lidado com o problema? Como? Com que frequência? <ol style="list-style-type: none"> 1. Como descreveria as relações de vizinhança boa, má assim/assim nem boa-nem má Porquê? 2. Quando necessita de alguma coisa por mais insignificante que seja mesmo que em nada esteja relacionada com o problema das térmitas costuma pedir aos seus vizinhos? O quê? A quem? 3. Tenta retribuir as ajudas que recebe dos seus vizinhos de alguma forma? Como? As ajudas que recebeu trouxeram-lhe alguns problemas? De que tipo? 4. Confia na sua vizinhança? Quanto? Porquê? 	<p>CAPITAL SOCIAL REDES SOCIAIS NOS LAÇOS número / dimensão catalisadores de relações tipo intensidade</p> <p>RELAÇÕES DE VIZINHANÇA natureza positivo / negativo</p> <p>uso / recursos mobilizados</p>
---------------------------------	---	--

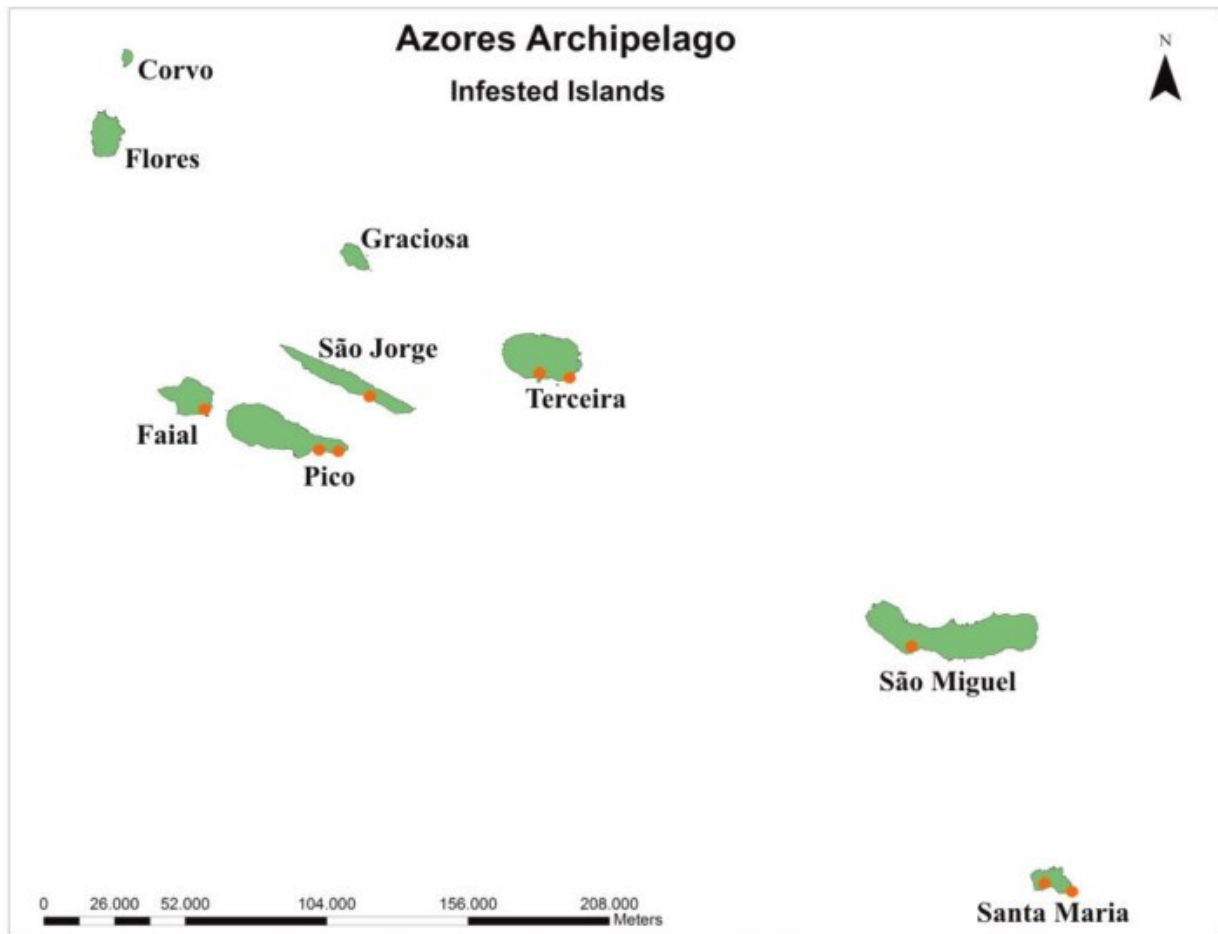
Apêndice II -Caracterização das pessoas entrevistadas

	Entrevistado/a Nome fictício	Sexo	Idade	Estado Civil	Grau de Instrução	Profissão / Ocupação	Nº Elementos agregado familiar
1	Augusta	F	58	casada	12º ano	doméstica	3
2	Jacinto	M	36	casado	licenciatura	consultor informático	5
3	Isaura	F	80	viúva	11º ano	reformada (ex-professora primária)	1
4	Otávio	M	73	casado	licenciatura	médico	2
5	Nazaré	F	53	união de facto	12º ano	assistente técnica	3
6	Natércia	F	47	casada	licenciatura	secretária	2
7	Adelaide	F	44	divorciada	licenciatura	empresária	2
8	Inácio	M	55	solteiro	mestrado	empresário	3
9	Álvaro	M	69	casado	12º ano	reformado (ex-funcionário público)	3
10	Natália	F	46	união de facto	licenciatura	técnica superior	4
11	Idalina	F	72	viúva	4ª classe	doméstica	1
12	Anacleto & Anacleto	F+M	74	casados	4ª classe	doméstica e reformado (ex-funcionário público)	2
13	Otilia	F	85	viúva	4ª classe	doméstica	1
14	Justino	M	67	casado	9º ano	reformado (ex-funcionário público)	3
15	Antero	M	64	casado	12º ano	reformado (ex-bancário)	3
16	Silvina	F	61	divorciada	12º ano	secretária / assistente técnica	3

Anexos

Anexo I. Mapa da dispersão mundial da praga (Scheffrahn, Krecek, Ripa, & Luppichini, 2009, p. 795)



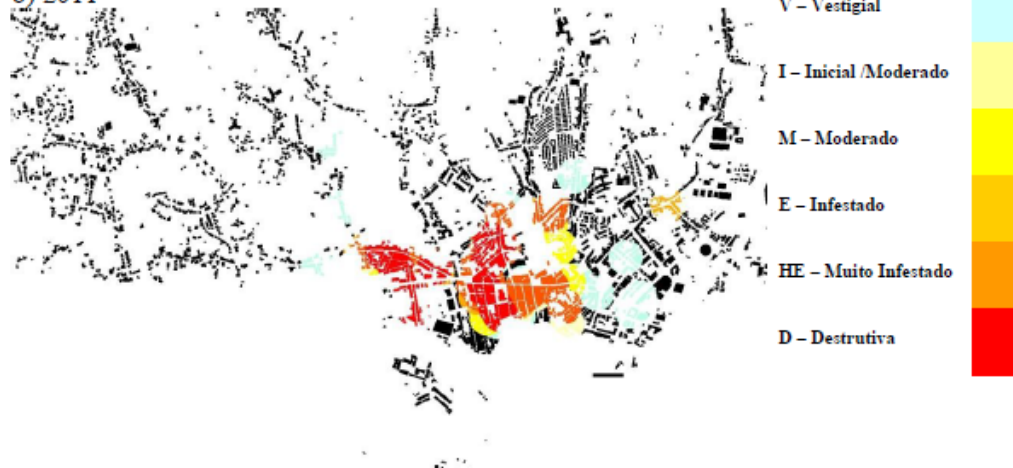


Anexo III. Mapa da dispersão da praga na cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Guerreiro & Borges, 2015)

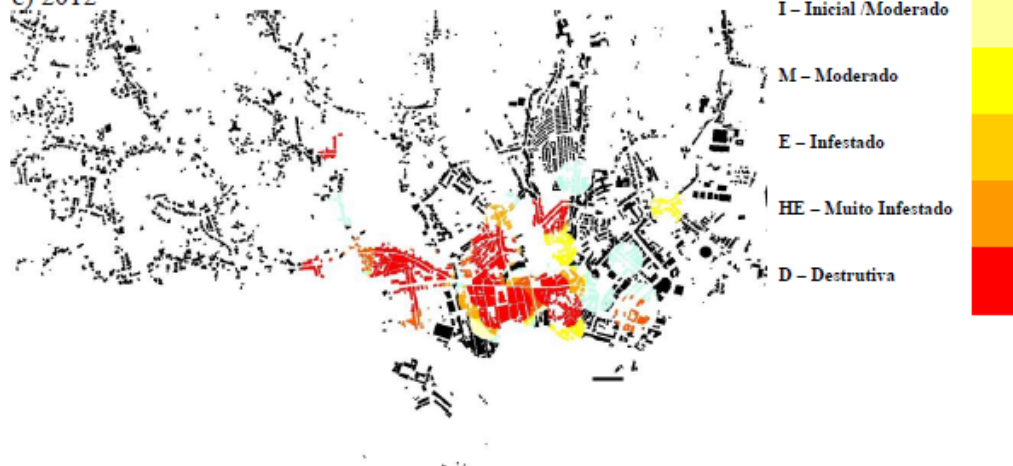
a) 2010



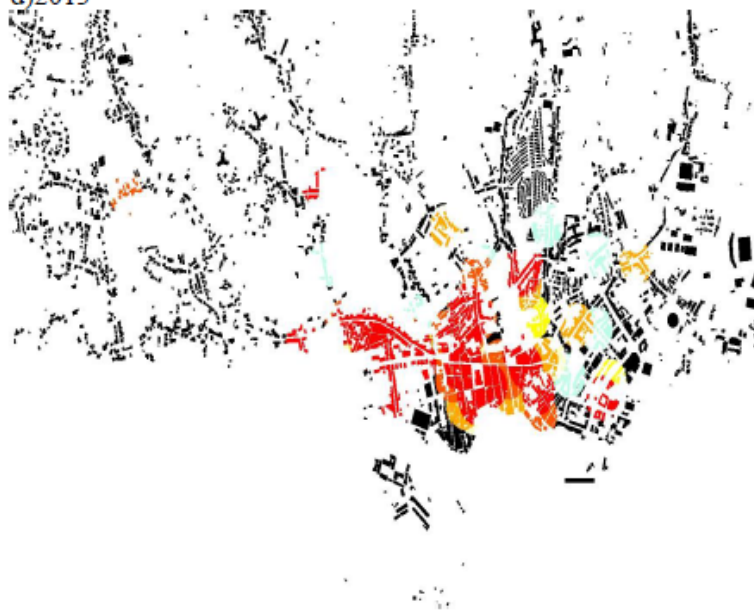
b) 2011



c) 2012



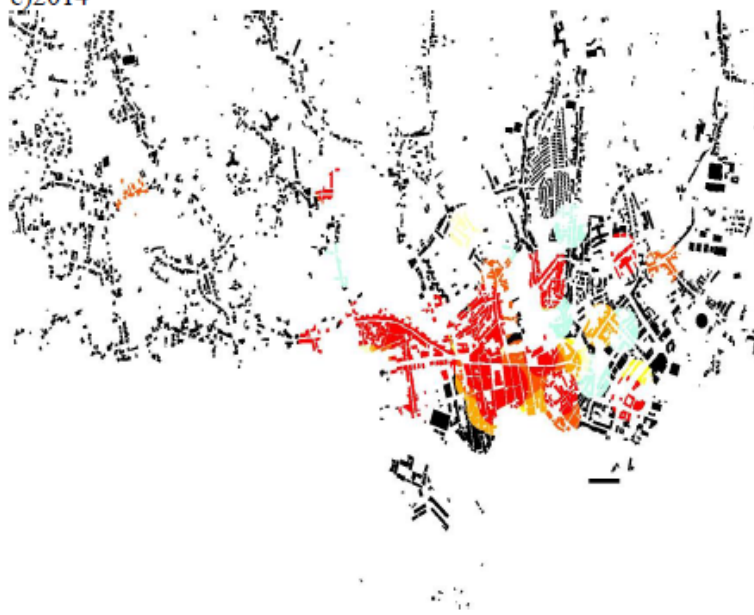
d)2013



V - Vestigial
I - Inicial /Moderado
M - Moderado
E - Infestado
HE - Muito Infestado
D - Destrutiva



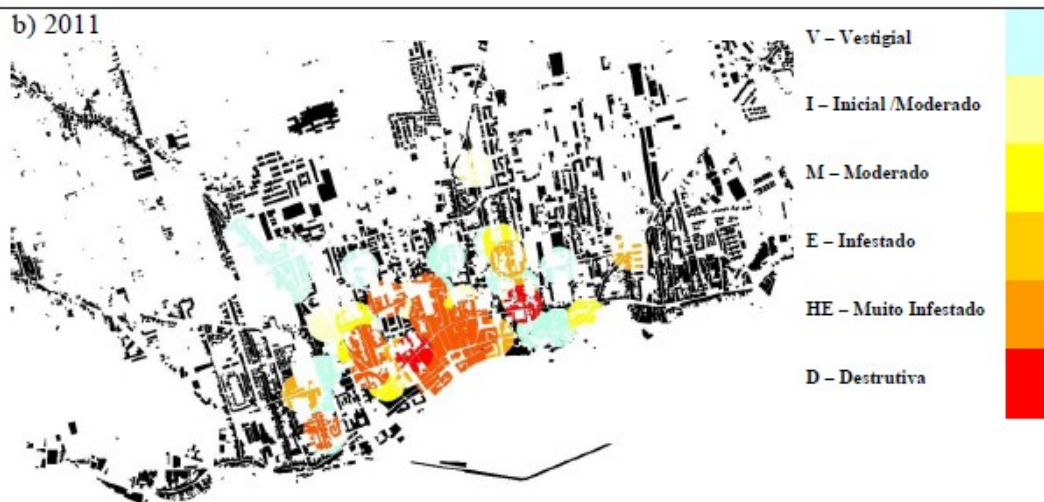
e)2014



V - Vestigial
I - Inicial /Moderado
M - Moderado
E - Infestado
HE - Muito Infestado
D - Destrutiva

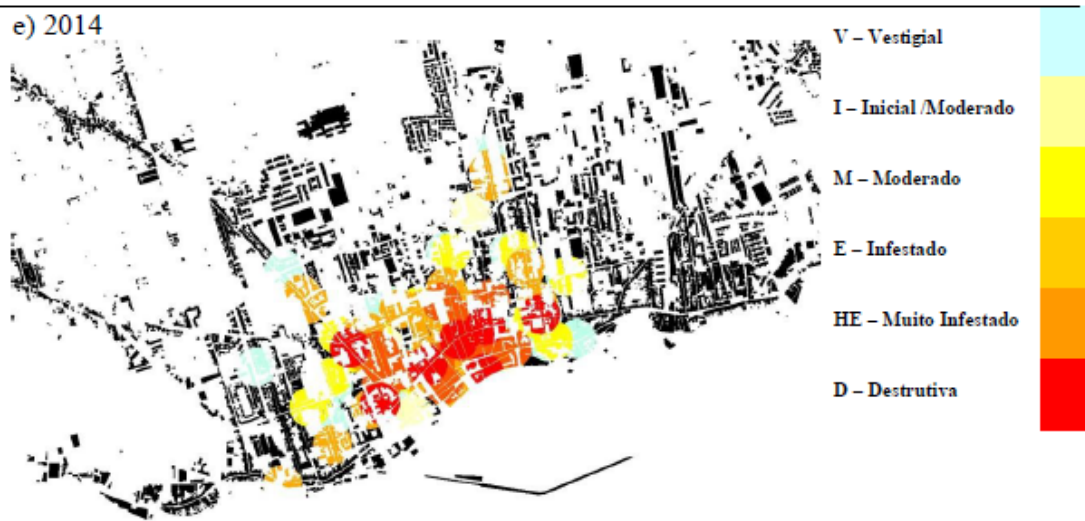


Anexo IV. Mapa da dispersão da praga na cidade de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel (*ibidem*)

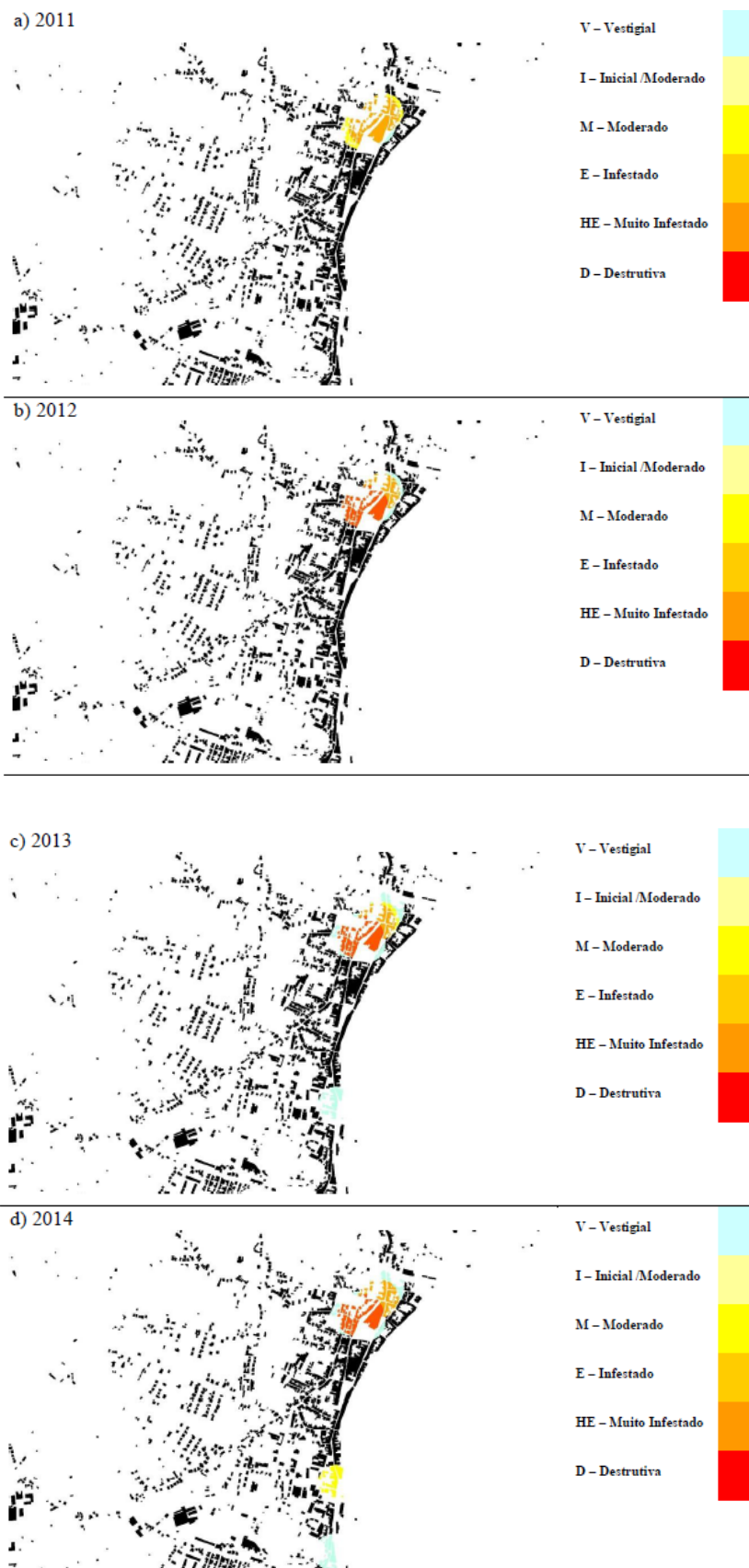




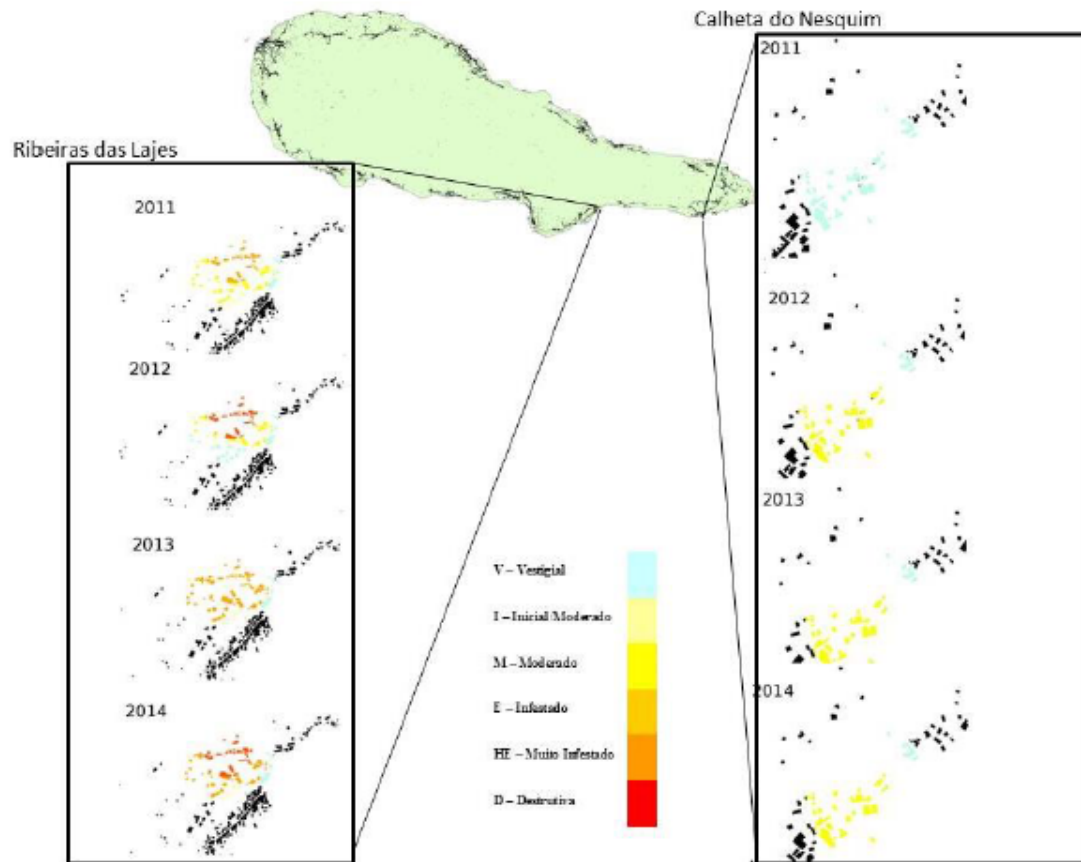
e) 2014



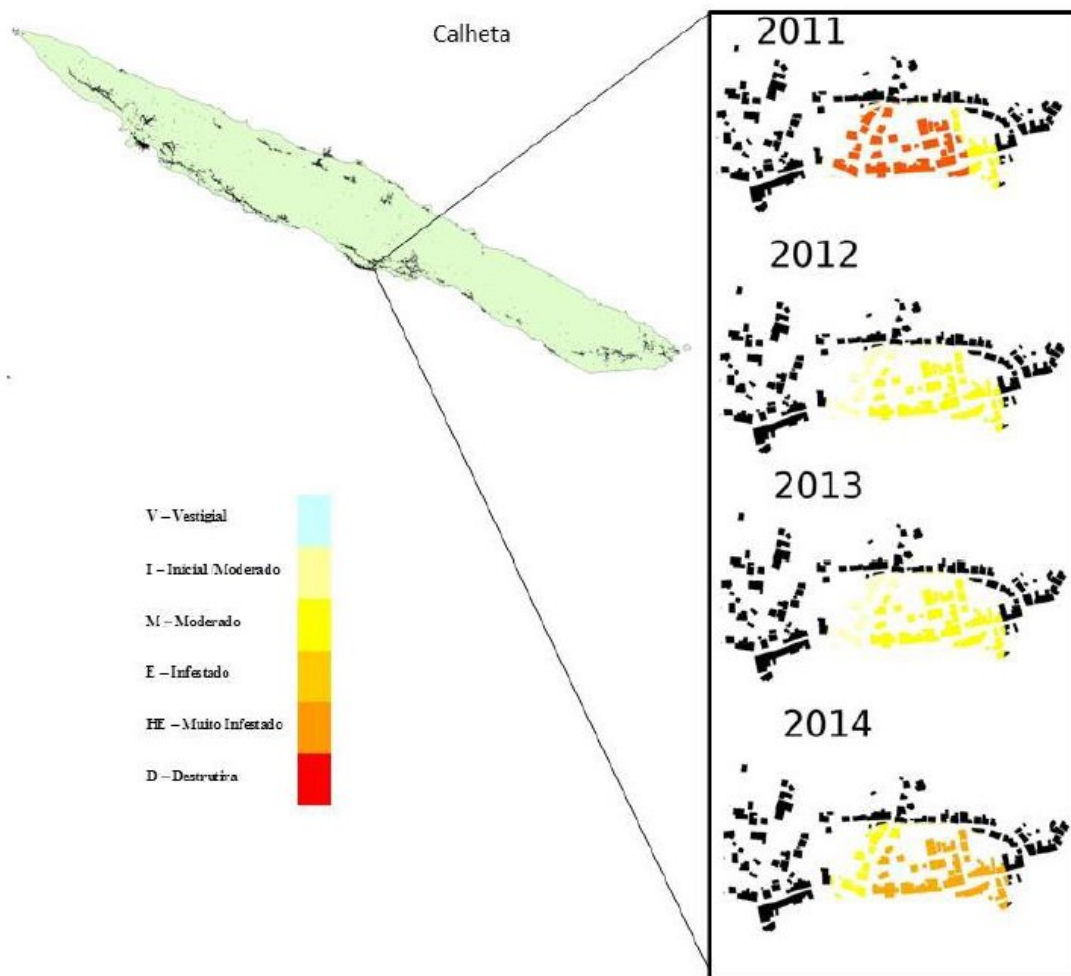
Anexo V. Mapa da dispersão da praga na cidade da Horta, Ilha do Faial (*ibidem*)



Anexo VI. Mapa da dispersão da praga na Ilha do Pico (*ibidem*)



Anexo VII. Mapa da dispersão da praga na Ilha de São Jorge (*ibidem*)



Anexo VIII. Mapa da dispersão da praga na Ilha de Santa Maria (*ibidem*)

